

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARCUS VINÍCIUS DO NASCIMENTO

A REVOLUÇÃO DE 1930 EM ITARARÉ: O CINEMA DOCUMENTÁRIO NO ENSINO
DE HISTÓRIA

PONTA GROSSA
2022

MARCUS VINÍCIUS DO NASCIMENTO

A REVOLUÇÃO DE 1930 EM ITARARÉ: O CINEMA DOCUMENTÁRIO NO ENSINO
DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello.

PONTA GROSSA
2022

N244 Nascimento, Marcus Vinicius do
A Revolução de 1930 em Itararé: o cinema documentário no Ensino de História / Marcus Vinicius do Nascimento. Ponta Grossa, 2022.
137 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello.

1. Itararé. 2. Memórias. 3. Cinema. 4. Documentário. 5. Ensino de História. I. Mello, Paulo Eduardo Dias de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 907.2



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCUS VINICIUS NASCIMENTO

A REVOLUÇÃO DE 1930 EM ITARARÉ: O CINEMA DOCUMENTÁRIO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 29 de abril de 2022, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG - Orientador)

Prof. Dr. Maurício Cardoso (USP)

Prof. Dr.ª Andréa Mazurok Schactae (IFPR/UEPG)

Ponta Grossa, 29 de abril de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello, pelo grande apoio e paciência durante todo o tempo em que fui acadêmico da pós-graduação.

A todos os Professores do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEPG, por todo conhecimento proporcionado.

A minha esposa, Isabelly Maia Lages do Nascimento, por todo amor, carinho e compreensão na minha ausência.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram na minha trajetória acadêmica.

Aos meus familiares, especialmente minha tia Márcia do Nascimento André, pelo apoio e carinho.

A Higor Ferreira Brigola, por me mostrar que é possível desenvolver um trabalho acadêmico apesar de todas as dificuldades da vida de um professor.

A Daniel Bonin Barreto, parceiro nas viagens entre Itararé e Ponta Grossa para as aulas do Mestrado, por dividir aprendizados e por sua amizade nesses anos.

E, por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse construir esse trabalho.

Todas as guerras são combatidas duas vezes. Primeiro, no campo de batalha. Depois, na memória.

(Viet Thanh Nguyen)

A memória é uma ilha de edição.

(Waly Salomão)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar como aconteceu a produção do documentário intitulado “A Batalha Que o Rio Cavou”. O filme aborda como a cidade de Itararé vivenciou a chamada Revolução de 1930, ficando conhecida, por isso, como “a batalha que não houve”. As escolhas realizadas na produção do documentário são influenciadas pelo contexto social em que essa produção está inserida, por isso se fez necessário primeiramente analisar as memórias do conflito na cidade, sobretudo por meio das produções memorialísticas e suas clivagens com a historiografia acadêmica. Após a análise do documentário, em suas relações com o uso desse gênero de cinema no ensino de História, é apresentada uma proposta de caderno de atividades a ser utilizado por professores para o ensino de história, seja a local, ou das temáticas da Primeira República no Brasil. Enfim, consideramos que tanto o filme quanto o caderno de atividades possibilitam um outro olhar sobre a Revolução de 1930 em Itararé.

Palavras-Chave: Itararé. Historiografia. Memórias. Cinema; Documentário. Ensino de história.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze how the production of the documentary entitled “A Batalha Que o Rio Cavou” happened. The film addresses how the city of Itararé experienced the so-called Revolution of 1930, becoming known, therefore, as “the battle that did not take place”. The choices made in the production of the documentary are influenced by the social context in which this production is inserted, so it was first necessary to analyze the memories of the conflict in the city, especially through the memorialist productions and their cleavages with academic historiography. After analyzing the documentary, in its relations with the use of this genre of cinema in the teaching of History, a proposal is presented for a notebook of activities to be used by teachers for the teaching of history, whether local or the themes of the First Republic. in Brazil. Finally, we consider that both the film and the activity book allow another look at the 1930 Revolution in Itararé.

Key words: Itararé. Historiography. Memoirs. Movie Theater. Documentary. Teaching History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Busto do Gal. Euclýdes de Oliveira Figueiredo.....	25
Figura 2 - Monumento ao Soldado Constitucionalista situado no Parque Municipal da Barreira.....	26
Figura 3 - Capa de Apontamentos Históricos de Itararé.	30
Figura 4 - Reprodução parcial de Apontamentos Históricos de Itararé.	32
Figura 5 - Capa de As Batalhas de Itararé	38
Figura 6 - Capa de Memórias de Itararé.	47
Figura 7 - Hélio Tenório dos Santos, Maria Aparecida Mello Martins e Terezinha de Jesus Mello Martins na praça Siqueira Campos em Itararé no ano de 1999	53
Figura 8 - Capa de Itararé na História.	55
Figura 9 - Atiradores do Tiro de Guerra fardados com réplicas dos combatentes de 32.	59
Figura 10 - Capa de Itararé da Revoluções	60
Figura 11 - Credo Paulista por Guilherme de Almeida.	62
Figura 12 - Captura de tela da pré-entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2021	75
Figura 13 - Fotomontagem feita com a fotografia do trabalho de pesquisa e o recorte do documentário.	77
Figura 14 - Captura de tela da reunião entre os membros da equipe de produção em janeiro de 2021.....	78
Figura 15 - Entrevista com Daniel Bonin Barreto	82
Figura 16 - Fotomontagem feita com diferentes planos da entrevista de Jéssica Leme Santos	83
Figura 17 - Divulgação do lançamento do filme.	87
Figura 18 - Captura de tela do Youtube da página do documentário (reprodução parcial)	88
Figura 19 - Captura de tela da publicação de Maicon Tabarro em rede social.	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 NARRATIVAS DE ITARARÉ SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930: HISTÓRIA, MEMÓRIA E A PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA	15
1.1 A HISTORIOGRAFIA DAS REVOLUÇÕES	15
1.2 MEMÓRIA, IDENTIDADE E A PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA.....	21
1.2.1 Apontamentos Históricos de Itararé	29
1.2.2 As Batalhas de Itararé	36
1.2.3 Memórias de Itararé	45
1.2.4 Itararé na História	54
1.2.5 Itararé das Revoluções.....	58
1.2.6 Balanço sobre as obras analisadas.....	64
2 DAS PÁGINAS PARA A TELA: CINEMA, HISTÓRIA E O DOCUMENTÁRIO “A BATALHA QUE O RIO CAVOU”	68
2.1 O QUE É UM DOCUMENTÁRIO?	68
2.2 O DOCUMENTÁRIO “A BATALHA QUE O RIO CAVOU”	70
2.2.1 Concepção e proposta	70
2.2.2 A execução da proposta.....	74
2.2.3 O roteiro proposto, sua lógica e suas alterações	79
2.3 RECEPÇÃO DO DOCUMENTÁRIO	87
3 CADERNO DE ATIVIDADES: O CINEMA DOCUMENTÁRIO NO ENSINO DA REVOLUÇÃO DE 1930 EM ITARARÉ	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO E CAPA DO DVD DO DOCUMENTÁRIO A BATALHA QUE O RIO CAVOU	133
ANEXO B - ESPÉCIE DE CATÁLOGO DE ÁLBUNS E COLEÇÕES POSTAIS QUE JANSSON VENDEU SOBRE A PUGNA NA REGIÃO (REPRODUÇÃO PARCIAL)	134
ANEXO C - LETRA DA MÚSICA “ITARARÉ”	135
ANEXO D - LETRA DA MÚSICA “GÊ-GÊ”	136
ANEXO E - LETRA DE “ESCOLA DE MALANDRO”	137

INTRODUÇÃO

Nas margens do rio Itararé, conhecido pelos seus violentos sumidouros e grutas, situa-se o município homônimo. O rio, além do nome que significa “pedra que o rio cavou” em tupi-guarani, é um aspecto de bastante relevância para a história desta localidade como veremos a seguir.

Desde o século XVIII, os Campos de São Pedro eram um dos pontos de parada dos tropeiros que transportavam burros, cavalos, mulas e bois criados na região sul ao restante da colônia. A travessia do rio Itararé fazia parte do trajeto que ficou conhecido como Caminho Real do Viamão (MONTEIRO, 2013).

O naturalista August Saint Hilaire assim descreve o rio Itararé em 1820:

As colinas que nesse ponto margeam este último são muito pantanosas; a princípio se estendem por suave encosta e apresentam apenas pastagens; mais perto do rio, crescem arbustos, [...] depois, de repente descem a pique até o fundo do vale. [...] o Itararé deriva por uma profunda escarpa, desaparecendo aos olhos do observador. Nesse ponto, os rochedos que o margeiam se aproximam, recobrem-no, só deixando perceber uma fenda de pouca largura. Entretanto, em meio das pastagens, as sinuosidades do rio são facilmente reconhecidas, pois são desenhadas pelo verde escuro de um espesso tudo de arbustos e de pequenas árvores que emergem das rochas talhadas a pique nas bordas da escarpa. [...] Só ao fim de uma légua é que se começa a visitar novamente o Itararé, que reaparece, a princípio, com uma largura de cerca de 6 a 7 decímetros, e, depois, repentinamente, espalhe-se por um leito de aproximadamente 6 a 7 metros de largura, correndo com rapidez, preso ainda entre os rochedos a pique, entre os quais cresce um grande número de arbustos. (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 301)

Na mesma década, Jean Baptiste Debret se inspirou na passagem dos tropeiros por uma ponte improvisada sob o rio Itararé e num acampamento noturno na região para a composição de duas pinturas.

Em 1853, a comarca de Curitiba foi elevada à Província do Paraná, resultado do apoio desta ao governo central frente às revoltas liberais de 1842, em São Paulo e Minas Gerais. O rio Itararé, responsável por formar fendas nas rochas, foi definido como a linha divisionária entre Paraná e São Paulo.¹

Quatro décadas mais tarde, a Revolução Federalista² sacudia a região sul do país, com os violentos embates entre os federalistas (maragatos) e os castilhistas

¹ PARANÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Typ. Paranaense de Candido Lopes, Curitiba, 1856.

² Guerra civil entre federalistas partidários de Gaspar Silveira Martins, os chamados “maragatos”, e republicanos partidários de Júlio de Castilhos, os “pica-paus”, que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895. O conflito envolveu amplas forças militares locais e ainda remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos federalistas, e se encerrou

(pica-paus), estes últimos ligados ao governo federal e ao governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. Em poucos meses, a guerra, iniciada em território gaúcho, adentrava em Santa Catarina e no Paraná. Após ocupar Curitiba, Gumercindo Saraiva, uma das principais lideranças dos federalistas, tinha como intenção invadir o estado de São Paulo (MOCELLIN, 2014). O município de Itararé, emancipado em 28 de agosto de 1893, começou a receber as primeiras tropas federais para defesa do estado em dezembro daquele ano. No ano seguinte, a contraofensiva do governo federal aos rebeldes seria feita a partir do município recém-emancipado.³

Décadas mais tarde, Itararé foi escolhida como um dos principais pontos da linha de defesa das forças federais, leais à Washington Luís, contra os insurretos durante a chamada Revolução de 1930⁴. As características naturais da cidade, o papel durante a Revolução Federalista e por estar no caminho percorrido pela estrada de ferro entre o Sul e o Sudeste do país talvez possam indicar o motivo dessa decisão.

Uma grande expectativa foi gerada acerca da batalha que se desenhava entre as tropas legalistas que estavam situadas em Itararé e os rebeldes que avançavam contra a cidade. A batalha em Itararé representaria “a mais importante travada no continente” (DONATO, 1996, p. 163).

Como podemos observar na publicação da Folha da Manhã em 1930, havia uma crença que as posições em Itararé eram inconquistáveis.

Os paulistas viram pelas notícias de hontem, que as tropas da Republica rechassasaram (sic), os gaúchos no sector do Itararé, infligindo-lhes uma formidável derrota com 330 prisioneiros que chegaram a S. Paulo. [...] Levaram, portanto, o primeiro baptismo da lucta, afim de se convencerem que aqui, 'en'ne passe pas' ... Ainda mesmo que os paranoicos do Sul, viesse em 'avalanche' mórbida forçar as portas bandeirantes, o Verdun do Itararé, como já sucedeu no tempo de Gumercindo a serviço da revolução de 93, lhe aniquilaria a fúria sanguinária, contendo-o à distância e pulverisando-lhe a philaucia... (A Folha da Manhã, 18/10/1930)

De certo modo, a publicação permite entender qual era a expectativa dos legalistas acerca do avanço das tropas revolucionárias em direção à São Paulo

com a vitória dos republicanos. Fonte: CPDOC FVG. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica>. Acesso em 15/04/2022.

³ A possível relação entre a emancipação de Itararé com a eclosão desta guerra civil necessita de investigações mais aprofundadas.

⁴ A historiografia apresenta diferentes interpretações sobre os conflitos ocorridos em 1930 e 1932, o que influencia no modo de nomeá-los. Esta pesquisa vai adotar em diferentes momentos o termo revolução para se referir a esses confrontos, mas não necessariamente os interpreta como movimentos revolucionários.

durante o conflito em 1930. A alusão à cidade de Verdun, palco de uma das grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial, pode estar associada ao fato de que se esperava uma resistência dos legalistas em Itararé contra os revolucionários vindos do Sul, comparável à dos franceses contra os alemães, em 1916. “Não passarão!” é uma expressão que se tornou um símbolo da resistência francesa na cidade e, em alguma medida, manifestava o anseio dos legalistas em relação à cidade.

No entanto, um grupo chefiado por altas patentes do exército e da marinha de guerra derrubaram o presidente Washington Luís e o prenderam no Forte de Copacabana no dia 24 de outubro. Além de marcar o fim da Primeira República e a ascensão de Vargas ao poder, a deposição do presidente impediu o confronto em Itararé, que ficou conhecido como “a batalha que não houve”.

Essa expressão pode estar relacionada ao jornalista e humorista gaúcho Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido por Apporelly, que se utilizou de diferentes títulos nobiliárquicos, especialmente seguido do nome Itararé, para a criação de diferentes pseudônimos ainda no ano de 1930 (JACOBUS; GOLIN; 2011). Em 1933, Plínio Salgado, liderança do movimento de inspiração fascista denominado Ação Integralista Brasileira, publicou o romance “O Cavaleiro de Itararé”. A obra tem relação com a frustração de Plínio Salgado com os rumos do governo chefiado por Getúlio Vargas. “‘Itararé’ tornou-se um signo de identificação do novo regime e de sua política de compromissos com a velha ordem” (AGUIAR, p.62). No mesmo ano, a música “Escola de Malandro” foi composta por Orlando Luís Machado, Ismael Silva e Noel Rosa, que faz uma alusão à batalha de Itararé em tom de brincadeira.

Bóris Fausto afirmou que “a ‘batalha de Itararé’ ficou conhecida na história como a batalha que não ocorreu” (FAUSTO, 2009, p. 325). Já Hernani Donato, no Dicionário de batalhas brasileiras, define a Batalha de Itararé como aquela “que não aconteceu e mesmo assim entrou para a História” (DONATO, 1996, p. 532).

Dois anos depois, Itararé mais uma vez estaria envolvida em mais uma guerra civil, dessa vez a chamada Revolução de 32. Em julho daquele ano, soldados e voluntários de diferentes partes do estado chegaram à cidade de trem para combater as tropas fiéis ao presidente Getúlio Vargas. Os embates em Itararé foram curtos, tiveram início no dia 15 julho e duraram até o dia 18 do mesmo mês, quando os paulistas recuaram até Faxina, atual Itapeva, e as forças federais ocuparam a cidade.

Ainda hoje, a Revolução de 1930 é uma das temáticas mais estudadas, como também uma das mais controversas da historiografia nacional. A Revolução de 1932, mesmo não sendo tão estudada quanto à anterior fora dos limites de São Paulo, é tão polêmica quanto a de 1930.

Os acontecimentos envolvendo conflitos de 1930 e 1932 em Itararé também são um tema recorrente, quando não o principal, das diferentes obras produzidas por autores locais que são apresentadas adiante. Vale lembrar que os historiadores não são os únicos a produzirem narrativas sobre os acontecimentos pretéritos, principalmente quando falamos de história local. Segundo Samuel, as “pessoas estão continuamente colocando para si as mesmas questões relacionadas ao local onde moram e sobre como viveram seus antepassados” (SAMUEL, 1990, p. 221).

Ambas revoluções são assunto controverso na cidade, extrapolam as páginas dos livros e revelam disputas sobre os “lugares de memória” da cidade, como o nome das ruas. Durante a sessão da Câmara Municipal do dia dois de setembro de 2019, Hélio Porto, um dos escritores da história da cidade, disse que “a rua 24 de outubro até hoje ridiculariza nossa história com uma homenagem distorcida e que precisa ser reparada com urgência”.

Para Pollak, “são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992 p.203). Como podemos verificar, trata-se de um assunto que salta das páginas para placas que dão nome aos logradouros da cidade, a memória sobrevive nos espaços (NORA, 1993). Mas certamente, é nos escritos que se expressa uma acirrada disputa pela memória social sobre os eventos e a participação da população de Itararé. Um dos nossos objetivos é entender como esses escritos desenvolvem outras batalhas de Itararé, as batalhas em papel e tinta produtora de memória.

Para tanto, foram selecionadas cinco obras de diferentes autores que escreveram em momentos dessemelhantes, são elas “Apontamentos Históricos de Itararé: seus homens e suas realizações” (1982), do autor Adriano Queiróz Pimentel, “As Batalhas de Itararé: História e Causo” (1997), de José Maria Silva, “Memórias de Itararé: As Revoluções de 30 e 32” (1999), de autoria das irmãs gêmeas Maria Aparecida Silva Mello e Terezinha de Jesus Mello Martins (Tere), “Itararé na História” (2008), de Lázara Aparecida Fogaça Bandoni e “Itararé das Revoluções” (2019), de Hélio Porto. A escolha das obras está no fato de que são importantes compilações sobre a história local, que circulam em espaços públicos, escolas e estão nas

bibliotecas. Portanto, fazem parte da cultura histórica local. As revoluções não são os temas principais, mas são assuntos caros a elas, marcos sempre presentes, revelando a importância que possuem para a memória histórica local.

Neste trabalho, à princípio, somente as memórias sobre a Revolução de 30 seriam estudadas, mas no decorrer da pesquisa ficou evidente que as memórias de 30 e 32 estão profundamente imbricadas. As memórias sobre os dois eventos se misturam, confundem-se e, de certa maneira, explicam-se. Porém, convém ressaltar que, mesmo as memórias sobre 32 sejam estudadas as memórias de 30, ainda são o principal objeto desse estudo.

A tentativa de analisar essas obras passa por algumas perguntas. Como podemos classificar essas obras? O que as caracteriza? São produções historiográficas? São obras de memorialistas? Qual a diferença entre memorialistas e historiadores? Como as revoluções são percebidas pelos autores itarareenses? Que tipo de memórias suas perspectivas reproduzem? Quais sentimentos são evidenciados por essas memórias? Como essas memórias contribuem para a formação cultural das identidades local? Há uma larga discussão que pode nos ajudar a refletir sobre possíveis saídas para essas questões.

A ideia de memória e identidade social é pensada com base nas contribuições de Michael Pollak (1989, 1992), Pierre Nora (1993), Fernando Catroga (2015) e David Lowenthal (1998). A distinção entre a produção dos memorialistas e da produção historiográfica é realizada a partir do diálogo feito entre Flávio de Godoy Carnielli (2007), Ana Cláudia Brefe (1993) e Michel de Certeau (2017). O conceito identitário de bairrismo, a partir das considerações de Carnielli (2007), é onde se alicerça a análise dos livros selecionados.

É imperioso destacar que a pesquisa não se interessa discutir a validade ou não das produções memorialistas, mas entender a relação desses autores com o passado que procuram contar e as suas implicações.

Este trabalho não se resume a um estudo historiográfico, pois se assenta também na apresentação das razões para a produção do documentário intitulado “A Batalha Que o Rio Cavou”⁵ e as escolhas no processo de sua produção, que passa desde a elaboração do roteiro até a edição e montagem. O filme é resultado de um projeto encaminhado à Coordenação Geral de Cultura da Prefeitura Municipal de

⁵ *A Batalha Que o Rio Cavou*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AJTQRSBtb7o>. Acesso 17 jun. de 2021.

Itararé, para participar de um processo seletivo, que visava a produção de um documentário sobre as revoluções de 1930 e/ou 1932 na cidade.

Para melhor compreender o documentário, é realizada uma breve incursão sobre a origem do cinema, o “efeito de realidade”, a diferença do gênero com a ficção e a proximidade com a historiografia, a partir de autores como André Bazin (1991), Mônica Almeida Kornis (1992), Miriam de Souza Rossini (1999), Marcos Napolitano (2005) e José D'Assunção Barros (2014). A discussão sobre o processo de produção do documentário se fundamenta nas contribuições de Sérgio Puccini (2009).

Por último, na parte propositiva deste trabalho, apresentamos um caderno de atividades para o uso do documentário produzido no ensino de história local, pensado segundo as contribuições de Jorge Nóvoa (1995), Rosália Duarte (2002) e Marcos Napolitano (2003). O caderno é composto por diferentes propostas, que foram pensadas para que os estudantes possam discutir desde a historiografia acerca do conflito até a nomeação de espaços públicos.

Nesse contexto, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro aborda uma breve discussão sobre algumas das principais interpretações da historiografia sobre 1930 e procura analisar as cinco produções de autores itarareenses, bem como traçar as principais especificidades das produções memorialísticas. O conteúdo de cada obra e a forma como são tratados dependem de como cada autor se relaciona com Itararé, o texto tem suas intencionalidades e, para serem identificadas, dependem da atenção do pesquisador.

O segundo capítulo discute a relação entre cinema e história, como também a produção do documentário “A Batalha que Rio Cavou”, apresentando questões relativas ao projeto, pesquisa, roteiro, produção, filmagem e edição.

O terceiro e último capítulo propõe, sob a forma de um caderno de atividades, o uso do documentário e de outras fontes apresentadas no filme por docentes de história para o ensino da Revolução de 1930 em Itararé.

1 NARRATIVAS DE ITARARÉ SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930: HISTÓRIA, MEMÓRIA E A PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA

Neste capítulo, discutimos como a historiografia apresenta e analisa o contexto e os movimentos que ficaram estabelecidos como “Revolução de 30” e “Revolução de 1932”. Primeiramente, apresentamos uma narrativa concisa dos acontecimentos, seguindo uma linha cronológica dos eventos e relacionando aspectos da vida política, social e econômica do período. Na sequência, discorreremos como alguns autores da historiografia brasileira têm interpretado a “Revolução de 30”. E, por fim, exibimos como a “Revolução de 30” foi discutida e interpretada pelos memorialistas de Itararé, não sem antes discutir as diferenças entre memória e história e a produção memorialística e historiografia.

1.1 A HISTORIOGRAFIA DAS REVOLUÇÕES

A República instituída por um golpe militar⁶ em 1889, já nos seus primeiros anos, passou por grande instabilidade política, como atestam os confrontos armados conhecidos como a Revolta da Armada (1893-1894) e a Revolução Federalista (1893). Os anos que seguiram foram marcados pela consolidação do regime republicano, a ascensão das oligarquias rurais ao poder e assinalaram a intensa repressão aos diversos movimentos sociais rurais e urbanos. Dentre esses vários movimentos, podemos citar a Revolta de Canudos (1893-1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta do Contestado (1912-1916) e a Greve de 1917.

As oligarquias aglutinadas em volta dos Partidos Republicanos estaduais ditavam o ritmo da política no país. As disputas políticas eram bastante limitadas já que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, por reunirem grande número de eleitores e por serem os mais importantes produtores de café, tinham o controle do governo federal (CHACON, 1981).

⁶ Golpe de Estado pode ser caracterizado como uma ação que visa a tomada do poder a partir da derrubada do regime vigente. Correntemente, são membros do próprio Estado, como por exemplo as Forças Armadas, que se amotinam contra o governo. Um golpe de Estado “em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder” (SILVA; SILVA, 2009, p. 175). Emília Viotti da Costa afirma que a República nasceu em 1889 de um golpe militar sem a participação popular, segundo a autora “a estratégia conspiratória prevaleceu sobre a estratégia revolucionária. O Exército apareceu aos olhos das novas elites como o instrumento ideal para a derrubada da Monarquia e instituir um novo regime que os colocasse no poder (COSTA, 2010 p.17).

A chamada Política dos Governadores era o mecanismo que garantia a manutenção das oligarquias no poder. A autonomia estadual era garantida tendo, como contrapartida, o apoio ao governo federal. Contudo, na década de 1920, a emergência de movimentos culturais, políticos e sociais abalaram as bases da República estabelecida, contribuindo para o fim da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006).

O aumento da população urbana concorreu para que novos grupos buscassem maior representatividade política como o operariado e as classes médias. Somado a isso, dentro das próprias elites econômicas nasciam interesses divergentes, que debilitaram as estruturas de poder das oligarquias dominantes.

O ano de 1922, centenário da independência, é emblemático quando se pensa na crise dos governos da Primeira República. Neste ano, ocorreu a semana de Arte Moderna, que procurava valorizar a cultura popular e difundir no país movimentos artísticos-políticos modernos; a classe operária se reorganiza com a formação do Partido Comunista do Brasil⁷ (PCB); a fundação do Centro Dom Vital fez surgir a denominada “reação católica” e ocorreu a primeira manifestação do movimento tenentista conhecida como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (VIZENTINI, 1983).

No ano anterior, no episódio chamado como “cartas falsas”, Artur Bernardes, candidato da situação para as eleições de 1922, foi apontado como o autor de cartas publicadas no jornal “Correio da Manhã”, que criticavam Marechal Hermes da Fonseca, os militares e Nilo Peçanha, candidato da oposição, conhecida como Reação Republicana. A vitória de Artur Bernardes, que seria empossado em 15 de novembro de 1922, somada ao fechamento do Clube Militar e a prisão do seu presidente Marechal Hermes da Fonseca, foram alguns dos motivos para a eclosão da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no dia 5 de julho daquele ano.

Dois anos mais tarde, novos levantes eclodiram no Amazonas, Sergipe e São Paulo. Na capital paulista, os embates entre rebeldes comandados por Isidoro Dias Lopes e as tropas governistas se prologaram por quase um mês e despertou o apreço de parte da população urbana. Conforme Boris Fausto, o movimento “começou a modificar os termos das relações entre 'os tenentes' e alguns setores civis” (FAUSTO,

⁷ No ano de 1961 com o intuito de sair da ilegalidade e auxiliar no registro eleitoral do partido o seu nome foi alterado para Partido Comunista Brasileiro.

1989 p. 60). A maior rebelião dos tenentes ficou conhecida como Coluna Prestes-Miguel Costa. Entre 1925 e 1927, os revoltosos marcharam quase vinte e cinco mil quilômetros no intuito de sublevar a população contra as oligarquias dominantes. As decretações de estado de sítio que marcaram o mandato de Arthur Bernardes só foram interrompidas com o exílio da coluna na Bolívia, em fevereiro de 1927.

Após o fim da Coluna Prestes, o governo de Washington Luís transcorria sem as agitações que marcaram os anos anteriores. Todavia, é importante frisar que a ausência de agitações acontecia sob aumento da repressão ao movimento operário. A promulgação do decreto n. 5.221, em 1927, conhecido como Lei Celerada, entre outras determinações, limitou a liberdade de imprensa, autorizou o governo a fechar sindicatos, aumentou a repressão ao movimento operário e pôs na ilegalidade o PCB. A participação dos comunistas na política eleitoral no final dos anos 20 se deu por meio do Bloco Operário e Camponês (BOC) (DE DECCA, 1981).

Em fevereiro de 1926, dissidentes das oligarquias cafeeiras, profissionais liberais e parcelas da burguesia urbana fundaram o Partido Democrático de São Paulo (PD) para fazer oposição ao governo estadual e federal comandados pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Os acordos envolvendo as eleições de 1930 levaram ao desequilíbrio no arranjo de sucessão presidencial, em que o presidente da República lançava o seu candidato e recebia o apoio das oligarquias dominantes dos outros estados. O presidente pretendia que o próximo presidente desse seguimento à sua política econômica, fato que o levou a indicar o presidente do estado⁸ de São Paulo Júlio Prestes como seu sucessor. Sem demora, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais, reuniu-se com o estado do Rio Grande do Sul, como também com lideranças de oposição de diferentes estados. Dessa articulação, foi concebida a Aliança Liberal em agosto de 1929.

A candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e a do paraibano João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República, oficializada pela Aliança em setembro de 1929, contava com a simpatia de intelectuais, de parte da classe média, de alguns militares e da imprensa de oposição. Mais uma vez, sugeriram denúncias de fraudes

⁸ Na Primeira República entre 1889 e 1930, os chefes do executivo do estado eram denominados de presidente do estado.

que, conseqüentemente, levaram a questionamentos sobre o resultado das eleições que indicavam a vitória de Júlio Prestes como novo presidente da República.

O insucesso nas eleições mobilizou tenentes e determinados membros da Aliança Liberal na articulação de um movimento para tomada do poder pela força das armas. No entanto, boa parte da oposição, como o próprio Getúlio Vargas, vacilava diante de um conflito armado. No dia 26 de julho de 1930, o assassinato de João Pessoa a tiros por João Dantas na capital pernambucana incendiou a política brasileira. As motivações do crime, mesmo não sendo estritamente políticas, transformaram João Pessoa no mártir dos vencidos das eleições de março. A capital da Paraíba, por exemplo, teve seu nome alterado para João Pessoa pela Assembleia Legislativa Estadual, em 4 de setembro de 1930. Ainda nesse mês, entre as lideranças da oposição, foi planejado um levante militar para o início de outubro, com o objetivo de destituir o presidente Washington Luís e evitar a posse de Júlio Prestes.

Voluntários e militares deram início ao movimento armado em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Nordeste no dia 3 de outubro de 1930. Em poucos dias, boa parte do país já estava nas mãos dos rebeldes. A resistência ao avanço revolucionário se concentrava nos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. A notícia da deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro interrompeu as hostilidades. Pouco mais de uma semana após a queda do presidente, Vargas assumia a presidência da República.

Após a Revolução de 1930, a estrutura política formada por Vargas em relação à São Paulo e aos seus aliados no estado levaram a uma outra guerra em 1932. O PD, aliado de Vargas nas eleições de 1930, desejava maior participação dentro dos quadros do governo. As antigas oligarquias aglutinadas em torno do PRP se ressentiam pela perda do poder. Muitos cafeicultores exigiam medidas mais efetivas em relação ao café, gravemente afetado pela crise iniciada nos Estados Unidos em 1929.

Entre outubro de 1930 e os primeiros meses de 1932, Vargas viu-se forçado a nomear sucessivamente quatro interventores para São Paulo – os paulistas estavam dispostos a provar que eram ingovernáveis. Mas o ruim podia piorar. Em 1932, as forças políticas do estado chegaram a um entendimento de uma pauta comum de oposição que combinava a bandeira constitucionalista – a exigência de convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte – com um claro antagonismo regionalista. Dessa mistura, resultou um forte sentimento de identidade e a materialização da política do ressentimento (SCHWARTZ; STARLING, 2015, p. 364).

Em 9 de julho de 1932, os paulistas deram início a outro movimento armado contra o governo provisório de Getúlio Vargas, conhecido como Revolução Constitucionalista. O isolamento de São Paulo gerou uma inferioridade numérica e bélica durante o levante e acabou sendo decisivo para sua rápida capitulação ainda em outubro daquele ano. A convocação de uma assembleia nacional constituinte em 1933 se tornou símbolo de uma vitória que não existiu nas armas. A memória oficial paulista trata os episódios ocorridos entre julho e outubro de 1932 como uma grande vitória moral dos paulistas, apesar de sua capitulação (COHEN, 2012).

Não é nossa intenção criar uma nova interpretação sobre 1930 e 1932. A finalidade de passar por algumas explicações sobre as ditas revoluções está na possibilidade de evidenciar com qual ou quais linhas explicativas da historiografia as obras analisadas a seguir se relacionam. Até a década de sessenta, a historiografia viu a Revolução de 1930 como um movimento das classes médias, identificadas com o tenentismo (SANTA ROSA, 1933 *apud* FERREIRA; PINTO, 2006) ou como um movimento de ascensão da burguesia industrial ao poder (SODRÉ, 1962 *apud* FERREIRA; PINTO, 2006).

Nos anos seguintes, surgiram visões discordantes dessas explicações. Um exemplo é Boris Fausto, que demonstrou que essas versões não se sustentavam numa análise mais aprofundada sobre 1930.

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta classe social, fosse ela a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que o plano político se formulasse num programa em seu nome (FAUSTO, 2010, p.181)

O autor sugeriu que o conflito era decorrente da dissidência surgida dentro das elites agrárias, somadas a forças de uma parcela do movimento tenentista e das classes médias que ambicionavam pôr fim à hegemonia da oligarquia cafeeira (FAUSTO, 2011). Bóris Fausto defende que Francisco Weffort encontrou na tese de “vazio de poder” a melhor resposta sobre o significado da Revolução de 1930, nas palavras de Bóris Fausto:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação

no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo (FAUSTO, 2011, p. 150).

Na década de 1980, novos debates acerca da contenda surgiram com os trabalhos de Edgar Salvadori De Decca e Ítalo Tronca. Numa revisão sobre o tema, propuseram que a movimentação de outubro de 1930 foi um golpe burguês diante do avanço do movimento operário representado pelo Bloco Operário e Camponês (DE DECCA, 1981) (TRONCA, 1988).

Ainda que os alguns críticos atribuam um certo exagero sobre a atuação do PCB e do BOC por parte dos autores na análise sobre 1930, as obras são importantes por colocar em discussão 1930 como tema revolução e como marco divisor ao afirmarem que, tanto um quanto outro são construções do poder que objetivam silenciar outros projetos. De Decca teria indicado que:

Aqueles que pretenderam realizar um estudo crítico a respeito 'desse evento', faz notar que não conseguem mover-se fora do campo construído pelo poder; não questionam 1930 como marco divisor, nem o tema revolução. Não percebem que esse marco foi construído pelo próprio poder com o objetivo de dizer como o processo deveria ser lido, silenciando todas as outras propostas (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY. 2003, p. 32)

O silenciamento sobre os outros projetos revolucionários seria resultado dessa construção feitas pelos "vencedores". Essa discussão foi e ainda é extremamente relevante, já que muitos conflitos no Brasil receberam a denominação de revolução. Um desses conflitos é o movimento de 1932, que como 1930 também gerou diferentes interpretações. Emília Viotti da Costa alertou que "os mitos nascidos no calor da hora dificultaram a compreensão desse processo" (COSTA, 1982, p.8). A memória que exaltava uma suposta vitória paulista com a redação da nova carta constitucional influenciou parte da historiografia (RODRIGUES, 2012).

Numa perspectiva com influência marxista, Maria Helena Rolim Capelato analisou 1932. Para a autora, a razão do confronto tanto em 1930 quanto em 1932 estaria na luta de classes que foi eclipsada pela memória dos vencedores. Nas palavras de Capelato:

A historiografia analisou o processo histórico a partir da memória da Revolução de 30. Nessa medida, a luta de classes esteve reduzida à crise das oligarquias e à ação do movimento tenentista. A Revolução Constitucionalista de 32 foi entendida como a continuação da luta entre esses dois agentes sociais, ficando novamente oculta a dimensão histórica do conflito de classes (CAPELATO, 1981, p.11).

A revolta de 32 seria um movimento em que as classes dominantes de São Paulo tinham como objetivo recuperar o poder perdido em 1930 e controlar as outras classes sociais. Essa interpretação também é sustentada por Edgar Carone, que concebe 1932 como um movimento de grupos oligárquicos contra o Governo Provisório de Vargas. “A elite cafeeira [...] é derrotada com a revolução de 1930 e procura vingança em 1932” (1991, p. 82)

Entretanto, há aqueles que negam essa concepção de 32 como um movimento de elite. Marco Antônio Villa (2008) é um dos principais representantes daqueles que entendem 1932 como um movimento genuíno da população de São Paulo por democracia e constituição. Numa posição que, com esforço, pode ser considerada intermediária, está Boris Fausto e afirma que a contenda “teve um lado voltado para o passado e outro voltado para o futuro” (FAUSTO, 2011, p.192). A revolta teria acomodado os que desejavam restabelecer a estrutura oligárquica da Primeira República, bem como aqueles que ansiavam por uma democracia liberal.

A rápida apresentação das diferentes interpretações indica como esses dois conflitos estão longe de formar consensos dentro da historiografia. O mesmo fato é observado nas produções memorialísticas.

1.2 MEMÓRIA, IDENTIDADE E A PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA

Existe uma extensa produção que procura estabelecer tanto diferenças quanto semelhanças entre memória e história. Não pretendemos apresentar toda ela, mas, a partir da discussão de alguns autores, realizar alguns apontamentos que permitam caracterizar e analisar as obras selecionadas.

Tanto a memória quanto a história são imagens elaboradas sobre as experiências do passado e suas fronteiras são tênues (LOWENTHAL, 1998). Admitir a existência de uma semelhança entre elas, no entanto, não nega as suas particularidades. Catroga nos atenta que apenas:

[...] um cientismo ingênuo pode aceitar a existência de uma radical separação entre a retrospectiva da memória e a retrospectiva historiográfica, tanto mais que ambas não são exclusivamente criadas pela imaginação e, ainda que por vias diferentes, aspiram ao verossímil, seja por fidelidade ou por veridicção. (CATROGA, 2015, p. 53)

Apesar de suas imbricações com a história, a memória não se confunde com esta, antes a memória é um objeto da história. Há algum tempo, os historiadores

servem-se da memória como um de seus objetos para a produção do conhecimento historiográfico. Conforme destaca Jacques Le Goff, “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49).

Michael Pollak desenvolveu um trabalho importante sobre o uso da memória social como fonte para trabalhos históricos. Ao resgatar Halbwachs, o autor “ênfatisa a força dos diferentes pontos de referência que estrutura nossa memória e que a inserem na memória da coletividade que pertencemos” (POLLAK, 1989, p.3). A memória passa a ser entendida “também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Nesse sentido, a memória não é algo naturalizado, nascida exclusivamente do indivíduo, mas está submetida à fatores sociais, culturais, políticos e históricos, mesmo quando se considera que ela pode ter uma dimensão individual. Nas palavras de Fernando Catroga, constitui um “erro reduzir a fenomenologia da memória à espontaneidade e autarquia do eu, dado que ela também está sujeita a uma sobredeterminação social” (CATROGA, 2015, p.10).

Pollak afirma que a memória seria composta por acontecimentos vividos pessoalmente ou por tabela, isto é, acontecimentos vividos pelo grupo em que um indivíduo acredita pertencer e não que necessariamente foi vivenciado por ele. Ainda segundo o autor austríaco:

a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992, p. 201)

As revoluções são um desses acontecimentos traumáticos que marcaram profundamente a população de Itararé. A ideia de uma memória herdada é algo a ser considerado nas obras analisadas. Ainda em relação à memória herdada, Pollak assevera que “podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (1992, p. 204). Esta última

entendida como tudo aquilo que define um sujeito e estabelece papéis assumidos socialmente (SILVA; SILVA, 2009).

Sem a memória não existiria identificação, filiação e distinção, apesar da íntima relação entre elas (CATROGA, 2015). As narrações sobre o passado permitem que a identidade se manifeste. “Relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83).

O movimento armado de 1932 tornou-se um acontecimento importante para a construção da identidade paulista. Instituições foram fundadas com o objetivo de exaltar o movimento. Na capital paulista, foram criados o Clube Piratininga e a Sociedade Veteranos de 32 (MMDC), respectivamente em 1934 e 1954. A memória “seria celebrada nos desfiles cívicos, eventos e festividades que se sucederiam nos anos seguintes [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 203). Boa parte dessas cerimônias foram coordenadas pela Polícia Militar do estado (BORGES, 1997).

“A ampliação da luta contra o esquecimento completava-se com a construção de monumentos e mausoléus que viriam a tornar visível a memória dos “mártires” e da “causa da Constituição [...]” (ABREU, 2011, p. 206). No vigésimo segundo aniversário da revolução de 32, na capital paulista, ocorreu a inauguração parcial do Monumento Mausoléu aos Heróis, de 1932, que só foi concluído na década de 1970. Com 72 de metros de altura, o monumento, projetado por Galileo Ugo Emendabili, guarda os restos mortais dos “mártires” e ex-combatentes do conflito. Desde 2014, a sede da MMDC situa o Monumento Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32.

Essa associação também foi responsável pela criação de quatro medalhas oficializadas pelo governo de São Paulo. A “Medalha MMDC”, de 1962, “Governador Pedro de Toledo⁹”, de 1972, “Medalha Constitucionalista”, de 1989 e “General Euclides de Oliveira Figueiredo¹⁰”, de 2018.

O ano de 1989 foi marcado por uma polêmica envolvendo a memória oficial de 1932. A emenda proposta pelo deputado Ivan Valente solicitando a supressão de um artigo do anteprojeto da Constituição de São Paulo e oficializava as comemorações do movimento de 9 de julho gerou intensa reação. Nas palavras de Vavy Pacheco Borges:

⁹ Pedro Manuel de Toledo nasceu na capital paulista, em 1860. O político e diplomata foi o chefe civil do estado de São Paulo durante o movimento de 1932.

¹⁰ Euclides de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, em 1883. O militar, preso durante a Revolução de 1930, foi uma das lideranças do movimento armado de 1932 e da Intentona Integralista de 1938. Ademais, é pai do ex-presidente João Baptista Figueiredo.

Em 1989, o anteprojeto de Constituição estadual propôs, no período de 2 a 9 de julho, uma Semana Constitucionalista, organizada pelo Poder Público e Sociedade de Veteranos – MMDC, com manifestações cívicas, sociais, religiosas e culturais (título VIII, artigo 329). Houve uma tentativa de emenda para retirar o artigo, apresentada por Ivan Valente, deputado do Partido dos Trabalhadores. Uma matéria fornecida pelo seu gabinete mostra as razões dessa tentativa: afirmando reconhecer ‘a luta em torno da memória histórica’, relembra o deputado a grande repressão às greves de trabalhadores em maio de 1932 efetuada pelas elites paulistas. Considera assim que ‘o movimento de 1932 se dá também por sobre a repressão e o silenciamento dos trabalhadores’. A emenda foi considerada ‘infame’ e um ‘acinte’ pelas entidades cívicas e culturais ligadas à memória oficial e oficiosa. *O Estado de S. Paulo*, em 24 de junho, acusou: Valente, “em nome de um comunismo que não se sabe qual seja’, ‘escarnece das tradições paulistas’, ‘reage pavlovnicamente à palavra ‘oligarquia’”. No mesmo editorial, o jornal manda **‘aqueles professores ilustres e pesquisadores de renome, que difundiram no seio da juventude essa mentira de que 1932 foi um movimento oligárquico, refazer suas pesquisas e retomar suas reflexões’**, pois 32 é hoje ‘um dos poucos símbolos em torno dos quais é possível reunir quantos se dispõem a lutar para preservar a democracia no Brasil’. Também o grupo Rádio e TV Record se manifestou contra a emenda. Segundo Valente, ao se manter a interpretação oficial da luta, pretende-se glorificar as elites democratas, obscurecendo seu golpismo em 1964. (BORGES, 1997, n.p., grifo nosso)

O editorial do *O Estado de São Paulo* não apenas criticou Valente, mas também atacou a historiografia que parece ter influenciado na proposição do deputado.

Em 2012, coronel Ventura, o então presidente da MMDC, reforça essa versão da memória oficial à Revista de História da Biblioteca Nacional destacando que, “Outra lenda dos livros de História é que a revolução foi pela elite. Foi pela Força Pública, e ela é o povo” (CALSAVARA; SAMPAIO, 2012, p. 40). Nota-se que há um espírito de orgulho por parte dos policiais militares do estado em relação à 32, pois eles se enxergam como líderes do movimento. Não seria exagero dizer que eles se consideram os guardiões dessa memória.

Não é por acaso que o deputado Eduardo Bolsonaro, envolto na bandeira do estado, evocou a memória do conflito durante a votação do processo de *impeachment* da presidenta da república, Dilma Rousseff:

Pelo povo de São Paulo nas ruas com o espírito dos revolucionários de 32, pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005, pelos militares de 64, hoje e sempre, pelas polícias, em nome de Deus e da família brasileira, é sim. (Transcrição feita pelo autor).

A referência ao confronto de 32 está relacionada ao seu significado para a Polícia Militar de São Paulo. “O passado não está a salvo das intenções do presente de dar tal ou qual significado ao tempo, aos personagens históricos, à nação. ”

(CERRI, 2011, p. 10 -11). Em Itararé, há pelos menos dois monumentos que fazem referência ao conflito de 1932. Um está situado na praça Gal. Euclides de Oliveira Figueiredo e outro no Parque Municipal da Barreira, local onde foram construídas trincheiras durante as batalhas.

O primeiro consiste no busto do general que dá nome à praça, inaugurado pelo prefeito Floriano Côrtes no decurso das comemorações do aniversário da cidade, no ano de 1981. A escultura foi uma oferta da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Figura 1 - Busto do Gal. Euclides de Oliveira Figueiredo



Fonte: Arquivo pessoal.

O segundo constitui-se de um monumento em homenagem aos combatentes de 1932, fundado pelo prefeito Laércio Antonio Amado no aniversário da guerra, no ano de 1995. No monumento consta com a seguinte inscrição: “Homenagem do povo

Itarareense, aqueles que lutaram e sacrificaram suas vidas pelo direito de igualdade e pela liberdade democrática.”

Figura 2 - Monumento ao Soldado Constitucionalista situado no Parque Municipal da Barreira



Fonte: Prefeitura Municipal de Itararé (2014)

Uma rua que corta a principal via da cidade recebeu o nome de 9 de julho. O monumento, a rua e a praça são o que Nora (1993) chamou de “lugares de memória”, espaços que o objetivo pode ser conceber ou reforçar uma identidade coletiva.

Nas palavras do autor francês, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). A rua que evoca os eventos de 1932 cruza com a rua 24 de outubro, que rememora a subida de Vargas ao poder. A nomeação desta ocorreu ainda em 1930 por meio do ato nº 5, de 14 de novembro, quando vários espaços da cidade tiveram seus nomes alterados por Paulo Ferreira, membro do PD e empossado como prefeito pelas forças

insurgentes. Esses espaços receberam o nome de personagens ligados à Aliança Liberal e ao tenentismo.¹¹

A praça São Pedro, uma das principais praças da cidade, teve o seu nome alterado para João Pessoa. Em 1977, a praça passa a ser denominada Francisco Alves Negrão, vereador, prefeito de Itararé durante três oportunidades e deputado estadual. Entretanto, o local ainda hoje é mais conhecido como praça São Pedro.

Em janeiro de 2020, foi fundada em Itapeva, cidade vizinha à Itararé, uma entidade cívica nomeada Associação Brasileira de História Militar Legião de 32 que, nas palavras de seu presidente, tem por objetivo “resgatar e manter viva a história dos heróis que se encontram esquecidos”. O nome e a fala do presidente da entidade denotam que ela guarda certa similaridade com a MMDC. No mesmo ano, a Lei Municipal nº 4063, de 15 de junho, instituiu a *Semana Municipal da Revolução Constitucionalista de 1932 em Itararé*, a ser comemorada entre os dias 1 e 9 de julho. A partir de então, a associação itapevense participa ativamente das comemorações da data em Itararé.

Como foi visto, as memórias produzidas sobre os dois conflitos influenciaram desde nomes de logradouros, construção de monumentos e instituição de datas comemorativas em Itararé a produções memorialísticas. Essas obras explicitam “as batalhas da memória” (POLLAK, 1989, p.4), nas quais vamos nos debruçar.

Carnielli (2007), ao estudar a produção do que ele chamou de memorialistas urbanos de Campinas entre os anos 1920 e 1970, construiu a seguinte definição para elas:

É uma produção desligada do ambiente acadêmico e realizada por pessoas que não frequentaram uma faculdade ‘especializada’ no assunto, mas que, no entanto, dispuseram se, por um motivo ou outro, a escrever a respeito de suas cidades. Área de atuação de amadores, já que escrever sobre o passado não necessariamente oferecia uma recompensa monetária, além de não ser a atividade principal de quem o realizava. (CARNIELLI, 2007, p. 34).

A definição do autor acima, apesar de se referir a um contexto e locais diferentes das produções que estudamos, é um dado muito útil, porque todos os autores estudados não tinham como principal atividade a escrita sobre o passado. Adriano Queiróz Pimentel foi funcionário público, diretor de jornal e político; Terezinha de Jesus Mello Martins, Maria Aparecida Silva Mello e Lázara Aparecida Fogaça

¹¹ A praça Washington Luís passou a se chamar Siqueira Campos, a rua cel. Jordão foi renomeada como Djalma Dutra, a rua Ataliba Leonel passou a ser chamada de Newton Prado e a rua cel. Prestes teve seu nome convertido em Joaquim Távora.

Bandoni eram professoras da educação básica; José Maria Silva, taxista; Hélio Porto, jornalista.

Além do fato de não serem historiadores de ofício, vale destacar que um outro ponto de aproximação entre eles é a atuação na imprensa escrita. Adriano Queiróz Pimentel exerceu o cargo de diretor do jornal a Tribuna de Itararé por duas vezes pelo menos, entre 1949 e 1959, Hélio Porto foi editor da revista A Minúscula, hoje convertida num *blog* e os outros autores já publicaram algum texto ou foram colunistas nos jornais de Itararé. “Na imprensa, eles ‘nascem’ e ‘morrem’ para o universo da história local, é lá que se fazem lidos e ouvidos, [...] divulgam seus trabalhos e é lá também que estão [...] divulgadas a maior parte de suas obras” (CARNIELLI, 2007, p. 27).

Mesmo não possuindo uma formação específica na área ou uma produção ligada a uma instituição de pesquisa acadêmica, muitos desses autores são chamados ou se autointitulam historiadores. Todavia, a escrita da história tem um regime próprio, com teorias, métodos e técnicas que permite a ela se afirmar como uma ciência. A história tem compromisso com o rigor de suas afirmações e depende da validação de seus pares, os historiadores produzem um discurso que se manifesta a partir de um lugar social, que define o que é permitido e proibido na história. (CERTEAU, 2013) (LOWENTHAL, 1998).

A prática memorialista se diferenciaria da historiográfica por ter no conceito identitário do bairrismo, entendido como demonstrações de afeto e pertença, o elemento que autoriza escrever sobre uma localidade e proporciona credibilidade. Segundo Carnielli (2007), um autor

[...] é, enquanto bairrista, desde o princípio uma ‘fonte confiável’ de informações para grande parte tanto dos leitores ‘leigos’, quanto dos ‘iniciados’, seus conhecimentos e sentimentos acerca da cidade oferecem o efeito de verdade necessário a seus trabalhos e nesse sentido, diferem da prática historiográfica (CARNIELLI, 2007, p. 4)

O bairrismo, entretanto, não é só atitude que valida a escrita sobre a localidade, é também a atitude de quem escreve. Essa atitude é uma devoção ao local em que se vive e a exaltação de seu passado. Essas produções memorialísticas são entendidas como parte integrante de um conjunto de relações que ocorrem dentro de uma determinada sociedade. Pollak (1989, p. 8) lembra que, principalmente, a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”. Lowenthal diz que a:

[...] função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta. (1998, p.103)

O conteúdo de cada obra e a forma como são tratados se acham, então, carregados de intencionalidades que, para serem identificadas, dependem da atenção do pesquisador. Portanto, a reconstituição das particularidades de cada autor e obra pesquisado, dando forma as suas histórias e tentando ligá-las a diferentes determinantes sociais, culturais e políticos é uma tarefa necessária para compreender os usos da memória.

Na sequência, tendo em vista as características dessa produção, analisamos este conjunto de obras sobre a histórica local de Itararé.

1.2.1 Apontamentos Históricos de Itararé

Adriano Queiróz Pimentel nasceu em Itararé, em 1904. Após cursar o ensino primário no Grupo Escolar da sua cidade natal, partiu para a capital paulista onde formou-se alfaiate no internato do Liceu Coração de Jesus. Em meados da década de 20, estudou na antiga Escola de Farmácia e Odontologia na cidade de Itapetininga pela qual se formou cirurgião dentista.

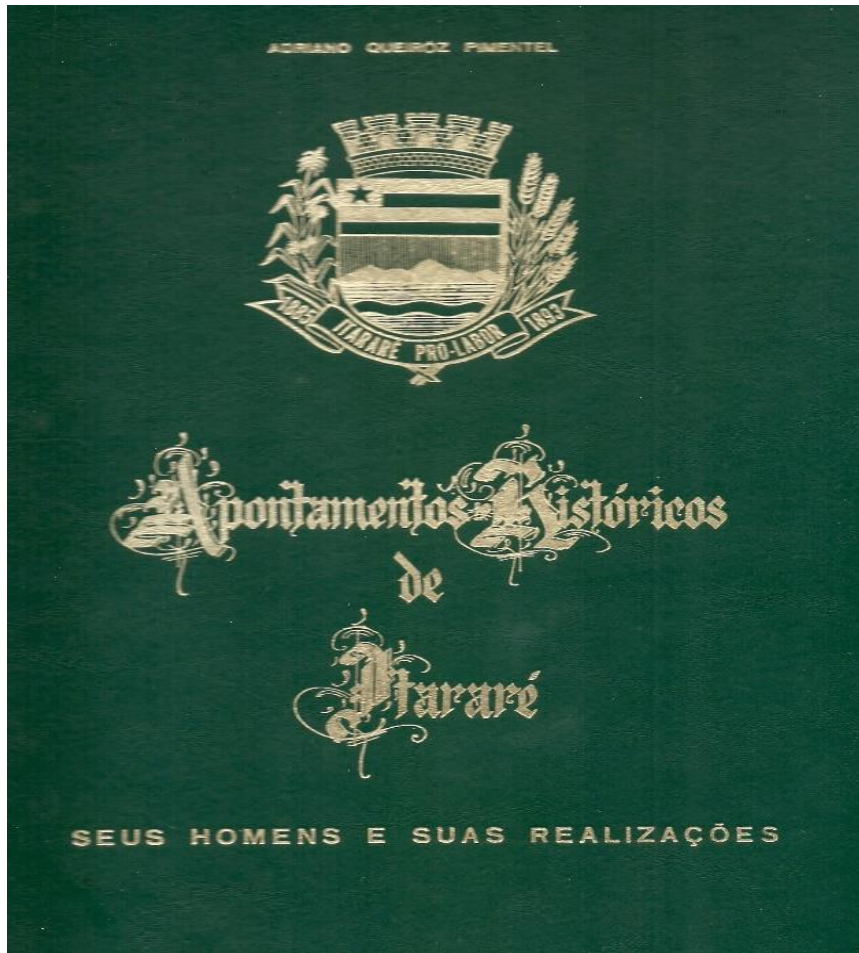
Nos anos de 1928 e 1929, exerceu o cargo de vereador e vice-prefeito na cidade de Itaberá, vizinha de Itararé. No ano seguinte, desempenhou a função de Secretário da Câmara e da Prefeitura Municipal de Itaberá. Voltou, então, a Itararé onde foi vereador entre 1948 a 1951 pela extinta União Democrática Nacional (UDN). Durante o seu mandato como vereador, ajudou a fundar o jornal semanal intitulado a Tribuna de Itararé, sendo o seu primeiro diretor. Na Prefeitura Municipal de Itararé (PMI), foi diretor de Administração e Expediente.

Adriano foi autor de “A Família Pimentel do Sul de São Paulo e os Ferreira de Mello (Camargo)”, de 1972 e “Apontamentos Históricos de Itararé”, de 1982, ano de falecimento do autor. Ambas as obras foram desenvolvidas e impressas na Tipografia Itararé Ltda., editora responsável pelo jornal Tribuna de Itararé.

“Apontamentos Históricos de Itararé” é um livro de capa dura verde musgo com o formato 30 cm x 22 cm e o nome do autor aparece gravado em dourado, o

brasão da cidade, o título e o subtítulo. A capa dura, fonte do título, a gravação em dourado, as dimensões e o brasão podem indicar uma aspiração por parte do autor de fazer da obra uma história oficial de Itararé.

Figura 3 - Capa de Apontamentos Históricos de Itararé



Fonte: Pimentel (1982)

Na introdução de “Apontamentos Históricos de Itararé”, Adriano Queiróz Pimentel conta que o livro seria uma continuidade de uma pesquisa realizada anteriormente por ele para a composição da revista “Cinquentenário de Itararé – 1893 – 1943”. As atas dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal e a imprensa local foram as principais fontes de pesquisa desse trabalho.

O subtítulo do livro, “seus homens e suas realizações”, denota uma história factual com destaque a nomes e datas, que é confirmado pelo conteúdo do livro que traz uma extensa relação de nomes de políticos e suas realizações, tais como: a chegada da luz elétrica ao município, as obras de abastecimento de água, a construção da ponte de concreto sob o rio Itararé, que ligava São Paulo ao Paraná, a

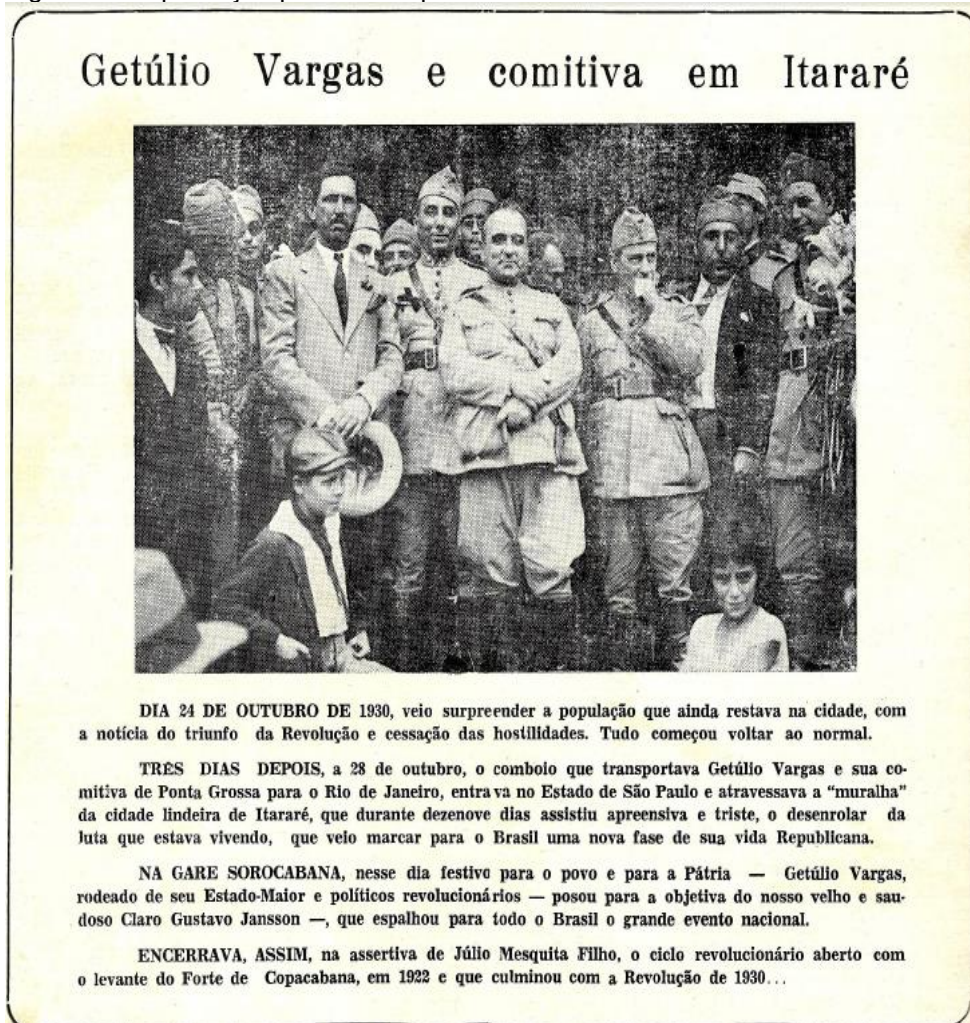
criação de feiras livres no Mercado Municipal, o calçamento das ruas e a reorganização das finanças municipais.

Sendo assim, o livro organiza os assuntos a partir de uma perspectiva preponderantemente política, divididos principalmente em legislaturas municipais. A principal exceção nessa organização dos assuntos são as páginas no final da obra, dedicadas a falar da Santa Casa de Misericórdia e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Em “Apontamentos Históricos de Itararé”, há uma forte influência do que podemos chamar de historiografia “tradicional”¹², que vai desde uma narrativa factual muito próxima ao poder até a pouca, ou nenhuma, problematização das fontes de pesquisa. O livro com mais de duzentas páginas tem apenas quatro seções dedicadas à Revolução de 1930, todavia o assunto é apresentado num grande quadro que se assemelha à notícia de um jornal como podemos ver a seguir.

¹² Chamamos de “historiografia tradicional” aquela limitada a temas políticos e governamentais, ligada ao ideal de busca por verdade dos fatos.

Figura 4 - Reprodução parcial de Apontamentos Históricos de Itararé



Fonte: Pimentel (1982. p. 84)

A primeira coisa a se destacar é a fotografia de Claro Gustavo Jansson. A forma que a imagem é apresentada aparenta ser uma preocupação de Pimentel em mostrar que Vargas esteve efetivamente na cidade, em outubro de 1930, com a fonte tomando um sentido de prova. Essa preocupação também pode ser vista no título no quadro: “Getúlio Vargas e comitiva em Itararé”. No texto que segue a imagem, o fotógrafo sueco é chamado de “nosso velho e saudoso Claro Gustavo Jansson”. O fotógrafo é celebrado por fazer conhecido em todo o país o “grande evento nacional” ocorrido em Itararé, a história da cidade expressa a história nacional (CARNIELLI, 2007).

Todas as fotos sobre a Revolução de 1930 são de autoria de Jansson e boa parte das legendas que as acompanham são basicamente a transcrição da

descrição¹³ feita pelo próprio fotógrafo. Pimentel reforça em todas as legendas que os momentos do combate registrados pelo fotógrafo se passam em Itararé. Todas as legendas da Revolução de 1930 começam com “ITARARÉ – 1930”, num esforço de destacar que importantes acontecimentos da contenda ocorreram na cidade, mesmo quando a descrição de Jansson indica que uma das fotografias reproduzidas no livro foi feita em Sengés, estado do Paraná.

A passagem de Vargas e dos revolucionários por Itararé é bastante exaltada por Pimentel, ainda que as legendas sejam muito parecidas ou iguais às descrições feitas por Claro, como atestado anteriormente. A legenda da fotografia de João Batista Luzardo o descreve como “grande tribuno e parlamentar gaúcho” (PIMENTEL, 1982, p. 88), já a de Joaquim Francisco de Assis Brasil o retrata como “grande chefe libertador gaúcho” (PIMENTEL, 1982, p. 89). O uso da palavra “grande” nos parece sintomático, pois, se “grandes” personagens do cenário político passaram em Itararé, a cidade se tornaria relevante para história brasileira.

A passagem de Getúlio Vargas por Itararé no dia 28 de outubro, nas palavras do escritor, significava “para o Brasil uma nova fase de sua vida republicana” (PIMENTEL, 1982, p. 84). Essa mesma frase utilizada no texto do quadro vai ser repetida literalmente na página oitenta e sete. O episódio é chamado de “dia festivo para o povo e para a Pátria (sic)”. As expressões “nova fase” e “dia festivo” podem indicar que a Revolução de 1930 no texto de Pimentel tem um caráter positivo.

Pimentel cita as acusações de fraude eleitoral como causa dos combates daquele outubro de 1930. “A diferença de votos não foi tão grande [...] considerando os padrões de controle da máquina eleitoral da República Velha [...] Isso facilitou aos oposicionistas a acusarem ‘fraude’, o que era muito comum nas eleições daqueles tempos” (PIMENTEL, 1982, p. 85). A causa dos revolucionários é enaltecida pelo autor ao afirmar que, “em nome da moralidade política e da verdade do voto, se fez a revolução” (PIMENTEL, 1982, p. 85).

Para Pimentel, Itararé era uma “‘muralha de granito’, formada pelo alvéolo do rio que deu seu nome à cidade, numa profundidade de 20 metros [...]” (PIMENTEL, 1982, p. 86). Nessa altura, parece crível que o autor tenha lido o catálogo das fotografias de Claro, no qual se lê que Itararé como “defesa representa uma

¹³ Algumas dessas descrições estão numa espécie de catálogo de álbuns e coleções postais sobre o conflito que Jansson vendia, com fotografias em tamanho 9 cm x 12 cm (Anexo 1).

Thermopylas¹⁴” (JANSSON). A ideia de que Itararé era um obstáculo insuperável para os revolucionários é parte constituinte da produção memorialista que apresenta “adjetivação muitas vezes exageradas dos espaços descritos [...]” (BREFE, 1993, p.7).

A legenda da fotografia das trincheiras em Itararé também é de Jasson, ela explica que as “trincheiras antigas, da revolução de 1893 seguem paralelas às construídas recentemente pelas forças legais e estão situadas na ‘Barreira’ em terras de S. Paulo [...]” (PIMENTEL, 1982, p.86). No entanto, em 1930, essa barreira natural não pode conter as tropas invasoras que “transpuseram o marco lindeiro do território paulista [...]” (PIMENTEL, 1982, p. 86).

Os relatos que descrevem Itararé durante o confronto são carregados de emoção. Após os primeiros embates na fazenda Morungava, “Itararé apresentava um aspecto tristíssimo de uma cidade abandonada”. Devido à notícia de bombardeios no dia anterior, “o povo evacuou a cidade”, que ficou “entregue às mãos dos militares [...]” (PIMENTEL, 1982, p. 86). A tristeza com os eventos citados demonstra afeto do autor por Itararé, uma faceta da produção memorialista (BREFE, 1993; CARNIELLI, 2007).

Assim, Pimentel descreve a “dramática situação” vivida pela população itarareense que “assistiu apreensiva e triste, o desenrolar da luta [...]” (PIMENTEL, 1982, p.84-87) e pelos legalistas que temiam um “massacre” (PIMENTEL, 1982, p, 86). A tensão aumenta quando Pimentel fala sobre a ordem dos comandantes militares a Paes de Andrade: “**Defenda Itararé a todo transe'...**” (PIMENTEL, 1982, p. 86, grifo do autor).

A narração dos episódios que põem fim às hostilidades tem um caráter heroico. Quando a cidade estava prestes a ser bombardeada, o deputado gaúcho Glicério Alves “atravessou as linhas portando uma bandeira branca e precedido de clarins. Transpôs os pontos avançados do inimigo, foi conduzido à presença de Paes de Andrade. [...]. Vinha propor a rendição incondicional. ” (PIMENTEL, 1982, p. 86). Uma foto do parlamentar montado a cavalo em frente ao estúdio de Jansson se encontra duas páginas a frente.

O fim da contenda com a vitória revolucionária no “dia 24 de outubro veio surpreender a população que restava na cidade [...]. Tudo começou a voltar ao normal [...]” (PIMENTEL, 1982, p. 86). A volta à normalidade, todavia, era acompanhada por

¹⁴ Uma estreita passagem costeira que existiu na antiguidade, onde ocorreu no século V a.C. a famosa Batalha das Termópilas durante a Segunda Guerra Médica, que colocou em confronto gregos e persas. A expressão Termópilas é utilizada como sinônimo de resistência destemida ao oponente.

alterações nos nomes de ruas e praças da cidade. A celebração da revolução no texto de Pimentel também é uma forma de celebrar Itararé, uma vez que a cidade foi palco dos momentos decisivos do conflito e ficou marcada por ele. E “assim Itararé entrou para a história na arrancada revolucionária” (PIMENTEL, 1982, p. 86).

O texto de Pimentel pode ser considerado uma manifestação do bairrismo que, conforme Carnielli (2007), é o:

[...] patriotismo em escala regional, a repetição da história-pátria no microcosmo das cidades, onde os acontecimentos extravasam seus limites, ganhando contornos maiores e permitindo que os grandes eventos políticos e sociais da pátria sejam representados pelas ‘coisas’ de uma cidade (CARNIELLI, 2007, p, 43).

Porém, essa visão simpática ao movimento de 1930 não impede Pimentel de chamar os eventos de 10 de novembro de 1937 de “golpe totalitário” e de “grande ignomia para a democracia brasileira” (PIMENTEL, 1982, p. 200). Há uma crítica explícita ao golpe que deu início à ditadura varguista, entretanto o golpe de 1964 é chamado por Pimentel de revolução, em alguns excertos do livro. A ligação com o jornal “Tribuna de Itararé”, um dos avalistas do golpe contra Goulart na cidade (BARRETO, 2021), talvez possam explicar essa posição.

Para Pimentel, a Revolução de 1930 seria um desdobramento do movimento tenentista. “Encerrava, assim, na assertiva de Júlio de Mesquita Filho, o ciclo revolucionário aberto com o levante do Forte de Copacabana, em 1922 [...]” (PIMENTEL, 1982, p. 84-87). À época da publicação do livro, os militares que governavam o país também seriam os protagonistas do confronto. Já para se referir aos acontecimentos de 1932, o autor usa poucas palavras. Conforme Samuel, a “memória tem sua própria seletividade e seus silêncios” (SAMUEL, 1990, p. 239).

O movimento é mencionado em apenas três parágrafos do livro. O trecho do livro que fala sobre a gestão de Walfrido Rolim Moura é aberto com um parágrafo que explica a sua nomeação como prefeito pelas forças federais após a ocupação da cidade. Os outros dois parágrafos são os únicos dedicados a falar especificamente a respeito do conflito na cidade e trazem a transcrição de uma notícia que fala sobre a prisão de dois itarareenses.

Pimentel (1982) diz que foi num jornal, que circulou em 1932, “buscar a notícia esquecida” das prisões de Teódulo Pimentel e Heitor Guimarães Côrtes, que seriam

chefes da Frente Única¹⁵ na cidade. O autor não se aprofunda no assunto e diz que a prisões ocorreram “por razões políticas” (PIMENTEL, 1982, p. 90). Esses dois nomes militaram com Pimentel na UDN anos mais tarde. Será que Pimentel compartilhava dos mesmos ideais defendidos pelos seus futuros colegas de UDN em 1932?

Uma possível explicação para esse silenciamento sobre 1932 pode estar no fragmento em que Pimentel fala como a cidade foi apoderada. As forças federais “ocuparam a cidade sem nenhuma resistência por parte das forças constitucionalistas que recuaram para a cidade de Faxina (PIMENTEL, 1982, p.90). A suposta falta de luta para defender Itararé pode incomodar o autor.

Celebrar 1930 pode ser um contrassenso do autor em virtude de uma possível filiação do autor aos rebeldes de 1932, a noção de bairrismo pode nos ajudar a compreender essa celebração porque é entendida como uma forma de relacionar a história pátria com a cidade (CARNIELLI, 2007).

1.2.2 As Batalhas de Itararé

Lembrada pela mentira
Esquecida pela verdade
Depois da luta retira
Os sonhos de uma cidade

São Paulo não é país
São Paulo não é café
São Paulo não é raiz
São Paulo é Itararé.
(SILVA, 1997, p. 24)

José Maria Silva nasceu em Itararé, em 1941. Mais conhecido como Zé Maria do Ponto, o seu apelido está relacionado à profissão que exerceu por mais de quatro décadas como motorista de táxi. Na contracapa de “As Batalhas de Itararé” o autor assim se descreve:

Motorista de Táxi, curso colegial (supletivo). Autodidata, contista, colaborador dos jornais Tribuna de Itararé e O Guarani.
O que mais? Ah, católico (?), petista¹⁶, palmeirense, juvenil-titular-veterano-técnico-diretor-conselheiro da Associação Atlética Itararé (SILVA, 1997. Contracapa)

Zé Maria tem no humor a marca principal de sua escrita, seus textos são concebidos para fazer o leitor rir. Esse intento possivelmente possa explicar o uso da

¹⁵ A Frente Única Paulista, formada em fevereiro de 1932, era uma aliança do PRP e do PD, que tinha como plataforma a nomeação de um interventor civil e paulista na reconstitucionalização do país.

¹⁶ Na edição publicada em 2018, o mesmíssimo texto da contracapa acha-se nas primeiras páginas do livro, com o acréscimo do nome dos três netos e a omissão da identificação como petista.

linguagem popular que ele procura justificar em nota ao leitor da sua obra: “[...] não estranhe os diálogos. É o palavreado, o sotaque e a gíria da terrinha, escritos como se fala” (SILVA, 1997, p. 12).

“As Batalhas de Itararé” é uma coletânea de contos que foram publicados nos jornais “O Guarani” e “Tribuna de Itararé”. É na imprensa que ocorre a “veiculação sistemática da produção intelectual” (GOMES, 1996, p. 48). Todos os textos reunidos no livro foram, segundo o autor, escritos no volante do seu táxi, enquanto aguardava os passageiros no ponto situado na praça Francisco Alves Negrão no centro da cidade.

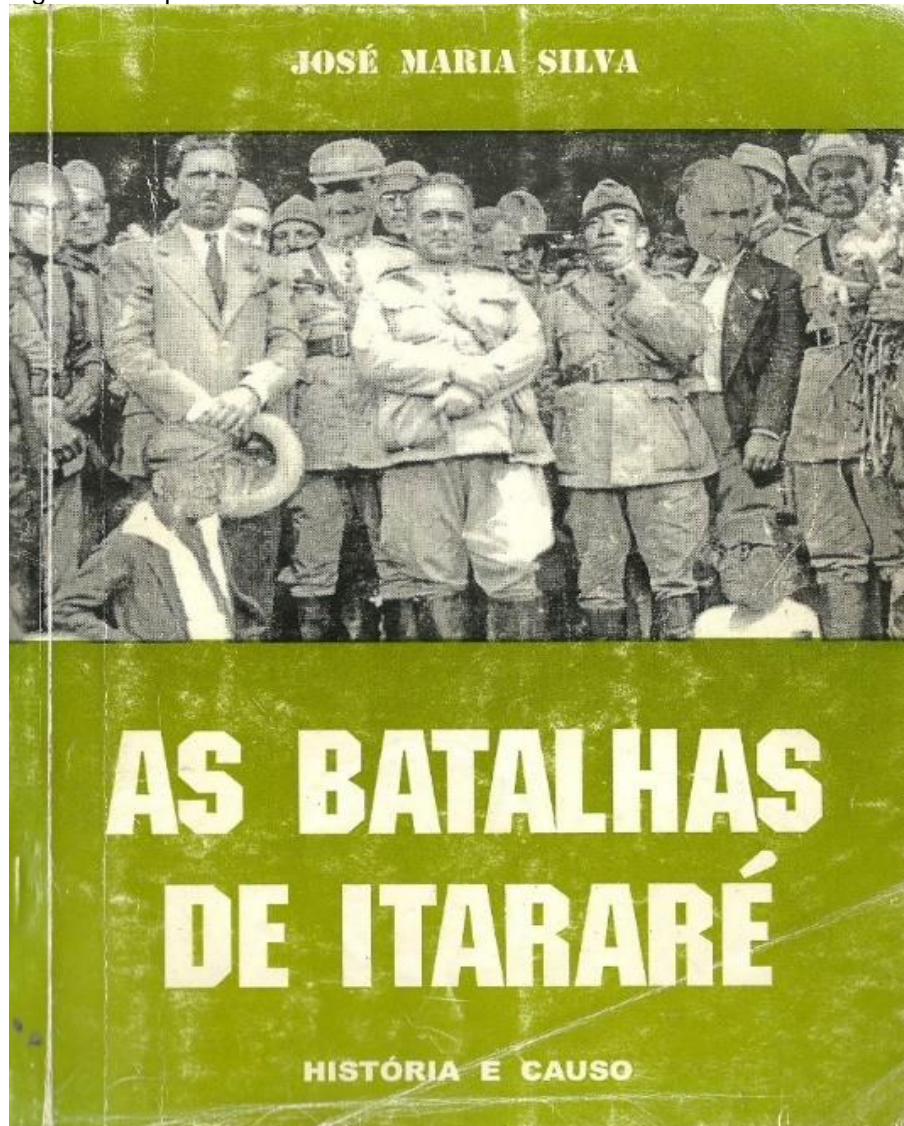
A primeira edição de 1997 também foi impressa pela Tipografia Itararé Ltda., sendo financiada pelo comércio local. A tiragem de mil exemplares foi completamente vendida e todo valor arrecadado foi doado à Santa Casa de Misericórdia de Itararé. A publicação do livro gerou convites para entrevistas em março de 1998 no programa “Jô Soares Onze e Meia”, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e no programa “Ponto de Encontro”, da Central Nacional de Televisão (CNT), em maio do mesmo ano.

O livro tem a medida de 21 cm x 15,5 cm com capa flexível. O título faz alusão aos eventos ocorridos nos dois conflitos em Itararé. A capa verde-oliva, as fontes do nome do autor, título e subtítulo geram um tom beligerante que contrasta com a divertida fotomontagem.

A mesma fotografia de Getúlio Vargas que está no livro de Pimentel e que Zé Maria denominou em sua obra como “célebre” serve como base para a capa. A composição procura divertir pelo tratamento jocoso dado à chegada de Vargas a Itararé, o político gaúcho está rodeado por personagens do livro. “Começando pela parte inferior, à esquerda e no sentido anti-horário aparecem: Oswaldo Wolf (foto recente)¹⁷, D.^a Eugênia Veiga, Jesus, Moisés, Lustroso, Getúlio Vargas, Zé Beleza, Belizário Pinto e João Marinho” (SILVA, 1997, p. 8).

¹⁷ Na fotografia original, Oswaldo Wolf é o menino do canto inferior esquerdo. Na fotomontagem, o seu rosto já de homem idoso é colocado acima de seu corpo de criança.

Figura 5 - Capa de As Batalhas de Itararé



Fonte: Silva (1997)

Além do objetivo cômico, a capa pode ser explicada a partir do seguinte excerto do prefácio: “Pedra-que-o-rio-escavou, pedra escavada ou quartzo, Itararé é interior, é caipira-paulista-sulista, é povo, história, causo e ... batalhas. Pode ser a histórica ‘Batalha-que-não-houve’, como as batalhas do dia a dia” (SILVA, 1997, p. 11). Na perspectiva do escritor, Itararé seria mais que a sua famosa batalha, mas também as batalhas diárias de seu povo que ocupam a maior parte das mais de cento e setenta páginas do livro.

O subtítulo do livro, “história e causo”, indica a sua organização interna. A primeira parte chamada de história tem pouco menos de trinta páginas e inclui os três primeiros capítulos, as outras mais de cem páginas restantes formam a segunda parte, nomeada de causo. O livro ainda conta no epílogo com um “Pequeno Dicionário

da Gíria Itarareense”. Silva (1997) diz que a obra é composta por “histórias e causos verdadeiros” e que só dois causos são ficção. Ele também alerta que em outros três causos “verdadeiros” foram criados personagens fictícios por uma “questão de ética”, em entrevista à CNT, o autor afirmou que esse artifício foi utilizado para não ofender nenhuma família.

No prefácio, o pedido para “que um chofer-de-praça proseie sua terra” pode ser entendido como uma forma de dar veracidade do que conta mesmo “com alguns arranjos” (SILVA, 1997, p.11-12). “É necessário viver a cidade, em seu dia a dia, entender seus problemas e conhecer suas virtudes” (CARNIELLI, 2007, p. 49). Para Silva (1997), o fato de ser taxista o faz ser consciente no que diz respeito as dificuldades e qualidades de Itararé. A citação de uma frase atribuída ao comediante americano George Burns parece corroborar essa ideia: “É uma pena que todas as pessoas que sabem como governar o país estejam ocupadas demais dirigindo táxis e cortando cabelo” (SILVA, 1997, p.169).

Após o prefácio, a demonstração de pertencimento aparece na poesia intitulada “Eu...”:

Eu...

Itararé, terra que me viu nascer
 Já tens meu umbigo
 Conte comigo
 Serei seu adubo quando morrer

Infância, puberdade, ah! Saudade...
 Adolescência, mocidade, sonho, felicidade...
 Caminho escolhido, luta, adversidade...
 Casamento, esposa, filhos, tenacidade...

Dívida, dever, ler e escrever...
 História, caso, entreter...
 Trabalhar, aposentar, chofer...
 Família formada
 Árvore plantada
 Obra editada

Itararé terra minha
 Serei seu adubo...
 (SILVA, 1997, p.13)

O maior interesse do autor é contar causos sobre Itararé. Isso não significa que o autor tenha se furtado de falar sobre as revoluções, elas serviram como uma forma de apresentar o itarareense ao leitor. Ainda no prefácio, o autor lembra que a cidade é conhecida como “Batalha da Mentira” e “Ramal da Fome”. E logo explica:

“Tudo lenda” (SILVA, 1997, p. 11). Ele procura combater essas denominações. “Ramal da Fome” não se relacionaria com a pobreza dessa região do estado, mas pelo fato de que o carro-restaurante era desligado da linha Sorocabana antes de chegar ao ramal de Itararé. A “Batalha da mentira” seria resultado de uma luta de interesses espúrios e estranha aos itarareenses, a cidade só estaria envolvida na luta por ser um ponto estratégico.

Na Batalha-que-não-houve, Itararé, ponto estratégico, foi símbolo de uma luta... inglória. Um estado contra o resto do país... Lutas por conchavos políticos, eleições fraudulentas, interesses econômicos... Derrota. Na Revolução Constitucionalista, um pretexto para a volta ao poder. Nova derrota. Nas batalhas de araque, Itararé entra para a História pela porta dos fundos somos agora sinônimo de mentira e o resto do estado, heróis da Liberdade (SILVA, 1997, p. 11).

É importante ressaltar a repetição da palavra derrota, ela tem a sua intencionalidade. As derrotas das forças que defendiam Itararé nas duas oportunidades são interpretadas como derrotas da própria cidade já que estes seriam os motivos para ser lembrada como “piada”. Não por acaso, o autor repete a expressão “entra para História pela porta dos fundos” (SILVA, 1997, p. 11 e seg.) em três oportunidades diferentes.

Ainda sobre o trecho citado, observamos um certo ressentimento devido à diferença entre a memória sobre Itararé e a memória oficial paulista. Enquanto a memória do estado é a “da mística do povo que se sacrificou hercúlea e vitoriosamente pela sua pátria” (RODRIGUES, 2012, p. 203), Itararé era considerada cidade da mentira. Nesse sentido, a memória sobre Itararé como cidade da mentira denota que vencer Vargas em 1930 e 1932 seria um dever que Itararé não conseguiu cumprir, algo que Zé Mari rejeita ao afirmar que os conflitos são resultados de “conchavos políticos” (SILVA, 1997, p.11).

Os dois primeiros capítulos, principalmente o primeiro, procuram explicar e dar uma interpretação aos conflitos. Antes de comentar sobre esses capítulos, é importante esclarecer que os títulos e subtítulos dos capítulos escolhidos por Zé Maria são inspirados em famosos livros e filmes, os subtítulos seriam uma espécie de título alternativos uma vez que todos são precedidos pela palavra ou.

O primeiro, intitulado “Os trabalhos de Hércules – ou 'Nada de Novo no Front’”¹⁸, é uma ficção ambientada em Itararé durante o movimento constitucionalista de 1932. A personagem principal é uma figura real, o imigrante italiano Hércules Pepo Traballi, mais conhecido como Pepo. “Se o herói grego teve doze trabalhos, o nosso labutava, no dia a dia, em onze (SILVA, 1997, p. 15) ”.

Para contextualizar o leitor, Zé Maria abre uma seção que ocupa duas páginas com título de “História” cujo texto não é carregado de humor como no resto do livro. A exposição dos conflitos é uma sucessão de fatos. A Revolução de 1930 começa pela quebra da Bolsa de Nova Iorque de 1929 e o rompimento do acordo do café com leite, indo até as eleições fraudulentas de 1930 e o uso da morte de João Pessoa como pretexto para um movimento armado.

A importância de Itararé para o conflito, segundo Zé Maria, seria estar na divisa de estados e ser a ligação rodoferroviária entre o Sul e o Sudeste. A maior batalha da América Latina é colocada entre aspas pelo autor visto que:

Pacificamente, o futuro caudilho Vargas pisa o solo de Itararé – São Paulo rumo à presidência. Aqui ele saboreia a vitória, com direito a fotos do Jansson, churrasco, chimarrão e charuto. Aos paulistas resta amargar a derrota e se curvar aos gaúchos: os novos detentores do poder. Itararé, inocente, entra para a História pela porta dos fundos. Itararé de agora em diante é sinônimo de mentira, blefe, ironia... (SILVA, 1997, p. 16)

Esse excerto mostra como a memória está ligada a uma questão identitária. Mesmo que o escritor tenha criticado as motivações do conflito, como vimos anteriormente no prefácio, o ressentimento que perpassa a sua memória sobre os conflitos pode estar no fato de que a vitória de Vargas, em 30, é vista por Zé Maria como uma vitória dos gaúchos sobre os paulistas. No texto, essa oposição entre paulistas e gaúchos se relaciona à ideia de que a memória engloba "tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tantos diferentes [...]" (POLLAK, 1989, p. 9). Zé Maria escreve por extenso o nome de São Paulo após Itararé para reforçar o pertencimento da cidade ao estado, assim Vargas adentrara também em São Paulo.

¹⁸ “Nada de novo no front” é um romance ambientado na Primeira Guerra Mundial, escrito pelo alemão Erich Maria Remarque. Publicado em 1929, a obra foi um sucesso, vendendo milhões de exemplares. No ano seguinte, foi lançada a primeira adaptação para o cinema, dirigida por Lewis Milestone e que foi vencedora do Oscar de melhor filme e melhor direção. Uma segunda adaptação foi feita em 1979 para a televisão e foi dirigida por Delbert Mann, que ganhou o Globo de Ouro para melhor filme para televisão.

Já a descrição da “guerra” de 1932 mostra a confusão que é gerada pelos dois confrontos. Se, no prefácio, 1930 era a luta de um “estado contra o resto do país”, no primeiro capítulo, 1932 era “o Brasil contra um Estado (sic)” (SILVA, 1997, p. 11-17). Existe também uma contradição na escrita de Zé Maria sobre as causas que levaram a eclosão da Revolução de 1932, visto que no prefácio é considerada como um subterfúgio para retomada do poder por São Paulo e aqui é tida como a “nobre causa Bandeirante” contra Vargas, que “governava ditatorialmente” (SILVA, 1997, p.17).

A ausência dos combates que parece ser a causa de um certo incômodo de Pimentel sobre 1932 em Zé Maria é considerado o motivo pelo qual Itararé seria alvo de zombarias. “Itararé tem agora em seu currículo duas revoluções sem sangue” (SILVA, 1997). No entanto, é na parte intitulada “Estória”, palavra usada pelo autor para se referir a parte ficcional da narrativa, que podemos entender melhor as memórias de Zé Maria. A história de Pepo durante os eventos de 32 começa com o autor apresentando o rio Itararé, o bagre que habita as suas águas e o pescador itarareense, numa forma que extrapola a exposição e traz a marca da escrita memorialística (BREFE, 1993). O rio fez “uma obra maravilhosa”, a carne do peixe é “tenra e saborosa” e o pescador é um “corajoso” se aventura entre “pirambeiras, grotas, grutas e fendas” (SILVA, 1997, p.18).

Mesmo em meio à movimentação militar, Pepo resolve pescar sob a justificativa de que eram as suas férias. “O bagre do Itararé é mais importante que a própria revolução” (SILVA, 1997, p.18). Durante a pescaria, Pepo furtivamente ouviu as tropas federais comentarem sobre sua superioridade numérica e seus planos de invasão a Itararé. Retornando à cidade para avisar a gravidade da situação, ele é ferido por um soldado paulista. “Quanta ironia! Ser alvejado na cidade, por um paulista, numa guerra que não é sua” (SILVA, 1997, p. 19). A passagem é uma metáfora que reforça a ideia de uma luta estranha aos itarareenses, mas que deixou feridas.

Pepo, o homem comum de Itararé, evitou uma carnificina e a destruição de sua cidade ao possibilitar um recuo estratégico. No hospital, o herói e mais quatro militares feridos recebem a visita de um fotógrafo e um repórter. Nesse momento, podemos ver como Zé Maria, por meio da figura de Pepo, expressa a sua memória sobre os conflitos. A luta por uma constituição seria apenas justificativa para a retomada do poder por São Paulo, algo já visto no prefácio. “A Constituição nada mais é do que um pretexto para São Paulo voltar ao poder. Daí então, poderemos cometer

os mesmos crimes da ditadura, com a aura da constitucionalidade” (SILVA, 1997, p.21).

A diferença entre a memória oficial paulista e a memória de Zé Maria é expressa na fala do repórter: “Hércules, nome de herói, falando como traidor”. (SILVA, 1997, p. 21). A justificativa do autor para tal oposição estaria no abandono do estado em relação a Itararé. A famosa ordem recebida por Paes de Andrade em 1930 - “Defendam Itararé a todo transe” - é utilizada para expressar um ressentimento com o resto do estado. O bairrismo também se expressa na percepção de pertencimento (CARNIELLI, 2007), mesmo quando feito pela voz de uma personagem. Nas palavras de Pepo:

Sou italiano naturalizado brasileiro e itarareense até o âmagô. Na revolução de trinta ficou famoso o telegrama que dizia: Defendam Itararé a todo transe. Nossa cidade só é lembrada pelo Estado (sic), nessas horas. Fora disso ela é ramal da fome, da pobreza, esquecimento... Defendamos Itararé a todo transe... sempre! (SILVA, 1997, p. 21)

O cabo Eudócio, sem muita convicção, responde a Pepo que “Desta vez Itararé vencerá”. Nesta situação, o escritor aproveita para desvincular Itararé das revoluções e, conseqüentemente, das derrotas. “Itararé vence batalhas todos os dias. Vence a batalha do abandono, das promessas, da demagogia [...]” (SILVA, 1997, p. 21). A história prossegue com a publicação da notícia colhida pelo repórter no hospital, que tem como título “P.E.P.O. SALVA ITARARÉ”. Na notícia, o ato de heroísmo não seria atribuído a Pepo, mas aos feridos que dividiam o quarto do hospital com o imigrante italiano. As iniciais do sargento Pereira, cabo Eudócio e os soldados Petronílio e Oliveira formavam o acrônimo PEPO, que emulava MMDC¹⁹, adotado pelo Movimento Constitucionalista. Os ferimentos dos militares que eram resultados de pequenos acidentes ocorridos longe do combate, na notícia eram retratados como resultantes dos embates da “translucada odisséia”. Assim, esses homens eram uma lição de “heroísmo, patriotismo e otimismo. Lição de lembrança, pujança e esperança” (SILVA, 1997, p. 22-23). A imprensa talvez seja uma metáfora para a memória oficial que teria esquecido de Itararé, que foi “alvo fácil de ironia, riso e chacota.” (SILVA, 1997, p.21).

¹⁹ Se refere à sigla formada pelas iniciais dos nomes pelos quais eram conhecidos Cláudio Bueno Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Sousa e Américo Camargo de Andrade. Os quatro foram mortos durante uma manifestação contra o Governo Provisório de Vargas na noite de 23 de maio.

O capítulo se encerra com os versos que Pepo havia pedido para serem publicados, mas que foram deixados de propósito pelo repórter em cima de uma mesa. Esses versos são os mesmos que abre essa subseção.

O segundo capítulo, “Batalhas, divisas e rivalidades – ‘Esta Terra é Minha Terra’”²⁰, conta a história de Itararé misturada com ficção, ressaltando como surgiram as rivalidades externas e internas da cidade e como elas se espalharam se assemelhando a um vírus. As revoluções aqui são resumidamente apresentadas para explicar as rivalidades entre paulistas e sulistas. Mais uma vez, há uma confusão com os eventos que envolvem os dois conflitos, a “maior batalha da América Latina” de 1930 é associada ao recuo do batalhão universitário em 1932.

Revoluções de trinta e trinta e dois. ‘Tomem Itararé a qualquer custo’. ‘Defendam Itararé a todo transe’. Itararé entra para a História pela porta dos fundos. A ‘maior batalha da América Latina’ vira piada quando um amontoado de soldados-estudantes paulistanos foge (sic), deixando a heroica população itarareense à mercê de balas getulistas.
Aumenta a rivalidade entre paulistas e sulistas (SILVA, 1997, p. 27).

Os soldados constitucionalistas, celebrados como heróis pela memória oficial, são retratados como fujões em contraste à heroica população de Itararé. Para o autor, o itarareense não deveria ser associado a ato de causar vergonha, mas sim os considerados “heróis” que abandonaram a cidade. O capítulo segue falando de outras tantas rivalidades, como a de itarareenses e itapevenses, a aristocracia do Oeste e a burguesia liberal do leste da cidade, o jornal “O Itararé” e a “Tribuna de Itararé.

Para defender o fim das lutas e rivalidades externas e internas da cidade, o autor faz referência à famosa frase de Marx e Engels, com uma dose de ironia, que reafirma um valor identitário.

Fronteiras, divisa, barreira... batalhas, revoluções, lutas... rivalidades, rivalidades, rivalidades.... Há séculos se ouve a cantinela, é chegada a hora de imitar países que derrubaram muros, preconceitos, filosofias... Vamos dar as mãos... Itarareenses, uni-vos... A Itararé de nossos sonhos não tardará... Maior que Itapeva, é claro! (SILVA, 1997, p.27).

Um fato interessante é que entre todas as obras analisadas, “As Batalhas de Itararé” é a única, falando de forma pouco rigorosa, próxima de uma historiografia marxista com uma interpretação sobre os conflitos que são vistos como disputas

²⁰ Não sabemos se Zé Maria queria se referir ao drama de guerra, dirigido por Jean Renoir, de 1943 ou ao drama biográfico-musical, dirigido Hal Ashby, de 1977 e que foi baseado no livro autobiográfico de Woody Guthrie, *Bound for Glory*.

entre as classes dominantes. Um dos objetivos de “As Batalhas de Itararé” parece ser equiparar a cidade a outras, entendendo que Itararé é inferiorizada por ser alvo de deboche. Na argumentação de Zé Maria, “Itararé não difere muito das cidades interioranas desse imenso Brasil. Tem prós, contras, defeitos, virtudes, injustiça social, solidariedade, vitórias, revezes, trabalho, luta [...]” (SILVA, 1997, p. 11).

Ao desqualificar as causas dos conflitos e narrar as histórias dos itarareenses, Zé Maria busca superar as memórias que associam Itararé a mentiras e erros. As memórias de Zé Maria são o que Pollak (1989, p. 5) definiu como memórias subterrâneas, versões diferentes da memória oficial expressas pelos grupos dominados numa “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo”.

1.2.3 Memórias de Itararé

As gêmeas Terezinha de Jesus Mello Martins, a Tere, e Maria Aparecida Silva Mello nasceram em Itararé, em 14 de outubro de 1930. Segundo o relato das irmãs:

Itararé iria ser bombardeada. Os habitantes foram se retirando, procurando refúgio em lugares mais seguros. Num desses dias, 14 de outubro, precisamente, nasceram as gêmeas (autoras deste livro) e no mesmo dia, nossa família também se retirou, (logo após o parto da mamãe), no último carro existente na cidade. No desespero da fuga, a casa já fechada, foi notada a falta de uma das recém-nascidas que havia ficado em casa. Foi uma emoção muito grande! (MARTINS; MELLO, 1999, p.21)

A pesquisa pouco descobriu sobre Maria Aparecida Silva Mello. Professora aposentada da educação básica, contribuiu com a imprensa escrita e escreveu “Diário de uma professorinha rural” (2001). Já em parceria com a irmã, escreveu os livros “Nossa Gente – Nossa Terra e Retratando” (1994), “Nós Gêmeas” (1999), “Memórias de Itararé - As Revoluções de 30 e 32” (1999) e “Sítio Taquarussu” (2005).

Já as informações sobre Terezinha de Jesus Mello Martins são mais fartas. Professora aposentada da educação básica, poetisa, colunista²¹ e autora de vários livros. Atua intensamente na vida cultural da cidade e exerceu cargos em instituições culturais da cidade, como por exemplo, a presidência do Centro Cultural de Itararé e o vice governo do Elos Clube de Itararé. A antologia *Navegando na Poesia* conta com mais com 150 poemas de 90 autores sobre Itararé e foi organizada e editada por Tere, resultando na produção de um CD com declamações de algumas das poesias do livro,

²¹ Há mais de três décadas como colunista. Atualmente, Tere escreve no jornal Impacto Guarani, mas já contribuiu para outros jornais como O Guarani, a Tribuna de Itararé e Itararé News.

em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura Municipal de Itararé. Em agosto do ano corrente, a professora foi homenageada com um monumento na praça Francisco Alves Negrão, onde consta um poema de sua autoria sobre a praça.

A primeira produção memorialística das autoras é o livro *Nossa Gente – Nossa Terra e Retratando*. O livro é dividido em duas partes, na primeira contam histórias de vidas de itarareenses e na segunda são celebradas indivíduos, fatos e instituições.

No segundo semestre de 1999, a Tipografia Itararé Ltda. produziu mil cópias de *Memórias de Itararé*, segunda obra das autoras. O livro de 21 x 15 cm tem uma capa flexível branca que lembra uma página de jornal com seus textos e fotos. O nome das autoras, título e subtítulo em preto são acompanhados por duas frases que indicam como a obra foi construída, “depoimentos de ex-combatentes” e “fatos vividos pela população”. Uma terceira frase em fonte menor, que fala de um bebê recém-nascido na fuga, procura despertar o interesse do possível leitor. Na parte inferior da capa, há uma frase que convoca os estudantes a conhecerem a “nossa história”. Para os memorialistas, “a história deve necessariamente ter um ‘objetivo’, seja este de propaganda, ensino ou preservação de uma identidade. (CARNIELLE, 2017, p. 43). Isso fica reforçado quando as autoras dedicam o livro “especialmente aos jovens estudantes e a todos os itarareenses, em especial às famílias que sofreram com estas Revoluções.” (MARTINS; MELLO, 1999, p. 17)

As fotografias que aparecem na capa são de Claro Jansson, a primeira data 1929 e é uma vista da torre da igreja de Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida como Igreja Matriz, a outra é a mesma foto que aparece com destaque no interior de “Apontamentos Históricos de Itararé” e na capa de “As Batalhas de Itararé”.

Figura 6 - Capa de Memórias de Itararé



Fonte: Martins; Mello (1999)

A maioria das fotos presentes no livro são de Claro Jansson, todas elas possuem a função de confirmar as informações do texto que as acompanham. Nas palavras das autoras, essas “fotos que se tornaram tão famosas já apareceram nas coleções nas coleções Nosso Século e Século XX da Abril Cultural; nas revistas Manchete e O Cruzeiro; na Folha da Tarde e outros jornais (MARTINS; MELLO, 1999, p. 11). O mesmo trecho é repetido mais adiante no capítulo “As fotos das revoluções”, com o seguinte complemento:

Em nossa cidade já estiveram jornalistas de São Paulo, fazendo trabalho de pesquisas sobre as mesmas; no MASP, numa exposição sobre São Paulo Antiga, foram expostos (sic) fotos sobre São Paulo dessa época, desse mesmo fotógrafo Jansson e, atualmente, dois professores da USP, escreveram um livro intitulado ‘Getúlio Vargas e sua Época’, e a capa do livro tem por ilustração uma dessas fotos [...] (MARTINS; MELLO, 1999, p. 27).

Vista no livro de Pimentel, a mesma celebração a Jansson se repete em “Memórias de Itararé”, os acontecimentos ocorridos em Itararé extrapolam a cidade pelas lentes do fotógrafo (CARNIELLI, 2007). As autoras declaram a Itararé que “pela memória e engrandecimento desta nossa querida terra, tuas filhas Tere e A. Mello, contam em livro com amor, tua sofrida e gloriosa História. (MARTINS; MELLO, 1999, p. 9). De acordo com Carnielli (2007, p. 46):

[...] para o reconhecimento público de um memorialista urbano, é também de suma importância nascer na cidade ou declarar-se habitante dela ‘de coração’, tal qual um filho adotivo. Surge uma relação quase familiar com a cidade-mulher, a mãe natural ou adotiva, que permite ao filho falar sobre ela. Para falar ou escrever sobre a ‘minha cidade’, é preciso conhecê-la, ser também um de seus filhos.

Como já visto antes, os memorialistas buscam legitimar suas obras ao evidenciar o seu pertencimento e a sua afeição à determinada localidade, forma identitária denominada de bairrismo.

Dedicado às revoluções, o livro inteiro é apresentado pelas irmãs como “fatos dramáticos e alguns pitorescos vividos pela população civil e pelos integrantes das forças militares na cidade de Itararé” (MARTINS; MELLO, 1999, p. 11). Como o título e a passagem citada sugerem, a obra reúne depoimentos sobre os confrontos, sendo um destes colhidos a partir de pesquisa escolar sem o autor ser identificado.

Os depoimentos de pessoas que não necessariamente vivenciaram as batalhas ocupam a maior parte do livro de sessenta e nove, mas eles também dividem espaço com um capítulo de quatro páginas que traz um texto de Mello e Tere, um outro de duas páginas, já citado anteriormente, sobre Jansson e a descrição de algumas de suas fotografias, um terceiro; de dez páginas com uma publicação da MMDC e um último que ocupa uma página e traz o hino Nove de Julho.

Ao modo da produção memorialística, Itararé e seu povo são apresentados ao leitor carregados de atributos (BREFE, 1993).

Esta é a nossa **Itararé** ... das lindas campinas, das verdejantes colinas e vales ondulados, do Rio Verde e Caiçara, da Gruta das Andorinhas, das araucárias e pinus, a querida Itararé apenas ‘emprestou’, por sua posição geográfica, seu maravilhoso solo para palco das **Revoluções de 30 e 32**, através de sua gente corajosa e forte. (MARTINS; MELLO, 1999, p. 3, grifo das autoras).

A ideia de uma dívida de Itararé que a torna motivo de piada é retomada de maneira implícita no momento em que as autoras afirmam que Itararé apenas “emprestou” o seu território para os conflitos. No capítulo intitulado “Pesquisas de A.

Mello e Tere” pouco se explica sobre as causas das revoluções. Essa tarefa é dividida na obra entre Maria de Lourdes Luciano Nonvieri, responsável pelo prefácio, depoentes e a publicação da MMDC.

As causas dos conflitos são resumidas em apenas um parágrafo. 1930 representaria o fim da “República Velha” diante de um movimento liderado por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Já 1932, é luta de São Paulo “exigindo” o “restabelecimento da Constituição”. (MARTINS; MELLO,1999, p. 21) A explicação é seguida pelo que as irmãs chamam de “História vivida por Itararé. ”

No mapa do município de Itararé há o ‘Passo do Cypriano’ (um dos caminhos de Itararé a Sengés), na então Fazenda ‘Taquarussu’, pertencente a Cypriano do Amaral Mello (nosso avô). Esse foi uns dos caminhos utilizados pelos soldados gaúchos nas Revoluções de 30 e 32. No rio Itararé, distante da sede 1 km mais ou menos, os gaúchos improvisaram um Ponte Pênsil. Esse sítio foi um dos palcos dessa Revoluções. Lá estão enterrados quatro soldados desconhecidos, nem seus familiares ficaram sabendo de seus destinos! No fundo do pomar havia quatro cruzes indicando o local onde foram sepultados. Pra nós, crianças da década de 40, era motivo de muito medo aquelas pequenas cruzes. Quantas vezes, ao entardecer, quando estávamos embaixo das laranjeiras, saímos numa disparada ao depararmos com elas. Coisas de criança! (MARTINS; MELLO,1999, p. 21)

Nessa passagem, podemos observar como a inclusão da história de vida das autoras gera verossimilhança ao que é narrado. “O documento pode ou não ser citado, mas a maior comprovação vem da vida de quem escreve; inserir-se na história da cidade é, de certa forma, criar um efeito de verdade. ” (CARNIELLI, 2007, p. 48)

A narrativa prossegue falando sobre o tio Silvio que foi feito prisioneiro pelos gaúchos em um dos conflitos numa fazenda da família, a fuga da cidade pela família às vésperas da invasão em 1930, a ajuda recebida e prestada ao médico Pedro de Alencar durante as revoluções e o marido da Tia Rosinha, que estava entre as forças que atacariam Itararé em 30 enquanto ela estava com a filha na cidade. O grande bombardeio, segundo as autoras, felizmente não aconteceu. Tere e Mello afirmam que mesmo não acontecendo a batalha esperada em 1930, “a cidade foi arrasada, uma destruição total, sofrendo duras consequências por muitos anos. ” (MARTINS; MELLO,1999, p. 21)

Uma forte comoção marca o relato de uma cidade devastada pela guerra (BREFE, 1993). A cidade “viu as destruições, sentiu se bombardeios, a fome e a miséria, a dor de seus habitantes e tornou-se triste por tanto sofrimento imperando!” (MARTINS; MELLO,1999, p. 22)

O texto continua mencionando a destruição causada pelo conflito no sítio do avô das autoras. O local que teria sido um dos alojamentos dos soldados gaúchos viu animais utilizados na alimentação serem “maldosamente sacrificados e espetados nas cercas dos pastos.” Já a máquina de costura da mãe das gêmeas ficou sem as gavetas, só depois uma delas foi encontrada com a seguinte inscrição: “Quem encontrar esta gaveta, lembre-se que dela, um gaúcho fez banco”. Após uma “homérica bebedeira”, os soldados gaúchos brigaram entre si e danificaram com tiros um tonel de dez mil litros com bebida, gerando grande prejuízo. Além de tudo isso, os gaúchos quando foram embora levaram os animais com eles. (MARTINS; MELLO,1999, p. 22-23).

A caracterização do gaúcho como maldoso, beberrão, brigão e ladrão é muito importante na nossa análise. Ao contrário dos gaúchos, o povo itarareense seria “forte e, lutando, enfrentando grandes sacrifícios, conseguiu aos poucos” reconstruir Itararé. (MARTINS; MELLO,1999, p. 22) A alusão ao passado serve para reforçar o sentimento de pertencimento comum, mas também para definir “as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

A narração do conflito em 32 mostra a preparação para o combate. Comércio fechado, fugas, fome, trânsito interrompido na rede ferroviária e a torre da igreja atingida pela artilharia. Mais uma vez os pais fugiam, carregando as gêmeas no colo, acompanhados dos outros quatro filhos pela “escuridão da noite”. O capítulo se encerra com os dois parágrafos que seguem.

Nestes fatos narrados podemos sentir o drama vivido por todos os itarareense nestas duas Revoluções.

E assim, Itararé – Palco dessas lutas – Arrasada...Bombardeada... Sofrida... Destruída e como a Fênix; renasce das próprias cinzas e hoje (sic) aí está: Garbosa – Altaneira – Progressista – Acolhedora, para o orgulho de seus filhos (MARTINS; MELLO,1999, p. 24, grifo das autoras).

Para Pollak (1992, p.2), “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a percepções da realidade, do que à fatalidade positivista subjacente a tais percepções.” Os eventos vividos em Itararé são pintados com cores fortes por Tere e Mello, a ideia de ressurgir das cinzas também está presente no testemunho de Oswaldo Wolf.

A destruição da cidade descrita pelas autoras nos conflitos parece mais uma forma de expressão do bairrismo já que, a partir da destruição, se pretendia exaltar o povo itarareense que se obrigava a ressurgir “das próprias cinzas”. O livro apresenta

um conjunto de depoimentos, quatro são sobre 30, sete são sobre 32 e um é indefinido, pois não há menção à data. Eles são bem diversos, passando pela a história de Cesário Cabral Castilho, dado como morto em Itararé e que reaparece na sua missa de sétimo dia em São Paulo, indo até a história do comerciante Felício Bandoni que, para não morrer, ofereceu aos combatentes gaúchos pinga e mortadela. Mais uma vez o sul-rio-grandense aparece como beerrão e encenqueiro, a história de Felício Bandoni pelos seus traços cômicos poderia estar no já estudado livro de Zé Maria.

O depoimento de Eunice Dias Tatit²² consegue expressar muito bem essa luta pela memória. (POLLAK, 1989) A perspectiva vista em Zé Maria, Tere e Mello é também defendida por Tatit:

A revolução não era de Itararé, e sim, dos gaúchos. Como campo de luta foi esta cidade, a batalha tomou o nome da cidade o nome do lugar, aliás, como em todas as batalhas que acontecem no mundo. Os itarareenses 'emprestaram', apenas, a cidade para a luta; mas não havia itarareense lutando. Eles sofreram, na cidade, os resultados nefastos da revolução (MARTINS; MELLO, 1999, p. 46).

Dessa forma, Itararé se constituía apenas no campo de luta, não havendo sentido para chacota já que os itarareenses não lutaram. Tatit vai além na sua argumentação e diz que é ridículo “o sentido pejorativo com que se referem ao fato, como se fosse uma obrigação não cumprida” (MARTINS; MELLO, 1999, p. 46) A parte escrita pelas autoras no começo do livro e o texto de Tatit procuram desvincular a memória de derrota em 1930, sob o argumento de que Itararé “concedeu” seu solo para uma batalha que não era dela.

O depoimento de Manuel Luciano de Mello, conhecido também por Nequinha, lembra que em 30 Itararé ficou conhecida como “a batalha que não houve” e em 32 pela falta de luta como “cidade da traição”. No entanto, ele ressalta que o recuo em 32 era uma “manobra militar julgada necessária na ocasião” (MARTINS; MELLO, 1999, p 40). No depoimento de Lázara Aparecida Fogaça Bandoni não faltou luta ou coragem em 32, mas condições. Essa a linha de raciocínio pode ser vista na seguinte citação:

Foi um combate violento. Os paulistas enfrentaram as forças poderosas que caíram sobre eles. Mas não era possível resistir por mais tempo, pela situação do cerco que ia ocorrer. Foi ordenada a retirada. Alguns soldados se retiraram chorando por terem que abandonar o campo de luta.

²² Contadora, eleita vereadora pela UDN em 1963 e autora do livro Folhas ao Vento, de 1989. De acordo com Daniel Barreto, Eunice Dias Tatit, eventualmente, escrevia para a Tribuna de Itararé. (2021)

Em número inferior aos federais, em homens e armamentos, São Paulo perdeu a guerra cívica.

O solo paulista ficou manchado de sangue; mas permaneceu vivo o ideal que levou São Paulo à luta – liberdade, igualdade de direitos estabelecidos na Constituição, assinada dois anos depois. (MARTINS; MELLO, 1999, p 50)

O texto não nega o recuo, mas exalta os soldados que choravam por perder suas posições. O choro não é um dado inventado pela autora como parece sugerir num primeiro momento, ele é citado numa entrevista do tenente João Batista Ferreira Lobo ao jornal o Estado de São Paulo em 1987, itarareense que lutou em 32. Diferentemente do que vimos em Zé Maria, o recuo é algo necessário para Nequinha e Bandoni. Esta última, por meio do choro dos soldados, que poderia ter alguma relação com a noção de pertencimento ao local, procura sobrepujar a ideia “cidade da mentira”, afinal Itararé é São Paulo e havia sido invadida.

Há depoimentos como do tenente Lobo que afirma que não “faria revolução outra vez”, pois “São Paulo pensava em ganhar com palavra, não com tiros.” (MARTINS; MELLO, 1999, p 32). A revolução de 32 expressa no livro dialoga muito com a memória oficial paulista. Escritora do prefácio, Nonvieri lembra que o livro já estava em processo de impressão quando recebeu a autorização para a inclusão de um material da Sociedade Veteranos de 32 na obra. Esse material, intitulado como “Subsídios organizados pela Liga do Professorado Católico de São Paulo²³ sobre o Movimento Constitucionalista no seu 40º aniversário”, é uma exaltação da memória oficial paulista como era o esperado, mas que não se refere a Itararé em nenhum momento.

A relação entre as autoras e a MMDC parece ter começado em maio de 1999. O então tenente Hélio Tenório dos Santos visitou rapidamente Itararé a pedido da instituição para os preparativos dos festejos de 9 de julho na cidade. Nessa ocasião, conheceu Tere numa reunião na prefeitura da cidade. O tenente retornaria em junho para palestras a mais de sessenta professores das escolas municipais de Itararé e Sengés, quando foi organizado junto aos docentes um concurso de redação para os alunos sobre Revolução de 1932.

Já em 9 julho daquele ano, Santos (2015) se fez presente nas comemorações da data na praça Siqueira Campos, próximo ao monumento em homenagem à Força Expedicionária Brasileira. Segundo o tenente, a prefeitura “seguiu integralmente as

²³ A Liga do Professorado Católico de São Paulo foi instituída em 7 de setembro de 1919, tendo forte atuação na militância educacional católica.

diretrizes apresentadas pela MMDC, inclusive com toda a narração do evento segundo nossas orientações.” (SANTOS, 2015, p. 254).

Na solenidade, dezenas de crianças que tiveram suas redações selecionadas por Santos receberam das mãos dos respectivos prefeitos de suas cidades um diploma e uma medalha de honra ao mérito. O tenente recebeu da Prefeitura Municipal de Itararé uma placa de prata com agradecimentos à MMDC e entregou, em nome da instituição, a Tere e a Gustavo Jansson, filho de Claro de Jansson, a medalha constitucionalista. A insígnia pode ser observada no peito de Tere na Figura 7.

Figura 7 - Hélio Tenório dos Santos, Maria Aparecida Mello Martins e Terezinha de Jesus Mello Martins na praça Siqueira Campos em Itararé no ano de 1999



Fonte: Martins; Mello (1999, p. 59)

Segundo Nora (1993, p. 9), “há tantas memórias quantos grupos existem; ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. As falas dos diversos indivíduos sobre o conflito variaram, gerando múltiplas memórias que

estão associadas com as suas diversas vinculações sociais. Ainda assim, podemos afirmar que Memórias de Itararé é um livro que exalta a causa paulista.

A ideia de que Itararé era apenas o palco dos combates procura se distanciar das derrotas sofridas pelas forças contrárias a Vargas nas duas ocasiões. Dessa forma, a vinculação com uma certa memória oficial sobre 32 não seria um problema como visto em Zé Maria. Próximo ao final do livro, as autoras atentam que os acontecimentos narrados no livro levaram sofrimento aos soldados e civis e que era necessário que não houvesse mais guerras, mas somente paz.

1.2.4 Itararé na História

Lázara Aparecida Fogaça Bandoni nasceu em Itararé. Formada em pedagogia, trabalhou como professora e diretora na educação básica. Escritora, diretora do Centro do Professorado Paulista (CPP), em Itararé e governadora do Elos Clube de Itararé, colunista o jornal a “Tribuna de Itararé”.

Itararé na História é uma obra premiada na segunda edição do concurso História do Meu Bairro, História do Meu Município, promovido pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. O livro foi publicado em 2008, com a impressão e diagramação realizada pela Tipografia Itararé Ltda. O título da obra sugere não apenas contar a história de Itararé, mas a tentativa de relacionar a história da cidade aos acontecimentos da história nacional, dentro de uma atitude bairrista (CARNIELLI, 2007).

O livro de capa flexível e medindo 21 cm x 15,5 cm conta com aproximadamente quarenta páginas. A capa foge ao padrão das outras publicações, não tem o tom oficial de Pimentel e nem o beligerante como Zé Maria e as gêmeas. A obra intitulada Dia de Reza na Capela de Nossa Senhora da Conceição, do artista plástico Jorge Chueri, que estampa a capa, procura relembrar a simplicidade do interior e a sua harmonia com a natureza. Na contracapa e na primeira página do livro estão reproduzidas a obra do também artista plástico Mário Machado, intitulada Tropeiros – Fundadores de cidades.

Figura 8 - Capa de Itararé na História



Fonte: Bandoni (2008)

A noção de pertencimento em Bandoni aparece no primeiro parágrafo do prefácio quando inicia a narrativa da seguinte forma: “Nossa história teve início nos Campos de São Pedro de Itararé [...]” (BANDONI, 2008, p.7). A partir dos relatos de Saint-Hilaire, Bandoni fala da presença indígena na região para, logo depois, mencionar que os bandeirantes percorriam a região atrás desses índios e minérios. A autora cita o escritor sorocabano Luís Castanho de Almeida para afirmar que os tropeiros seriam os sucessores dos bandeirantes. É nesses personagens, como apresentado no título da obra de Mário Machado, que a história de Itararé começa para Bandoni. A autora cita Pimentel e Tatit para sustentar o seu argumento. Itararé tropeira é herdeira dos bandeirantes, um dos símbolos da identidade paulista. Como afirma Hobsbawm, “os mitos são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas [...] tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável.” (HOBSBAWM, 1998, p. 21). Ao operar com os mitos históricos dos bandeirantes e dos tropeiros, Bandoni inscreve a história local em figuras “míticas” que teriam sido fundamentais para forjar as marcas identitárias locais.

Então, o livro parte dos tropeiros, sesmarias, construção da capela, criação do município, a chegada do “progresso” com a ferrovia, a imigração e finaliza com a

revolução. A estrutura do livro é linear como a de Pimentel, mas com uma abordagem bem menos política e uma escrita menos formal. As mais de trinta imagens da obra servem como reforço da mensagem do texto.

No prefácio de quatro parágrafos, três deles abordam o tema das revoluções. O primeiro afirma que os tropeiros foram os primeiros habitantes do aldeamento que viria a ser Itararé, mencionando os registros feitos por Saint Hilaire na sua passagem por Itararé. No segundo parágrafo, a autora começa abordando as revoluções como “outro tema importante para a cidade” (BANDONI, 2008, p. 7). Como vimos em outros autores, isso se deve ao fato que Itararé seria um ponto estratégico, essa ideia vai ser retomada no capítulo dedicado à Revolução de 1930. Bandoni, entretanto, acrescenta que seriam “lutas fratricidas”.

O movimento de 1930 não é explicado nesse trecho. O foco fica para o conflito 1932 que seria, segundo a autora, mais conhecido e citado, ocupando outros dois parágrafos. 1930 ocupa no livro três páginas, ao passo que 1932 ocupa sete. As causas da Revolução de 1930 são explicadas em um parágrafo em que autora aborda a crise 1929, a indicação de Júlio Prestes, as alegações de fraudes nas eleições e o assassinato de João Pessoa.

O relato de Bandoni para descrever Itararé em 1930 está baseado no livro de Pimentel. A autora cita Pimentel durante quatro oportunidades ao longo do livro, entretanto não faz referência ao autor no capítulo sobre 1930. Vejamos alguns exemplos.

[...] Pais de Andrade que procurou o arrimo da última defesa de Itararé. Comunicou a dramática situação aos seus superiores, pedindo licença para uma ofensiva, desde que a imobilidade conduzisse ao massacre. A resposta foi terminante: ‘Defenda Itararé a todo transe...’ (PIMENTEL, 1982, p. 86).

Já no texto de Bandoni:

Prevendo o grande ataque, Pais de Andrade comunicou a dramática situação aos seus superiores, pedindo licença para uma ofensiva, tentando evitar ao massacre. A resposta foi terminante: ‘Defenda Itararé a todo transe...’ (BANDONI, 2008 p.31)

Um outro exemplo está numa legenda de uma foto panorâmica de Itararé feita por Claro Jansson em que se lê:

A cidade de Itararé, estava condenada a ser bombardeada ao meio dia do dia 24 de outubro. Às sete horas, porém, um parlamentar atravessou as linhas, portando uma bandeira branca e precedido de clarins. Era o deputado gaúcho Glicério Alves, combatente da Coluna Miguel Costa. Vinha propor a rendição

incondicional. O presidente Washington Luís foi deposto e a Junta Governativa ordenara a cessação das hostilidades. (PIMENTEL, 1982, p. 85).

E que no livro de Bandoni aparece no corpo do texto:

Itararé estava condenada a ser bombardeada no dia 24 de outubro ao meio dia, porém, isso não aconteceu. Na manhã desse dia, o deputado gaúcho, Glicério Alves, combatente sob o comando de Miguel Costa, atravessou as linhas de combate com uma bandeira branca, para propor a rendição porque o presidente Washington Luiz já havia sido deposto. (BANDONI, 2008 p.31)

No mínimo, podemos dizer que Bandoni leu Pimentel. Todavia, a autora traz uma interpretação que podemos dizer que é original sobre Itararé. Getúlio, “que veio do Sul através de uma revolução e tornou-se um dos mais famosos governantes do Brasil. Ela, como a pequena cidade, palco da defesa heroica da legalidade” (BANDONI, 2008, p. 32). Desse modo, a cidade não era motivo de piada como em Zé Maria ou um mero palco da batalha como em Mello e Tere, os derrotados em Itararé são heróis e a cidade símbolo da luta pela legalidade, mesmo sendo lembrada como a “batalha que não houve”. A fotografia de Getúlio Vargas na estação, já usada em exaustão pelos diversos autores, também aparece para ilustrar o texto.

A autora não lamenta por não ter ocorrido a batalha ou como a cidade ficou conhecida, Itararé não havia sofrido as consequências de grandes batalhas e isso parece ser o motivo para comemorar. “Felizmente, não houve a batalha, muitas vidas foram poupadas e a cidade não foi destruída” (BANDONI, 2008, p. 32).

A construção do texto sobre 1932 utiliza-se de várias passagens de seu depoimento no livro Memórias de Itararé. No prefácio, Bandoni (2008) comenta ainda sobre correspondências trocadas entre chefes revolucionários e teria sido utilizada por vários autores, no entanto é apresentada somente a já citada entrevista dada pelo tenente João Batista Ferreira Lobo ao jornal O Estado de São Paulo, em 1987. O trecho do livro “Batalhão 14 de julho”, de Augusto de Souza Queiroz, combatente em Itararé, no batalhão que dá nome ao livro e o livro “Vivendo” da itarareense Cecília Duarte Fogaça, que vivenciou os eventos na cidade.

O texto segue a lógica da memória oficial, mas para explicar o porquê da derrota em Itararé, a autora se vale do texto de Queiroz e da entrevista de Lobo para dar uma outra interpretação. O armamento inadequado, falta de munição, o despreparo das tropas, erros no comando e traições foram responsáveis pela derrota. Para a escritora, a “perda de Itararé foi o início da derrota da Revolução de 32 porque tratava-se de um baluarte paulista considerado invencível e palco da defesa da

Revolução de 1930. (BANDONI, 2008, p. 39). A perda de Itararé, quase silenciada por Pimentel, é vista como chacota por Zé Maria, aqui é vista como o sustentáculo de São Paulo. A ideia da autora pode ser sintetizada no último parágrafo do livro que está em negrito. “Para a História, foi o maior triunfo de São Paulo. Itararé recebeu o cognome de ‘Sentinela da Fronteira’ em virtude de ter sido defensora da legalidade, orgulhando-se de ter seu nome inscrito na História” (BANDONI, 2008, p, 39). A legalidade em 1932 não significa para autora estar ao lado de Vargas, mas dos constitucionalistas.

As interpretações de Bandoni (2008) acerca dos conflitos, mais uma vez, precisa ser vista a partir da noção de bairrismo (CARNIELLI 2007). O local da heroica resistência da legalidade nos dois conflitos, considerados eventos de grande relevância para a história do país são celebrados na medida em que podem ser associados a história da cidade.

1.2.5 Itararé das Revoluções

Hélio Porto nasceu em Itapetininga, São Paulo, no dia 8 de maio de 1946. Professor, escritor e jornalista, com atuação em veículos eletrônicos e impressos, publicaram mais de uma dezena de livros, dentre eles podemos destacar “Itararé e Suas Células Urbanas” (2007), “116 Anos, Um a Um” (2009), “Itararé das Revoluções” (2019) e “81 Anos do Rádio em Itararé” (2019).

O lançamento de “Itararé das Revoluções” ocorreu na semana de comemorações da Revolução Constitucionalista, organizada pela Prefeitura Municipal de Itararé no ano de 2019. O evento contou com exposições, palestras de civis e militares, corrida de rua e visitas de escolas públicas ao Parque Municipal da Barreira. Durante a abertura do evento, os atiradores do Tiro de Guerra 02-2017 trajaram réplicas do fardamento dos soldados paulistas (Figura 9).

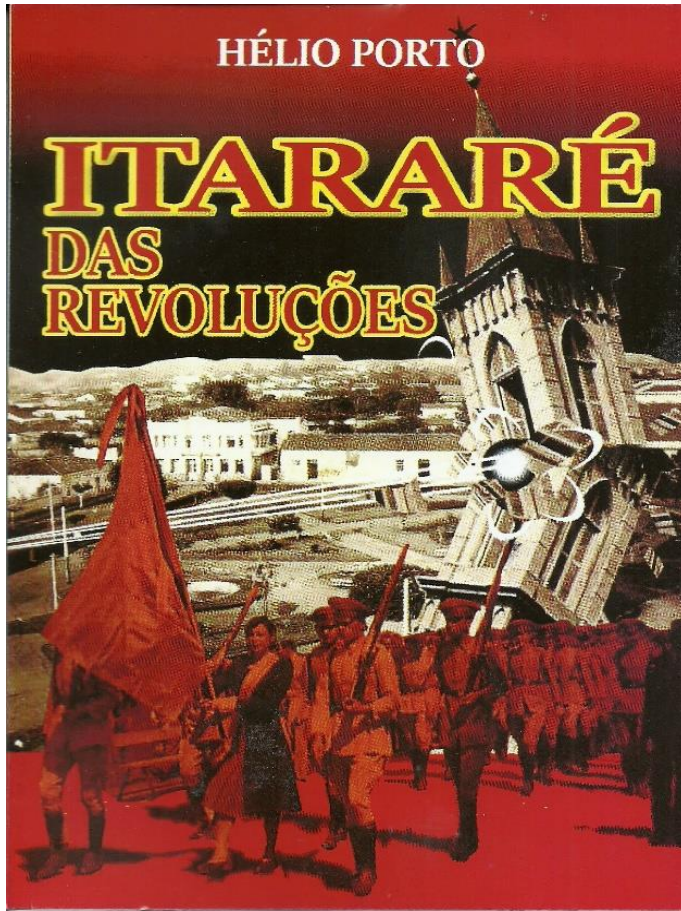
Figura 9 - Atiradores do Tiro de Guerra fardados com réplicas dos combatentes de 32



Fonte: Prefeitura de Itararé (2019)

“Itararé das Revoluções” é a única obra que não foi impressa pela Tipografia Itararé Ltda., pois encerrou as atividades no ano anterior à publicação. O livro de capa flexível e de dimensões de 21 cm x 15,5 cm foi impresso na Gráfica do Mino. A capa é uma fotomontagem feita a partir de um tiro de canhão atingindo a torre da igreja Nossa Senhora da Conceição, uma panorâmica de Claro Jansson de cima da torre e de militares em tons de preto e vermelho. O interior da capa conta com uma foto, provavelmente de Jansson, e foi colorida digitalmente, da saída da missa na praça Coronel Jordão. A contracapa conta com uma publicidade da gráfica que imprimiu o livro e seu interior apresenta um catálogo dos livros do autor.

Figura 10 - Capa de Itararé da Revoluções



Fonte: Porto (2019)

O autor lembra que o episódio da capa não tem registro jornalístico e que alguns autores o situam em 30 e outros em 32. Para o escritor, essa confusão é comum, “tendo em vista o espaço de apenas dois anos entre elas, a semelhança com que se desenvolveram em cenários idênticos e com narradores que na época tinham idades muito aliadas à infância e pouca preocupação com datas” (PORTO, 2019, p.31).

O livro é dedicado à João Garcia Porto, Antônio Porto e Pedro Porto, tios do autor, que são exaltados como bravos heróis. Os dois primeiros teriam combatido em Itararé no ano de 1932 e o último teria sido maquinista de um trem blindado. O capítulo que conta a história dos tios de Porto é, segundo o autor, uma descrição de um texto da Câmara Municipal de Itapetininga na nomeação de uma rua com o nome de João Garcia Porto. A foto de João fardado e com um curativo no pé é seguida de uma legenda que diz que ele permaneceu mesmo baleado no pé, “bravamente na luta” (PORTO, 2019, p. 25). Pedro Porto também dá nome a outra via em Itapetininga. Em Itararé, a rua Sizenando Porto é uma homenagem a outro tio do autor.

À exceção de deste último, sobre o qual a pesquisa não consegue afirmar sobre a sua participação em combate, os outros tios lutaram e foram homenageados por sua participação em 32. A vinculação familiar com o movimento constitucionalista talvez possa explicar a preocupação do autor com nome da rua 24 de outubro em Itararé, como vimos no começo desse trabalho. A batalha pela memória também é uma luta pelos lugares de memória (POLLAK, 1992; NORA, 1993).

A história de família dentro do livro segue a mesma lógica do livro de Mello e Tere ao criar um vínculo identitário e se inserir na história de Itararé, lembrando que Porto nasceu em Itapetininga. O pertencimento procura dar verossimilhança ao que o autor diz. Ao realizar um breve resumo do conflito, logo nas primeiras páginas do conflito, o autor como os demais diz que Itararé esteve envolvida nos conflitos por sua condição de fronteira entre os estados de São Paulo e Paraná [...]”. A cidade teria sido “palco de sangrentas batalhas” e “resistiu com bravura e destemor o clima de guerra” nas duas oportunidades. (PORTO, 2019, p.5)

De acordo com Carnielli (2007, p. 48):

São mais do que simples declarações ou arroubos desmedidos de ufanismo local, pois certamente constituem-se também em um alerta aos desavisados, um trunfo, a constatação de que o autor possui uma relação ‘quente’, ‘viva’ e acima de tudo leal com seu objeto de estudo, expressa por meio da alusão a sentimentos normalmente incontestáveis como ‘amor’, ‘carinho’ e ‘afeto’, que, entretanto, não podem ser mencionados por qualquer um.

No entanto, Porto (2019) procura justificar a legitimidade do que escreve a partir de um texto intitulado Mensagem do Autor, em que desenvolve a sua concepção de como escrever a história. Segundo o escritor:

A tarefa de escrever um livro sobre um episódio histórico tira muito da liberdade e criatividade de que isso se propõe. Enquanto romancista molda o personagem e a história dentro do universo de suas conveniências, produzindo sua verdade, o escritor de fatos reais fica preso ao eixo do mundo real, buscando por pesquisas cansativas e o máximo de seus relatos.

Partindo do princípio de que o fato acontecido é imutável, não obstante, na maioria das vezes, falho nos seus registros e publicados à exaustão sob alvos diversos das influências.

Para este livro, busquei a versão de escritores com tendência getulista e não descuidei de observar escritores com tendência antigetulista. Também recorri a relatos militares sem descartar a visão civil.

[...] São transcrições adaptadas de publicações reconhecidamente fiéis aos fatos e, portanto, preservadas ao máximo em sua redação original.

Isso, partindo do princípio de que a história real é imutável, e quanto mais unificarmos seus relatos, melhor contribuimos para sua correta difusão. (PORTO, 2019, p.11)

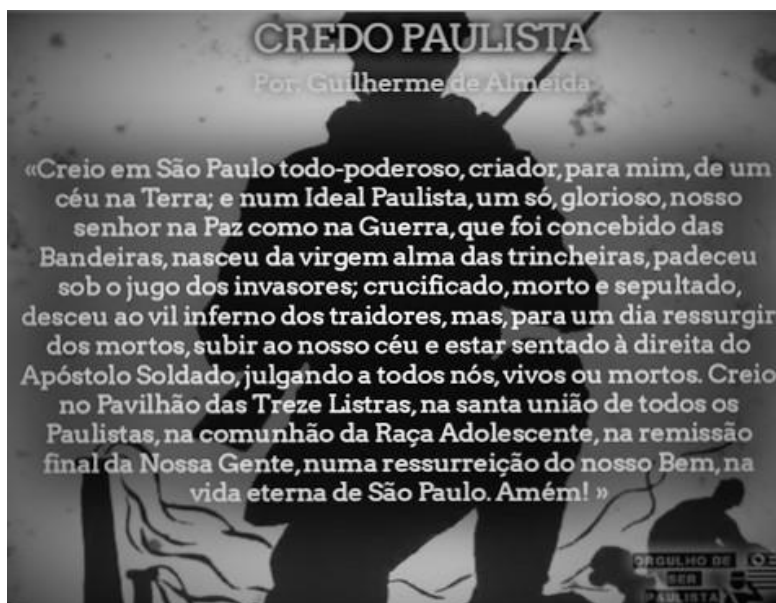
A validade do que apresenta na sua obra estaria assentada numa pretensa imparcialidade e que procura enxergar os acontecimentos por diferentes perspectivas. O autor ainda declara que é justo informar ao leitor que três capítulos são transcrições adaptadas de textos encontrados na Wikipedia, como de outros sites que se dedicam ao assunto, sem serem referenciados. Essas transcrições são para Hélió Porto uma forma de ser “fiel” aos fatos. Esse trecho se encerra com as seguintes considerações do escritor:

Enfim, ao tomar para mim a tarefa de tratar das revoluções de 30 e 32 com enfoque a partir da visão itarareense, busquei livros, jornais, depoimentos pessoais e até na grande biblioteca virtual, o que se nos oferecia na internet sobre o assunto. Tentamos esgotar o assunto da maneira mais fiel possível (PORTO, 2019, p. 12)

Mais uma vez, o trecho indica a noção de pertencimento como também os caminhos seguidos por Porto na construção do livro e a sua concepção de produção do conhecimento histórico.

Ao explicar a importância de Itararé para o conflito de 30, o escritor diz que “era um ponto estratégico pelas irregularidades topográficas e uma trincheira natural para reter a fúria gaúcha, que vinha subindo (PORTO, 2019, p. 26). O uso da palavra fúria é uma “oscilação entre o meramente descritivo e a emoção de lembrar [...]” (BREFE, 1993, p.7), definindo oposições (POLLAK, 1989). Essa diferença é reforçada, quando uma imagem oriunda da página de uma rede social intitulada Orgulho de ser Paulista é inserida no meio da explicação sobre a movimentação militar em 1930.

Figura 11 - Credo Paulista por Guilherme de Almeida



Fonte: Porto (2019, p. 28)

O quinto capítulo “Itararé Vira Piada Nacional” e sexto “O Sucesso do Barão” falam como Itararé ficou conhecida. Nas palavras de Porto, a “cidade virou motivo nacional de chacota e multiplicaram-se as piadas a tripudiar (sic) a derrota vergonhosa dos paulistas” (PORTO, 2019, p. 36). O escritor lembra que se Torelly “quiz (sic) fazer sua enorme zombaria, acabou por ser o maior divulgador da nossa cidade até os tempos de hoje.” (PORTO, 2019, p. 43)

Mesmo afirmando que a cidade ficou conhecida pela batalha que acabou não acontecendo, o autor diz que “exageros à parte pode-se afirmar que houve combates importantes naquele outubro de 1930 [...]” (PORTO, 2019, p. 29). O Resgate dos Combatentes Gaúchos” é o nome do décimo sexto capítulo, no qual Porto busca desconstruir a ideia de que não houve combates em Itararé tanto em 1930 quanto em 1932. “Se não houvesse batalhas (sic), não existiriam mortos”. (PORTO, 2019, p. 89). A exumação dos corpos dos soldados gaúchos registrada por Jansson servem para Porto construir sua argumentação.

Diferentemente dos outros autores que negavam as batalhas em Itararé no movimento constitucionalista ou que julgavam a falta de combate necessária devido à disparidade de forças, Porto (2019) traz os mortos para incluir Itararé dentro da memória oficial paulista. Apesar de defender a existência dos embates nas duas ocasiões, ele afirma que é necessário rejeitar a existência dos acontecimentos de 1930 na cidade. “Negar os combates em 1930, na divisa entre São Paulo e Paraná, é negar a existência da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, e deve ser esse o intento da negação.” (PORTO, 2019, p. 30) A proposta do autor de alteração do nome da rua 24 de outubro, alegando que a mudança foi “uma forma de bajular os novos detentores do poder”, traduz o seu entendimento sobre 1930 em seu livro.

Já no capítulo sobre o valor da Revolução de 1932, Porto diz:

Se o fato pesou como mais derrota paulista, na verdade, acordou Getúlio para mais zelo com o trato do poder.

Tanto que em 14 de julho de 1934. Foi promulgada a nova Constituição Brasileira e, no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte.

O sonho brasileiro de um código trabalhista, da implantação das usinas siderúrgicas, o código de águas e da mineração passaram a se tornar realidade. (PORTO, 2019, 78)

Desse modo, o movimento constitucionalista seria fundamental para história do país já que poderia ser considerado um ajuste de rota após os resultados da Revolução de 1930.

O décimo nono capítulo é a reprodução de uma história em quadrinhos (HQ) intitulada “Itararé, A Batalha que Não Houve”. A HQ roteirizada por Hélio Porto e ilustrada por Albertino Santana, mais conhecido como Choco, foi impressa pela Tipografia Itararé Ltda., em 1988. A ilustração da capa da HQ parece ter inspirado a capa de Itararé da Revoluções. Antes de reproduzir a HQ, Porto (2019) lembra que para “efeito de aproveitamento didático, a história é quadrinizada em preto e branco, sugerindo que a criança aplique cores, para melhor memorização e envolvimento nos fatos”. (PORTO, 2019, p. 99). A HQ se encerra com a fala de uma personagem que a “batalha houve, mas Itararé continua como sentinela da Fronteira para proteger São Paulo e o Brasil!” (PORTO, 2019, p. 123). Essa interpretação, que data de 1988, vai ser retomada vinte anos mais tarde como visto em Bandoni (2008).

O livro se encerra com um capítulo denominado Cronologia da Violência no Brasil, que cita conflitos de 1889 até 1976, a quantidade de golpes de Estado e presidentes que não concluíram os seus mandatos. Hélio Porto resume assim a sua visão sobre as revoluções, “se uma batalha não houve, a cidade jamais seria olvidada pela inúmeras outras que mancharam suas trincheiras de sangue, sangue forte da brava gente paulista, que defendeu seu território com a garra dos heróis.” (PORTO, 2019, p, 5).

Se a Revolução de 1930 na cidade poderia e deveria ser esquecida por ser palco da vitória de Vargas, a Revolução de 1932 faria Itararé ser sempre lembrada pelo seu sacrifício a causa de São Paulo.

1.2.6 Balanço sobre as obras analisadas

As diferentes obras e autores estudados permitiram uma compreensão sobre as memórias das revoluções em Itararé. Podemos afirmar que uma memória herdada, que se encontra fundada nos anos posteriores a 1930, cristaliza a ideia da Revolução de 1930 em Itararé como a “batalha que não houve”, as divergências se dão no significado dado ao conflito. A exceção é a obra de Pimentel (1982).

Esses autores são ou foram sujeitos participativos no cotidiano da cidade, assumindo um cargo político, como no caso de Pimentel, ou atuando na imprensa, como todos eles fizeram. Segundo Carnielli:

A imprensa para esses autores constitui-se no lugar onde boa parte da sua produção é publicada, ‘oferecendo amplo suporte e possibilitando que fossem publicados, na maior parte das vezes em primeira mão, os artigos, crônicas,

contos e desenhos para um público bem maior que o dos livros.’ (2007, p. 49).

Vale destacar o papel importante da Tipografia Itararé Ltda., editora do jornal Tribuna de Itararé, na publicação de quatro das cinco obras estudadas. A tipografia também imprimiu a HQ produzida por Hélio Porto. Antes da publicação do livro estudado deste último autor, a empresa encerrou a suas atividades. Também sabemos que todos os autores participavam das atividades da entidade cultural “Elos Clube de Itararé”²⁴, fora Pimentel, já falecido na época da fundação da entidade na cidade.

As referências das obras estudadas indicam que esses autores leram uns aos outros. No caso da obra de Terê e Mello (1999), Bandoni e Porto contribuíram com textos. Já na obra de Bandoni, o texto é construído a partir do livro de Pimentel. Por isso, podemos considerar que “nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte da mesma memória coletiva” (SILVA; SILVA, 2009, p. 101). Contudo, como explicar as diferentes memórias produzidas? Essas diferenças vistas nesses autores, que celebram como também renegam os conflitos, podem ser explicadas pelo fato de que as:

[...] lembranças também se alteram quando revistas. Ao contrário do estereótipo do passado lembrado como imutavelmente fixo, recordações são maleáveis e flexíveis; aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos ampliamos determinados acontecimentos e então os reinterpretemos à luz da experiência subsequente e da necessidade presente (LOWENTHAHL, 1999, p. 97)

Além disso, não podemos esquecer que a partir das vinculações de cada autor essas memórias se alteram, o que faz a memória ser “vulnerável a todos os uso e manipulações” (NORA, 1993, p. 9).

Pimentel (1982), homem da imprensa e muito próximo ao poder, tem um texto que tanto na forma quanto no conteúdo indicam a sua pretensão de ser uma narrativa oficial. Na qualidade de bairrista, o autor exalta Itararé frente aos acontecimentos de 1930, não usando em nenhum momento a expressão “a batalha que não houve”. Porém, há um estranho silenciamento sobre 1932, que pode estar relacionado à queda de Itararé e as prisões de nomes ligados ao autor.

²⁴ O Clube das Oliveiras foi fundado por um grupo liderado pelo médico Eduardo Dias Coelho na cidade de São Vicente, no dia 08 de agosto de 1959. A associação que já foi conhecida como Elos Clube e, atualmente, se chama Elos Internacional da Comunidade Lusíada tem por objetivo preservar as tradições, crenças e costumes herdados da cultura portuguesa. Em agosto de 1990, Haydée Galvão Santos Mello de início as atividades do grupo em Itararé.

Talvez esse silêncio possa ser explicado pela obra de Zé Maria que afirmava que os paulistas eram considerados heróis e Itararé motivo de piada. O autor apesar de não ter como proposta principal contar a história afirma que as chacotas sobre Itararé estavam relacionadas às “duas revoluções sem sangue” (SILVA, 1997, p. 17). Assim, propõe superar o que seria considerado uma vergonha contando de forma bem-humorada as batalhas dos itarareenses comuns e defendendo que os conflitos eram resultado de disputas das classes dominantes.

Os outros autores dedicam menos atenção à Revolução de 1930 do que a de 1932, diferentemente de Pimentel (1982) que quase silencia sobre a última. As produções desses autores estabelecem um forte diálogo com a memória oficial paulista, principalmente “Memórias de Itararé” e “Itararé das Revoluções”. As memórias sobre as revoluções nessas duas obras podem ser sintetizadas pela imagem que foi construída e divulgada pelos articuladores do movimento em 32. “A Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a Revolução de São Paulo pelo Brasil” (CAPELATO, 1981, p. 51).

Um fato interessante é que todos os livros, salvo “Apontamentos Históricos de Itararé”, foram publicados após a construção do *Monumento ao Soldado Constitucionalista* situado no Parque Municipal da Barreira, em 1995 e a cerimônia organizada pela Prefeitura Municipal de Itararé e a MMDC. Vale ressaltar que apesar de a obra “As Batalhas de Itararé” também ser publicado após o monumento ser erigido, não há exaltação ao conflito de 1932.

O bairrismo enquanto conceito identitário nos forneceu subsídios para compreendermos que, para os autores estudados, “demonstrações de pertencimento são caras [...]. Para além de uma forma estilística, são elas que conferem a legitimidade necessária” (CARNIELLI, 2007, p.46).

Em Itararé, as obras memorialísticas parecem ter bastante alcance entre os itarareenses, um indício disso consiste no fato de que muitos exemplares dessas obras memorialistas podem ser encontrados facilmente na Biblioteca Municipal, nas bibliotecas das escolas e à venda nas bancas de jornais. Algumas pesquisas acadêmicas de história local, inclusive, se valem das obras desses memorialistas como referências ou como uma forma de encontrar possíveis fontes. A “história local tem também a força popular, tanto como uma atividade quanto uma forma literária” (SAMUEL, 1990, p.221).

No entanto, os poucos trabalhos historiográficos sobre Itararé nas guerras civis não conseguem chegar a mais leitores fora do ambiente acadêmico. As principais leituras sobre os confrontos que chegam à população foram feitas por memorialistas.

2 DAS PÁGINAS PARA A TELA: CINEMA, HISTÓRIA E O DOCUMENTÁRIO “A BATALHA QUE O RIO CAVOU”

O documentário “A Batalha Que o Rio Cavou”, lançado em meados de 2021, constitui-se em mais uma narrativa entre tantas sobre Itararé, na Revolução de 1930. Nesse capítulo, analisamos este filme como fizemos com a memorialística, contudo, essa não é uma tarefa das mais fáceis, já que o exame do documentário será feito por quem o idealizou. Para tanto, discutimos a natureza do “documentário historiográfico”, na tentativa de traçar um panorama dos debates que cercam algumas questões sobre o tema. Em seguida, abordamos as raízes, as motivações e o processo de produção do documentário.

2.1 O QUE É UM DOCUMENTÁRIO?

O século XIX tem como uma de suas características o forte desenvolvimento tecnológico. O mundo assistiu a inúmeras inovações nas técnicas de reprodução mecânica de imagens. Situados nesse contexto, a fotografia e o cinema “são descobertas que satisfazem definitivamente, por sua própria essência, a obsessão do realismo” (BAZIN, 1991, p.21). O realismo integral foi o mito fundador dessas técnicas de reprodução mecânica da realidade. Nas palavras de André Bazin (1991), o mito do realismo integral é “uma recriação do mundo à sua imagem, uma imagem sobre a qual não pesaria a hipoteca da liberdade de interpretação do artista, nem a irreversibilidade do tempo” (BAZIN, 1991, p. 30).

A partir das considerações do semiólogo francês Roland Barthes, Rossini (1999) argumenta que o cinema gera um “efeito de real” e Napolitano (2005), um “efeito de realidade”. Esse efeito se dá pelo fato de que, no filme, o referente (alguém ou a coisa filmada) coincide com a representação, ou seja, o cinema gera a sensação de que aquilo que está sendo representado é a própria realidade. O filme “parece não descrever o real, mas sim aprendê-lo para apresentá-lo, intacto” (ROSSINI, 1999, p.122).

Naquele momento, as tecnologias reproduziam o real, assim, documentário era uma forma de evitar a subjetividade do cineasta. Por isso, o gênero era considerado fiel na reprodução de eventos pretéritos. De acordo com Kornis (1992), o trabalho do cinegrafista polonês Boleslas Matuszewski, datado de 1898, foi um dos

primeiros a considerar o filme documentário como um documento histórico, no qual o registro visual era entendido como uma evidência fidedigna dos fatos.

Apesar de nas primeiras décadas do século seguinte os historiadores e educadores passarem a dedicar mais atenção às obras cinematográficas documentais, a concepção predominante ainda é de que o filme era um espelho do real, onde o fato histórico podia ser “recuperado”. Os educadores viam nesses filmes o “seu parceiro na aproximação com a realidade” (BRUZZO, 2004, p. 167). Essa concepção está associada ao fato de que os filmes documentários possuem “a força do 'acontecido', o que vem reforçar a ilusão causada pelo efeito de real” (ROSSINI, 1999, p.124).

Um dos pioneiros na reflexão do uso cinema na pesquisa em história foi Marc Ferro. O autor francês alega que os documentários bem como os filmes ficcionais devem ser objetos de exame pelos historiadores, “refutando a ideia de que o primeiro gênero seria mais objetivo e retrataria fielmente a realidade” (KORNIS, 1992, p. 241). A contribuição de Ferro e de tantos outros autores a partir da segunda metade do século passado trouxeram a noção de que o filme não é um espelho da realidade. Tais contribuições partem da “recusa ao princípio de que a imagem é reflexa imediato do real, e que, portanto, ela traduz a verdade dos fatos” (KORNIS, 1992, p. 242).

Conforme Rossini (1999, p.124), não se pode “confundir um [...] filme documentário com o real em si: [...] mesmo se referindo a um fato que efetivamente ocorreu ou pessoas que têm ou tiveram existência real, não [...] [é] o real”. As imagens de um filme não são fruto do acaso, não são meros registros do mundo, visto que a confecção de uma obra documental passa por diferentes escolhas desde a decisão do que vai ser filmado até a montagem. Segundo Puccini, o documentário é:

resultado de um processo criativo do cineasta marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas desse realizador. Essas escolhas orientam uma série de recortes, entre concepção da ideia e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por um discurso (PUCCINI, 2009 p.117)

Por conseguinte, a compreensão do documentário como material de suposta neutralidade e imparcialidade não existe. Toda obra cinematográfica é uma manipulação da realidade, seja ela ficção ou documentário (NAPOLITANO, 2005). O documentário não é o real, mas “o relacionamento que o documentarista estabelece com um tema” (RODRIGUES, 2010, p. 63). Se o documentário não pode ser

considerado o real, o que o distingue da ficção? Uma saída para essa discussão pode ser encontrada em Barros:

O 'documentário historiográfico' analisa os acontecimentos à maneira dos historiadores, comparando depoimentos e fontes, sobrepondo imagens da época, analisando situações através da lógica historiográfica e do raciocínio hipotético-dedutivo, e encaminhando uma série de operações que são algo similares àquelas das quais os historiadores lançam mão ao examinar um processo histórico em obra historiográfica em forma de livro. Assim o fio condutor do 'documentário historiográfico' é essencialmente a análise de eventos e processos históricos, e não a mera narração destes processos mediada pelo mesmo tipo de estetização que aparece nos filmes ficcionais. (BARROS, 2014, p. 19-20)

Ainda que a ficção possa se valer de referências, técnicas e fontes para a produção de suas narrativas, o “documentário historiográfico” tem por objetivo a investigação da ação humana no passado. A escrita da história e o “documentário historiográfico” possuem similaridades tanto no seu propósito de investigar um acontecimento quanto no modo de analisá-lo. Contudo, mesmo o trabalho de elaboração de documentário possuindo essas aproximações com o trabalho historiográfico, não se confunde com ele. Nas palavras de Holanda (2006, p. 12)., “a prática historiográfica tem compromissos diferentes com relação a demonstrações das fontes e documentos como prova dos acontecimentos do que, implicitamente, tem a prática documentária”.

A discussão de “A Batalha Que o Rio Cavou” procura apresentar o sentido que o roteirista pretendeu dar ao filme. Na busca de “elementos narrativos que poderiam ser sintetizados na dupla pergunta: ‘o que um filme diz e como o diz?’” (NAPOLITANO, 2005, p.245). Para tal empreitada, é repetida a trajetória que levou a construção da referida obra, explicitando as escolhas realizadas e aquelas abandonadas nesse processo.

2.2 O DOCUMENTÁRIO “A BATALHA QUE O RIO CAVOU”

2.2.1 Concepção e proposta

O documentário foi produzido no contexto da Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), que teve seus primeiros casos registrados na China ainda em 2019. A doença se disseminou velozmente por todos os continentes e, no primeiro semestre de 2020, já era considerada uma pandemia global.

O setor da cultura foi um dos setores severamente impactados pelo avanço da doença. As ações emergenciais de apoio ao setor cultural a serem adotadas durante a pandemia se deram por meio da Lei Aldir Blanc²⁵ (Lei Federal nº 14.017/2020). A lei visa a distribuição de recursos para artistas e espaços culturais que tiveram que paralisar suas atividades por causa da pandemia e para realização de ações de incentivo à produção cultural.

A partir dos recursos da lei Aldir Blanc, a Prefeitura Municipal de Itararé, por meio da Coordenadoria Geral da Cultura, lançou uma série de editais, em regime de processo seletivo, para execução de projetos culturais como produção e gravação de CD musical, publicação de livros e realização de documentário. O edital de cultura 012/2020, que se refere ao processo seletivo para produção de documentário, pretendia selecionar um projeto audiovisual de roteiro original sobre as Revoluções de 1930 e/ou 1932 em Itararé.

Era a oportunidade de produzir um filme sobre temas que, como vimos, são uma questão aberta, viva, com embates pela memória na cidade que resultaram em comemorações, livros e monumentos. Dessa forma, o documentário foi a forma encontrada pelo autor desta dissertação para produzir um material que pudesse ser utilizado em sala de aula; adentrar no debate sobre as revoluções em Itararé e contar a história de um ou dos dois confrontos fundamentado, em certa medida, em critérios da investigação historiográfica.

A produção do filme foi pensada tanto como um instrumento pedagógico a serviço dos professores, quanto como um meio de divulgação do tema em proveito de um público mais amplo. No entanto, o prazo para a inscrição de propostas era muito exíguo, menos de um mês. Isso foi um problema, visto que as propostas deveriam conter a descrição técnica da proposta (tempo estimado de duração, enredo, roteiro, público-alvo, referências estéticas e bases da pesquisa), plano de trabalho e contrapartidas. Igualmente, o prazo para execução do projeto era de apenas quatro meses. Esses fatos influenciaram de forma significativa nos caminhos escolhidos para a construção do filme, como por exemplo a opção de abordar somente o confronto de 1930.

²⁵ A lei recebeu o nome do compositor e escritor carioca, Aldir Blanc Mendes, que morreu em maio de 2020, vítima da covid-19. Blanc contribuiu para inúmeras revistas e jornais como *O Pasquim*, *Bundas*, *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Dentre as suas principais composições se destacam *O Bêbado* e *o Equilibrista*, *O Mestre-Sala dos Marés* e *Dois pra lá, dois pra cá*.

A equipe escolhida para produzir o documentário foi composta por Marcus Vinícius do Nascimento, pesquisa, roteiro e montagem; Matheo Fernandes, direção de cena, montagem, edição, colorização e finalização; Victor Mello, assistente de produção; Helder Beltramini, produção; Mariana Moura, produção executiva; Bruno Pacine, diretor de fotografia; André Araujo Monteiro, assistente de câmera; Juan Maximus, som direto e Marcos Mariano Barbosa, trilha sonora e masterização.

O autor desta pesquisa foi o único a apresentar um projeto junto à Coordenaria Geral da Cultura até o prazo estipulado pelo edital. Esse fato surpreendeu o proponente, que esperava a concorrência de entusiastas do conflito de 32. O curto período de inscrição pode ter inviabilizado outras propostas. Todavia, o edital previa que os projetos que não atingissem a pontuação mínima de cinquenta pontos nos critérios utilizados pela comissão de seleção e julgamento estariam desclassificados, o que não foi o caso da proposta apresentada que conseguiu atingir oitenta e três pontos.

Após o resultado, foi realizada a formalização do termo de fomento e a homologação do projeto, conforme estabelecido no edital. O prazo para realização começou a contar a partir do recebimento do montante destinado ao projeto, que ocorreu no dia 23 de dezembro de 2020. “A Batalha Que o Rio Cavou” é uma produção audiovisual documental sobre a Revolução de 1930, em Itararé, com duração de 29min43seg. O filme de Marcus Vinícius do Nascimento e Matheo Fernandes foi rodado no primeiro semestre de 2021, em Itararé/SP e Sengés/PR.

O objetivo do documentário é discutir os acontecimentos que cercam Itararé durante a Revolução de 1930, visto que a cidade esteve envolvida num dos momentos mais decisivos e críticos dessa guerra civil. O título do filme pode carregar vários sentidos. Um primeiro teria relação com o nome da cidade, Itararé é um nome de origem Tupi que significa “pedra que o rio cavou”. Um segundo sentido estaria na noção de que as características naturais do rio Itararé a tornaram um ponto estratégico do conflito. Um terceiro poderia estar no fato de que o combate decisivo entre os soldados que se aglutinavam em torno da cidade paulista de Itararé acabou por não ocorrer, “a batalha que não houve”. Um quarto, a deposição de Washington Luís ocorrida no Rio de Janeiro foi fundamental para o fim do conflito, o “Rio” no título do filme, nesse caso, refere-se à cidade do Rio de Janeiro. Um quinto seria o efeito do tempo na memória acerca desse confronto que se assemelha com a de um rio que

cava a pedra. E um último, por ser um documentário e os primeiros filmes do gênero no Brasil serem conhecidos filmes de “cavação” (SANTOS, 2014).

O filme foi construído a partir da combinação de imagens captadas nos locais que marcaram a contenda na região, entrevistas com professores do município de Itararé e documentos coletados em pesquisa. A proposta apresentada previa a entrevista com três professores, mas não havia menção a nenhum nome. Após a aprovação do projeto, a escolha dos entrevistados foi realizada por alguns critérios: atuação como docente na rede pública e/ou privada de ensino de Itararé, desenvolvimento de pesquisa na pós-graduação em história ou áreas correlatas e conhecimento sobre história local. Dessa forma, foram convidados Daniel Bonin Barreto, licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Itararé, especialista em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor da rede estadual de ensino; Higor Ferreira Brigola, bacharel em Geografia pela UEPG, mestre em Gestão do Território pelo programa de pós-graduação em Geografia da UEPG, doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor em duas instituições privadas de educação básica no município de Itararé e Jéssica Leme Santos, licenciada em História pela UEPG, mestra em História pela mesma universidade e professora da rede estadual de São Paulo.

O corpo documental do documentário é constituído por músicas, jornais, fotografias e vídeos colecionados e obtidos junto a arquivos públicos e acervos pessoais. A prospecção dessas fontes teve início em 2008 para a produção do trabalho de conclusão de curso²⁶, no curso de bacharelado em História pela UEPG e não parou desde então. Esse também é um dos motivos pela escolha apenas da Revolução de 1930 para a produção da obra cinematográfica, a variedade e a quantidade de material coletado sobre o tema.

O confronto armado de 1930 já foi tema de vários outros documentários, dentre os quais podemos destacar: *Revolução de 1930* (1980), de Sylvio Back, *Tempo de Revolução* (1990), de Eduardo Scorel. No entanto, o recorte espacial proposto pelo edital para a produção audiovisual o torna singular.

²⁶ O trabalho intitulado ‘A Situação no Paiz’: Nuances Discursivas do Jornal O Estado de São Paulo Sobre a Revolução de 1930” tinha como objetivo analisar a cobertura dos eventos de outubro de 1930 pelo jornal referido jornal.

Discutir uma memória viva da cidade é um grande desafio. Ainda que as obras dos memorialistas tenham bastante alcance entre a população, o filme proporciona a muitos itarareenses, mas não só eles, um primeiro contato com o tema, já que “estaríamos lançando mão de um dos mais poderosos meios de comunicação e também utilizando uma linguagem absolutamente atual” (NÓVOA, 1995, n. p.).

A contrapartida para a produção desta obra foi o seu lançamento na Casa de Cultura Juquinha Taques; a promoção de aproximadamente quatro palestras sobre o processo criativo do filme, conforme a orientação da Coordenadoria Geral de Cultura; a realização de, no mínimo, cinco mostras culturais com o documentário; produção de dez cópias do filme em DVD, que ficaram disponíveis na Casa de Cultura Juquinha Taques e nas bibliotecas da Prefeitura Municipal de Itararé e a veiculação da obra produzida na plataforma *YouTube*, em canal criado pelo proponente.

O retorno considerado mais importante pelo proponente foi a veiculação do filme no *YouTube*, uma vez que dispensa a produção de várias cópias de mídias físicas como DVD e facilita o acesso ao documentário. Em concordância com Icles Rodrigues, editor do canal *Leitura Obriga HISTÓRIA* no *YouTube*, a abrangência:

é outra vantagem da Internet. O compartilhamento constante de vídeos em plataformas como Facebook e a dinâmica interna de sites como YouTube - que tem uma série de mecanismos que ajudam produtores de conteúdo a ter seu material encontrado, desde que atenda a certos pré-requisitos, e recomenda conteúdos aos espectadores a partir da proximidade temática entre vídeos - dão a oportunidade de se obter um amplo alcance. (RODRIGUES, 2019, p.79)

A plataforma de compartilhamento de vídeos oferece aos criadores de conteúdo que adicionem *tags* (palavras-chave) descritivas para ajudar o publicar e a encontrar o vídeo. Ainda é importante considerar que o vídeo pode ser compartilhado diretamente por *e-mail* e outras redes sociais, ou pela cópia do seu endereço eletrônico. O filme, idealizado para ser um recurso didático para os professores de história, tem tanto nos jovens quanto nos adultos o seu público-alvo. A escolha por hospedá-lo na referida plataforma de vídeo se constitui numa tentativa de atingir um maior número de pessoas, não só em Itararé, mas em tantas outras regiões do país.

2.2.2 A execução da proposta

Após a divulgação da aprovação da proposta registrada em portaria nº 008/2020, de 4 de dezembro de 2020, o proponente sentiu a necessidade de conhecer

mais sobre a produção de um roteiro, que o levou ao texto de Sérgio Puccini, intitulado “Introdução ao Roteiro de Documentário” e foi importante para a realização de algumas mudanças na proposta apresentada originalmente à Coordenadoria de Cultura. Dessa forma, foram realizados alguns ajustes junto com o diretor que modificaram principalmente o início e o final do filme. Após a aprovação da proposta, Puccini afirma que:

[...] o documentarista deverá ler tudo aquilo que for possível, dentro dos limites de tempo disponíveis para a produção, referente ao assunto escolhido; fazer um exaustivo levantamento de material de arquivo, entre fotos, filmes e arquivos sonoros, buscando garantir permissão para uso; fazer pré-entrevistas com todas as pessoas que possam estar envolvidas com o tema; além de visitar os locais de filmagem para se familiarizar com o espaço físico e com as pessoas que o habitam (PUCCINI, 2009 p.117).

E assim foi feito, entre o final do mês de dezembro e início de janeiro, as leituras das fontes escritas e a bibliografia sobre o tema foram realizadas; o acesso ao filme “Pátria Redimida”, de João Baptista Groff e o termo de autorização de uso de material foi garantido junto ao MIS-PR; houve a concessão da família de Jansson para utilização de suas fotografias; a Agência de Notícias do Grupo Folha permitiu o uso de edições da Folha da Manhã de 1930; os documentos a serem utilizados foram organizados pela sua tipologia; foram realizadas as pré-entrevistas com Barreto, Brigola e Leme; bem como a visita aos possíveis locais de filmagem.

A pré-entrevista aconteceu de forma virtual, nela houve uma conversa sobre os assuntos com todos os entrevistados juntos e seriam abordados no documentário, permitindo que falassem livremente sobre os tópicos que tinham mais interesse.

Figura 12 - Captura de tela da pré-entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2021



Fonte: Arquivo pessoal

Os locais visitados em Itararé foram a Rua São Pedro, a Casa de Cultura Juquinha Taques, o cruzamento da Rua Newton Prado com a Rua 24 de outubro, a escola estadual Tomé Teixeira, a Igreja Matriz, a estação ferroviária, a praça Siqueira Campos e o Parque Municipal da Barreira. Já em Sengés, os locais escolhidos foram a Igreja Presbiteriana a fazenda Santa Gil.

De acordo com Puccini a pesquisa dos locais de filmagem é um procedimento fundamental por:

[...] prevenir possíveis imprevistos ou problemas técnicos relacionados à iluminação e captação de som, além de fazer com que o documentarista se familiarize mais com o universo abordado. Em relação à fotografia, é conveniente estudar a iluminação dos locais de filmagem, a incidência de luz natural e as fontes de eletricidade caso haja a necessidade de luz artificial. As condições de som ambiente também podem criar empecilhos para a captação do som de entrevistas caso o local esteja próximo de fontes de ruído, como fábricas e aeroportos, ou seja, ele mesmo barulhento. Visitas antecipadas às locações de filmagem servem também para definir equipamentos necessários para cada locação, tamanho da equipe técnica mais adequado à cada situação, prevenção quanto a possíveis dificuldades de acesso - obstáculos naturais, resistência de comunidades locais, risco à integridade física da equipe, etc. Uma maior familiaridade com os cenários de filmagem auxilia também na elaboração dos enquadramentos e trabalho de câmera, possibilitando uma prévia roteirização de filmagem, procedimento que ajuda a dinamizar o trabalho da equipe em locação (PUCCINI, 2009, p. 183).

Essa recomendação foi muito importante para a construção de *A Batalha Que o Rio Cavou*, porque a pesquisa desses locais permitiu à produção pensar a logística das filmagens a partir das informações levantadas. Fernandes pode averiguar as necessidades técnicas para realização da captação de imagem e som de acordo com a luminosidade e ambiente sonoro, além de capturar fotografias dos locais para pensar o enquadramento e a iluminação.

Em alguns locais pesquisados se constatou a dificuldade para a captação de som, que foi preponderante na escolha dos locais onde seriam realizadas as entrevistas e as falas do apresentador. A Casa de Cultura Juquinha Taques, com parte do seu acervo composto por réplicas de fardamentos dos anos 30 e fotografias de Jansson, acabou sendo escolhida por ser um ambiente fechado em que o barulho do movimento da rua não atrapalharia a captação do som nas entrevistas. O Parque da Barreira, que seria um local para a entrevista foi descartado pelo grande ruído produzido pelo rio Itararé.

A fazenda Santa Gil que, a princípio, só forneceria imagens de cobertura²⁷ foi escolhida como local de entrevista e apresentação por ser um ambiente mais silencioso, a pesquisa considerou que a luminosidade ideal para as filmagens no local seria no período da tarde. A estação ferroviária, mesmo sendo um local com bastante barulho, foi escolhida para a realização das filmagens das falas do apresentador pela importância do local para o tema do documentário, mas exigiu que a produção marcasse a gravação para um domingo de manhã, horário de pouca circulação de automóveis e de pessoas e acertasse com a Coordenadoria Geral de Cultura de Itararé e a Guarda Municipal de Itararé o fechamento das ruas que davam acesso ao local. Dessa forma, a agenda de trabalho foi elaborada de acordo com o período do dia mais adequado para a gravação nos locais escolhidos.

Figura 13 - Fotomontagem feita com a fotografia do trabalho de pesquisa e o recorte do documentário



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao mesmo tempo, foram realizadas algumas reuniões virtuais com a equipe. A escolha por essa modalidade de reunião foi devido ao agravamento da pandemia naquele momento.

²⁷ As imagens realizadas dos locais de gravação que acompanham alguma fala.

Figura 14 - Captura de tela da reunião entre os membros da equipe de produção em janeiro de 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Prevista ainda para o mês de janeiro, a produção do documentário sofreu vários atrasos devido à limitação de circulação de pessoas e as restrições impostas às diversas atividades pelas fases vermelhas e pela fase emergencial do Plano São Paulo, estratégia do Governo do Estado de São Paulo para o combate à COVID-19, decretadas nos últimos meses. Em meio ao caos instaurado pela pandemia, a execução do projeto colocava em risco os diferentes profissionais envolvidos nele, já que boa parte do trabalho de produção e pós-produção não poderia ser realizado de maneira remota. Nesse período, por motivos pessoais, tivemos mudanças na equipe, Helder Beltramini precisou ser substituído por Alice Sesoko na produção do documentário.

No início de fevereiro de 2021, foi definido que até a segunda quinzena do mês a equipe iniciaria a captação das imagens em locais que marcaram a movimentação militar em Itararé e Sengés, ou que tiveram seus nomes alterados após o confronto, além de realizar as entrevistas. Nos dias 20 e 21 de fevereiro, ocorreram as entrevistas com os professores Daniel Bonin Barreto e Jéssica Leme Santos na Casa de Cultura Juquinha Taques, como também a gravação com o apresentador na antiga estação ferroviária. Já a entrevista com professor Higor Ferreira Brigola e o resto da filmagem com o apresentador realizaram-se na fazenda Santa Gil.

A captação de imagens dos outros locais foi finalizada somente no mês de março. Assim, a fase de produção do documentário se encerrava dando início a pós-produção, que passaria pelas mesmas dificuldades que a etapa de produção. As tentativas de diálogo on-line não foram frutíferas e impossibilitou entregar o projeto

em abril como o previsto. Nesse mês, foi solicitada a prorrogação do prazo de entrega do documentário, conforme protocolo 032/2021, de dezesseis de abril.

A pós-produção do documentário avançou pelos meses de abril e maio. A montagem foi uma das etapas mais difíceis e demorada. Em 21 de maio, foram enviadas cópias do filme à Coordenadoria Geral de Cultura da Prefeitura Municipal de Itararé.

2.2.3 O roteiro proposto, sua lógica e suas alterações

Apresentamos a seguir o roteiro proposto para desenvolvimento do documentário, explicando a lógica, organização da sequência, entrevistas, seleção dos materiais visuais, trilha sonora e efeitos sonoros.

O roteiro de um filme é a forma escrita do que vai aparecer na tela. Ele é a narrativa utilizada como orientação para a produção da obra audiovisual. Isso não significa que o roteiro impeça o filme de sofrer alterações durante o processo de edição e montagem, fato que aconteceu na feitura o documentário.

O pouco tempo entre a publicação do edital do processo seletivo e o prazo de entrega da proposta, acrescida da falta de conhecimento técnico do proponente acerca da elaboração de roteiro, fez com que a sua confecção fosse pensada como um trabalho de pesquisa em história. O texto seria narrado por Marcus Vinícius do Nascimento, sendo o primeiro parágrafo narrado na estação ferroviária de Itararé e o restante em estúdio. Esse texto seria acompanhado das fontes (vídeos, fotografias e jornais) e por imagens feitas nas locações indicadas, entrecortadas pelas entrevistas que seriam como “citações” de uma pesquisa acadêmica. O trabalho de feitura de um filme se parece em certa medida com o ofício do historiador (NÓVOA, 1995). Talvez essa semelhança entre a prática historiográfica e a feitura de um documentário tenha possibilitado ao proponente confeccionar o roteiro.

O filme não procurou criar uma interpretação sobre a Revolução de 1930, mas apresentar aos espectadores como Itararé vivenciou os acontecimentos daquele outubro. Esse fato, somado à falta de tempo para elaboração da proposta e ao prazo reduzido para a execução do projeto, fez com que se optasse na construção de um roteiro que dialogasse com historiografia, que entende os eventos ocorridos em 1930 como uma revolução, sendo um produto de contradições dentro das oligarquias, que

com o apoio de parte do movimento tenentista objetivava romper com o domínio da oligarquia cafeeira (FAUSTO, 2011).

O roteirista do documentário, mesmo compreendendo a importância das reflexões de vertente marxista ou por trabalhos influenciados por ela, principalmente no que tange ao uso do termo revolução para se referir aos eventos de 1930 como construção do poder (DE DECCA, 1981; TRONCA, 1988), sentiu dificuldades em abordá-la. Outro ponto relevante é que o roteiro do documentário procura se afastar da discussão sobre Itararé ser motivo de vergonha ou piada por ser conhecida pela “batalha que não houve”, que tanto aparece nas obras dos memorialistas, apesar da referência no título. Para o roteirista, essa discussão é muito influenciada por essa memória oficial.

Dito isso, a maior parte do roteiro se constituiu das falas do apresentador do documentário. Tais falas conduzem o filme e estão organizadas da seguinte forma: identificação do apresentador e breve descrição do filme e de seu tema ao espectador; compreensão dos elementos existentes na formação do poder oligárquico dos grandes proprietários rurais na Primeira República, abordando as fraudes eleitorais; discussão sobre a crise da República Oligárquica, comentando sobre o tenentismo e a dissidência oligárquica que levou a formação da Aliança Liberal; exposição do aumento da tensão política desde do resultado das eleições de 1930 até a eclosão do movimento armado; comentários sobre o avanço revolucionário e a importância de Itararé para o conflito; falas sobre os embates na região e os seus impactos na vida do itarareense e explicação de como se deu o desfecho do conflito e as suas consequências.

As diversas reuniões entre o roteirista e o diretor, no final de 2020 e início de 2021, geraram modificações importantes no roteiro. Fernandes fez sugestões importantes que alteraram algumas sequências do roteiro proposto e reduziu drasticamente as narrações em *voz over*²⁸, deixando o filme mais fluído. O diretor propôs que a primeira sequência fosse modificada. Ao invés de imagens da Revolução de 1930 e da chegada de Getúlio Vargas em Itararé, que desapareceriam em fade com som de tiros, seria feita uma fala que apresenta Itararé acompanhada de imagens da cidade na atualidade. Após essa sequência, entraria o som dos tiros e a tela escura,

²⁸ Voz que é sobreposta à imagem do filme, costuma narrar o documentário. Também pode ser chamada de voz de Deus.

a apresentação de Marcus Vinícius do Nascimento e as imagens do conflito juntamente com o título.

Fernandes também não achava interessante a figura de um apresentador aparecer só início do filme. A ideia de substituir um leitor do roteiro dentro do estúdio por um apresentador ouvido e visto serviu a três objetivos. O primeiro era se afastar do efeito de objetividade e neutralidade que narração de um texto traz. O segundo, porque o excesso de imagens narradas em *voz over* poderia cansar a audiência. O terceiro está associado à tentativa de passar uma espontaneidade na apresentação do assunto, o diretor orientou o apresentador a não decorar o texto do roteiro e falasse do tema como se fosse um dos entrevistados.

As falas dos entrevistados aprofundam alguns conteúdos abordados pelo apresentador. Por isso, apesar de o documentário ter três entrevistados, vemos uma narrativa unificada, o que é proposital. Outras possibilidades foram desconsideradas, pensando que isso poderia dificultar a articulação das falas dos entrevistados durante o processo de montagem e, conseqüentemente, atrasar a entrega do documentário.

Mas como fazer que a fala dos entrevistados permitisse a construção de uma única narrativa? O roteiro de entrevista foi estruturado em forma de questões baseadas nas falas do apresentador:

1. Em poucas palavras, o que foi a Revolução de 1930?
2. O que foi a República Oligárquica?
3. O que foi o coronelismo?
4. Como eram as eleições na Primeira República?
5. O que foi a crise da República Oligárquica?
6. Comente sobre a indicação de Júlio Prestes à presidência por Washington Luís e a formação da Aliança Liberal.
7. Comente sobre a situação política do país após as eleições de 1930 e a possibilidade de um conflito armado.
8. Como se deu o início da Revolução de 1930?
9. Qual a importância de Itararé no desenvolvimento do conflito?
10. Comente sobre os preparativos para o embate em Itararé.
11. Comente sobre os embates entre os revoltosos e os legalistas na região.
12. Como era a vida dos itarareenses sob a iminência de um conflito armado?
13. Como se deu a chegada da notícia da prisão de Washington Luís e o fim dos combates em Itararé?

14. Comente sobre a chegada de Getúlio Vargas à Itararé.

15. Quais as mudanças no Brasil com a vitória dos revoltosos?

16. Quais foram as mudanças em Itararé com a vitória de Getúlio Vargas?

Antes das filmagens, os entrevistados foram orientados pelo assistente de direção para que, quando fosse possível, repetissem as perguntas em suas respostas. O objetivo era facilitar o ocultamento das perguntas feitas pelo entrevistador e o processo de montagem na construção de uma narrativa unificada, mas havia o risco de as falas aparentarem artificiais. A direção de Fernandes fez que o olhar dos entrevistados e do apresentador do documentário não se dirigissem diretamente para a câmera no intento de dar mais naturalidade as falas. Na apresentação, o olhar era direcionado para o diretor, posicionado atrás das câmeras e nas entrevistas para o entrevistador, Marcus V. do Nascimento, que estava ao lado das câmeras.

Figura 15 - Entrevista com Daniel Bonin Barreto



Fonte: Arquivo pessoal.

Uma outra opção do diretor nas entrevistas e apresentação, visando facilitar a edição e evitando transições bruscas entre os planos de uma mesma pessoa, foi a utilização de duas câmeras, uma operada por Matheo Fernandes e outra por Bruno Pacine. Enquanto uma das câmeras estava num plano médio, enquadramento da cabeça até a cintura, a outra variava de primeiro plano, enquadramento que apanha

o rosto e os ombros, a planos fechados e detalhes que ocupam todo o quadro do gestual dos entrevistados.

Figura 16 - Fotomontagem feita com diferentes planos da entrevista de Jéssica Leme Santos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Esses planos, junto com o chamado plano americano, enquadramento do joelho para cima, são os mais comuns em documentários. A variação entre os planos é uma forma de dar dinamismo ao filme, já que os planos fechados intentam trazer uma proximidade com o público. Outro aspecto relevante são as imagens. Segundo Sérgio Puccini (2009), elas podem ser reunidas em três grupos diferentes: registros originais, material de arquivo, que é composto por imagens em movimento e vídeos e gráficos.

O primeiro se refere a imagens produzidas para a construção do filme como as entrevistas, abordadas anteriormente e as imagens de cobertura²⁹. Estas são compostas por imagens de diversas localidades em Itararé e Sengés. O segundo, o material de arquivo, concerne ao documentário “Pátria Redimida” e a diversos filmes da Cinemateca Brasileira³⁰. O terceiro, o gráfico, diz respeito às fotografias, jornais, cartazes e o mapa confeccionado para o documentário.

Como se pode observar, as fontes utilizadas no documentário recebem outras denominações na linguagem cinematográfica. O trato com essa documentação também pode ser distinto da pesquisa historiográfica visto que elas costumam ser utilizadas como “forma de ilustração visual de eventos passados” (PUCCINI, 2009, p. 181). Esse fato resultou numa certa dificuldade para confeccionar o roteiro, dado que a análise das fontes prospectadas em pesquisa não é necessariamente apresentada ao público, diferentemente de um trabalho escrito. O uso desses documentos foi

²⁹ Imagens de objetos e do ambiente nos locais em que ocorrem as gravações para a ambientação do documentário. Elas podem servir para “cobrir” a fala de alguma personagem do filme.

³⁰ A Cinemateca Brasileira, ou simplesmente Cinemateca, é uma instituição que desde a década de 40 trabalha na preservação e difusão do patrimônio cinematográfico brasileiro. O seu acervo, um dos maiores da América Latina, conta centenas de milhares de rolos de filme e mais de um milhão de documentos relativo ao cinema.

pensado para que dialogassem, na medida do possível, com as falas dos entrevistados ou do apresentador.

Os proprietários da Fazenda Santa Gil guardam inúmeros vestígios dos confrontos de 1930 encontrados no local, o que já era do conhecimento do roteirista, que pensava em filmá-los numa mesa na fazenda. A modificação no roteiro que diminui as narrações em *voz over*, mudou como essas fontes seriam apresentadas, apenas uma cápsula de bala de canhão e uma granada foram escolhidas, uma vez que o apresentador faria suas falas sobre os combates na Morungava com os objetos em mãos.

Boa parte do filme foi composto por imagens do documentário “Pátria Redimida” do paranaense João Baptista Groff. O cineasta produziu o filme a partir de imagens registradas de Getúlio Vargas e suas tropas indo de Curitiba até o Rio de Janeiro. As primeiras imagens de arquivo dos vagões de trem com soldados ou da estação ferroviária de Itararé que aparecem no filme junto com o título do documentário são imagens feitas por Groff.

Somente quando a narrativa fala do início do levante mais imagens de “Pátria Redimida” voltam a aparecer no documentário. Um soldado tocando clarim e diferentes rebeldes conversando entre si compõem esse trecho. A partir desse ponto, todas as imagens de arquivo foram extraídas do filme de Groff, com exceção de um trecho sobre a Força Pública de São Paulo.

Ao retratar no seu documentário o avanço rebelde na região de Itararé, o cineasta paranaense se valeu de trechos de dois de seus filmes, “Manobras militares em Ponta Grossa”, de 1925 e “Manobras Militares”, de 1926 (GALIGNIANA, 2016). Os soldados operando a metralhadora e o avanço de combatentes em campo a aberto são provavelmente as imagens desse filme. Essa informação poderia mudar algumas escolhas dentro do filme, mas era desconhecida até a confecção deste atual capítulo. As outras imagens de arquivos que integram o documentário são partes de títulos da Cinemateca Brasileira, restaurados por um projeto denominado Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro³¹.

A fala do apresentador do documentário sobre os coronéis traz um trecho do filme “A Usina Estrelliana”, em que o coronel João Siqueira, proprietário do engenho onde está localizada a usina, aparece montado a cavalo. No momento em que se

³¹ O projeto realizado por edital da Caixa Econômica Federal gerou versões digitais de dezenas de títulos restaurados

comenta sobre o poder dos cafeicultores e o voto na Primeira República aparecem imagens de trabalhadores em cafezais do título “A Broca do Café”. A abordagem da crise da Primeira República é acompanhada de um fragmento de “O Novo Governo da República”, que traz Artur Bernardes cercado por políticos e militares em sua posse como presidente. O último excerto dos filmes da Cinemateca é de “Força Pública do estado de São Paulo”, que cobre a fala do apresentador sobre as forças legalistas que se dirigiram à Itararé.

No filme, os cartazes são apresentados durante a discussão sobre as eleições. O primeiro cartaz que aparece no documentário foi produzido pelo PD para as eleições legislativas de 1927, mas acabou sendo utilizado no documentário por marcar a oposição do PD ao governo. Os outros dois cartazes são de campanha das eleições presidenciais de 1930, um da Aliança Liberal e o outro da chapa governista.

Os jornais utilizados foram duas edições da “Folha da Manhã”, uma de 11 de outubro de 1930 e outra do dia 23 daquele mesmo mês e ano. Os dois cobriram a explicação sobre a importância de Itararé no conflito. Porém, durante as montagens, a edição do dia 23 foi deslocada para cobrir a fala de Brigola. A apresentação da edição do jornal, “O Itararé” de 2 de março de 1930, não estava prevista no roteiro, mas a entrevista de Barreto comentando sobre a informação contida nele e a cessão do documento pelo entrevistado acarretou o seu uso no filme.

A única fotografia no documentário que não foi realizada por Jansson corresponde à dos 18 do forte de Copacabana, esta foi feita pelo fotógrafo alagoano Zenóbio Rodrigues do Couto. As fotos de Jansson retratam não apenas o conflito, mas Itararé da década 30. As fontes musicais são parte da trilha musical que “tanto pode ser obtida em material de arquivo, [...] como ser composta exclusivamente para o documentário, trilha musical original” (PUCCINI, 2009, p. 188).

A escolha das músicas não originais da trilha musical do filme se deu mais pelas letras³² do que por uma questão de ordem estética. “Tempo Ruim” e “Rebentô a Revolução” são músicas de Manuel Rodrigues Lourenço, o Mandi, e Olegário José Godoy, o Sorocabinha; Lamartine de Azeredo Babo compôs “Gê-Gê”; “Itararé” foi feita por José Luis Rodrigues Calazans, o Jararaca. O uso das músicas foi uma tentativa de exibir como os acontecimentos que envolvem o conflito foram cantados por seus contemporâneos. A música “Gê-Gê foi selecionada para acompanhar as cenas que

³² As letras completas das músicas podem ser consultadas no anexo do trabalho com exceção das letras que constam no caderno de atividades.

exibem o título do documentário primeiramente pelo fato de que a letra do trecho selecionado expressa, em certa medida, o conteúdo do filme, mas também pelo instrumental de sua introdução soar como um prenúncio.

As letras das demais músicas contribuem com a narrativa do filme. “Tempo Ruim” é executada no momento em que são exibidos os cartazes eleitorais; na sequência entre as falas do apresentador sobre a conspiração e a eclosão do movimento é reproduzida “Rebentô a Revolução” e dois trechos distintos de “Itararé” aparecem em outros dois momentos do filme, o primeiro quando se comenta sobre os armamentos e o segundo ao final do filme. As outras músicas foram compostas por Marcos Mariano Barbosa especialmente para o documentário, elas ajudam a guiar o público a atmosfera pretendida pelo documentarista.

Os efeitos de áudio também foram de responsabilidade de Barbosa. No roteiro inicial, eles estariam somente no começo do filme quando a tela escurece e se ouve som de tiros, o roteirista não queria incorporar esses efeitos nas imagens de arquivo por temer que isso gerasse uma distorção das fontes. No entanto, Fernandes e Barbosa argumentaram durante a edição que a experiência do espectador ficaria incompleta sem esses efeitos em outros momentos do filme, só aí eles foram inseridos.

O roteiro original também concluiria o documentário com a menção do apresentador ao Barão de Itararé e a música “Escola de Malandro”. Entretanto, somente na montagem do documentário foi percebido que seria difícil agrupar, antes desse encerramento, as falas dos entrevistados sobre as consequências do conflito em Itararé e no Brasil. A alternativa foi deixar os trechos das entrevistas a respeito das repercussões do fim confronto na cidade para depois da fala do apresentador que cita o jornalista e a canção. Por consequência, o documentário necessitava de um novo final. Esse trecho foi feito com uma imagem de cobertura, porque reunir a equipe para gravar naquele momento era inviável. O roteirista decidiu que o encerramento contaria com a seguinte narração: “Dessa forma, a Revolução de 1930 deixou marcas em Itararé. No entanto, essa não seria a última batalha enfrentada pelos itarareenses.”

Assim, a narração final reforça o que foi dito anteriormente por Barreto e indica que a cidade ainda seria palco de um outro conflito, no caso a chamada Revolução de 1932.

2.3 RECEPÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

Em 17 de junho de 2021, ocorreu o lançamento da obra na Casa de Cultura Juquinha Taques, por meio virtual, via página do *Facebook* da Coordenadoria Geral de Cultura. Ao mesmo tempo, o documentário era disponibilizado também no *YouTube*.

Figura 17 - Divulgação do lançamento do filme

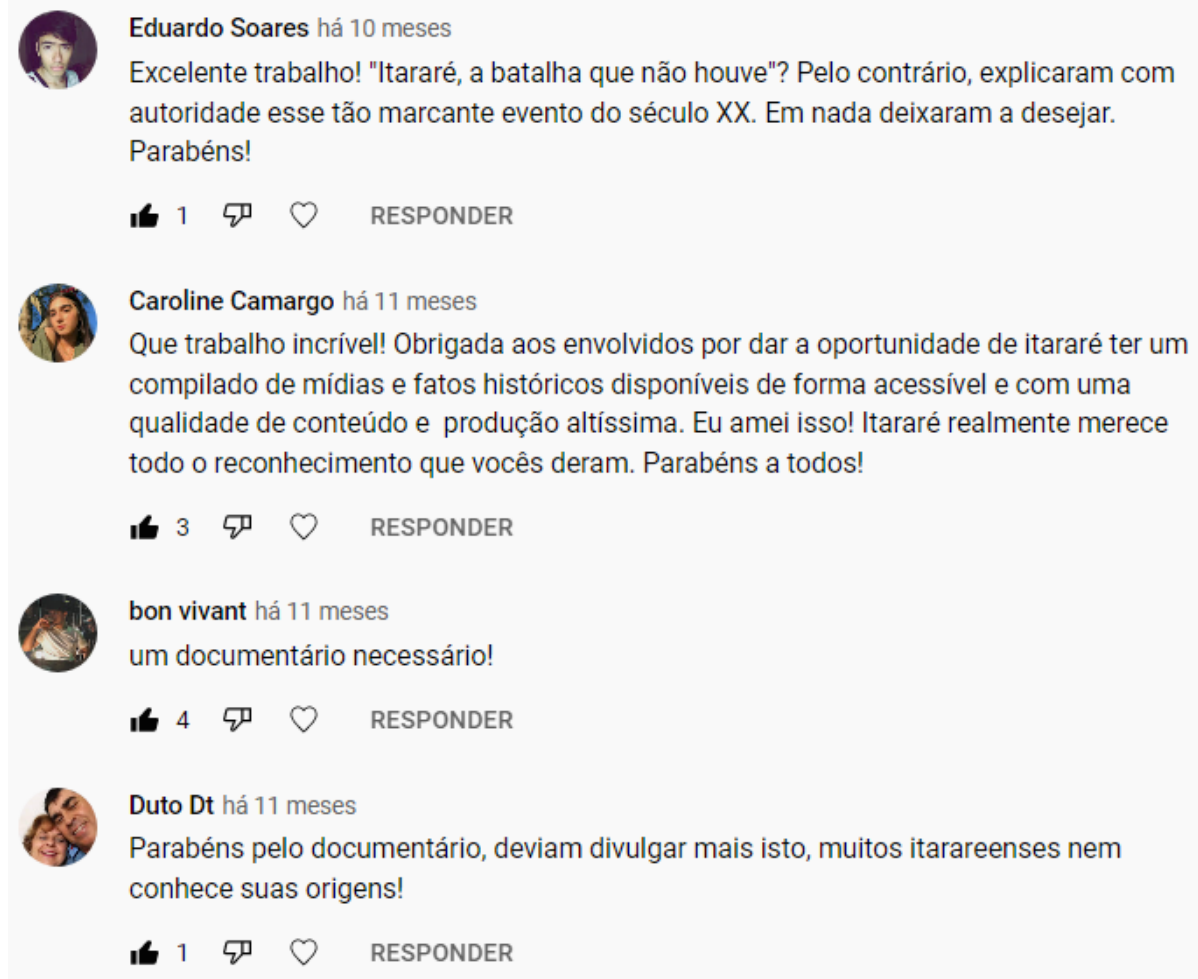


Fonte: Arquivo pessoal.

O idealizador do projeto acredita que a escolha de veicular o documentário na referida plataforma de vídeo foi acertada, tendo em vista que ele teve mais de 3500 visualizações até o início de dezembro de 2021.

O vídeo tem 344 avaliações positivas e três negativas pelos usuários da plataforma. Vale ressaltar que apenas o responsável pelo conteúdo pode visualizar a quantidade de avaliações negativas. Além disso, o vídeo conta com alguns comentários que cumprimentam o trabalho de todos os envolvidos na realização do documentário.

Figura 18 - Captura de tela do Youtube da página do documentário (reprodução parcial)



Eduardo Soares há 10 meses
Excelente trabalho! "Itararé, a batalha que não houve"? Pelo contrário, explicaram com autoridade esse tão marcante evento do século XX. Em nada deixaram a desejar. Parabéns!

👍 1 💬 ❤️ RESPONDER

Caroline Camargo há 11 meses
Que trabalho incrível! Obrigada aos envolvidos por dar a oportunidade de Itararé ter um compilado de mídias e fatos históricos disponíveis de forma acessível e com uma qualidade de conteúdo e produção altíssima. Eu amei isso! Itararé realmente merece todo o reconhecimento que vocês deram. Parabéns a todos!

👍 3 💬 ❤️ RESPONDER

bon vivant há 11 meses
um documentário necessário!

👍 4 💬 ❤️ RESPONDER

Duto Dt há 11 meses
Parabéns pelo documentário, deviam divulgar mais isto, muitos itarareenses nem conhece suas origens!

👍 1 💬 ❤️ RESPONDER

Fonte: Arquivo pessoal

“A Batalha Que o Rio Cavou” também foi assistido em diversas escolas de Itararé, entre elas as instituições em que os professores envolvidos com o filme trabalham. Em julho de 2021, o roteirista foi convidado para falar sobre o documentário no segundo episódio do “*TeenCast*”, *podcast* produzido pelos alunos da escola Dr. Epaminondas Ferreira Lobo e coordenado pelo professor de história Luis Fernando de Moares.

Na postagem de uma rede social do professor Maicon Tabarro pode-se observar a exibição do documentário na escola Professor Christiano Marques Bonilha, localizada na zona rural da cidade.

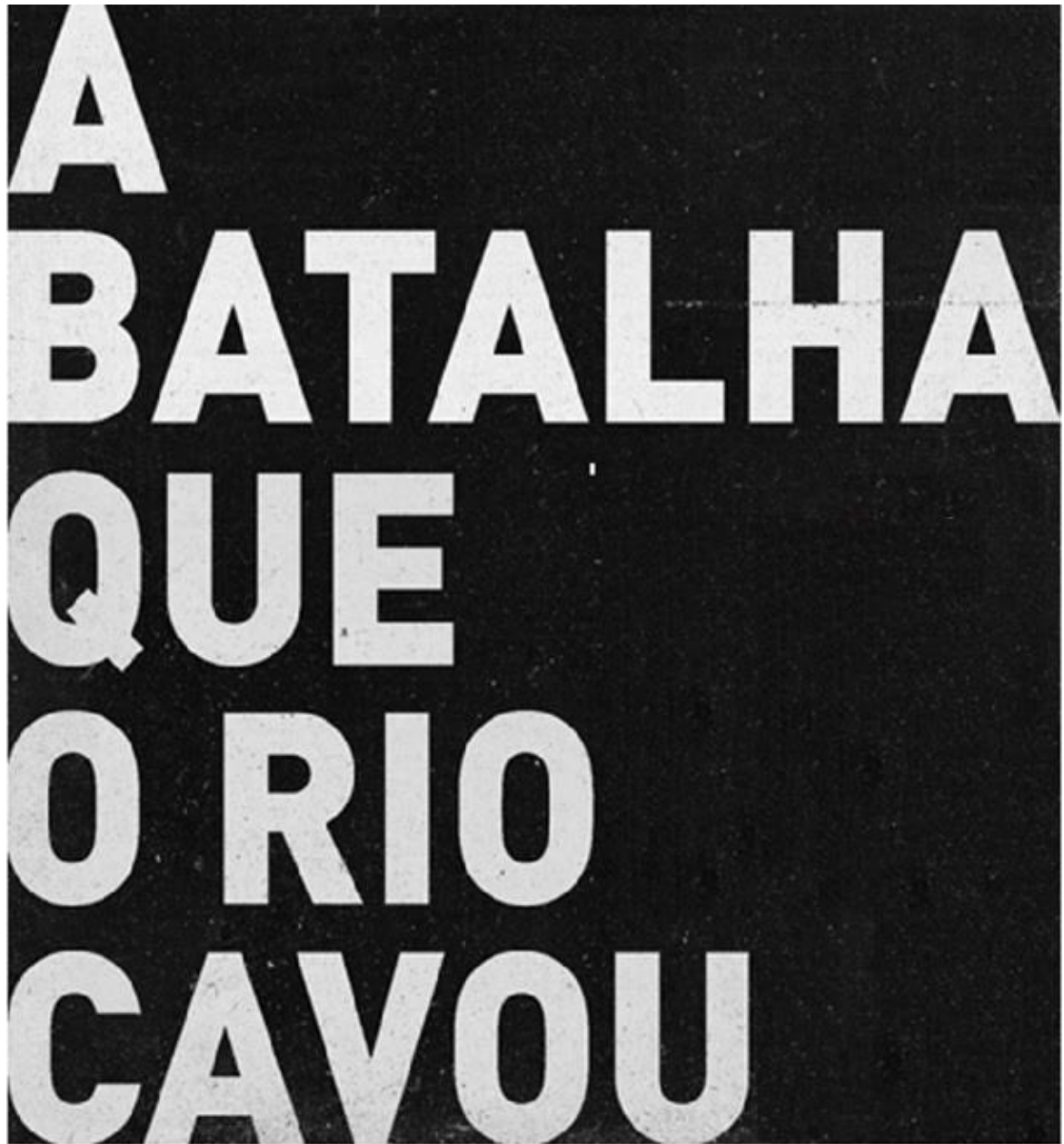
Figura 19 - Captura de tela da publicação de Maicon Tabarro em rede social



Fonte: Arquivo pessoal.

O número expressivo de visualizações demonstra que o filme conseguiu adentrar, de certa forma, no debate em que as produções memorialísticas estudadas estão inseridas. Além disso, o uso do documentário em sala de aula e as discussões propiciadas por ele atingem um outro objetivo que é o uso do material como recurso didático.

3 CADERNO DE ATIVIDADES: O CINEMA DOCUMENTÁRIO NO ENSINO DA REVOLUÇÃO DE 1930 EM ITARARÉ



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

APRESENTAÇÃO

Caros colegas,

Eu também enfrento o enorme desafio que é ensinar história na educação básica. Por isso, pensei nesse material como um professor que pesquisa e produz materiais que precisa e deseja usar em sala de aula. Isso nos é exigido sempre que esbarramos em alguma lacuna quando queremos trabalhar um assunto e não temos um instrumento interessante para tanto. Esse foi caso da discussão da Revolução de 30 dentro de uma perspectiva local. Acontece que uma oportunidade surgiu e pude fazer esse material em forma de documentário, com apoio de um edital e, por isso, agora produzimos esse caderno.

Este caderno objetiva trazer propostas de atividades a partir da utilização do documentário nas aulas de história, principalmente para alunos do terceiro ano do Ensino Médio. O caderno pretende ser um ponto de partida para que o docente possa pensar suas aulas.

A primeira parte dele faz uma brevíssima discussão sobre a relação entre cinema e ensino de história a fim de pensar esse documento histórico nas suas múltiplas possibilidades. Já a segunda parte é composta por seis propostas de atividades.

Esperamos que o documentário e esse caderno de atividades possam contribuir com o seu trabalho.

Abraços.

SUMÁRIO

Ficha Técnica.....	93
A relação entre cinema e ensino de história.....	94
Objetivos das propostas.....	99
Orientações ao professor.....	100
Proposta 1.....	104
Proposta 2.....	106
Proposta 3.....	107
Proposta 4.....	108
Proposta 5.....	111
Proposta 6.....	115
Para você acessar, ler, ouvir e assistir.....	120
Referências.....	122



Deputado Glicério Alves em Itararé. Fonte: Foto de Claro Jansson.

Ficha Técnica

Título: A Batalha Que o Rio Cavou

Ano de Produção: 2021

Estreia: 17 de junho de 2021

Duração: 29 minutos

Gênero: Documentário

Sinopse: A Batalha Que o Rio Cavou é um documentário sobre a Batalha de Itararé, que seria um dos combates cruciais do conflito armado conhecido como a Revolução de 1930. A deposição de Washington Luís evitou a batalha e levou Getúlio Vargas à presidência da República.

Roteiro: Marcus V. do Nascimento

Direção: Matheo Fernandes

Mello Produção: Alice Sesoko

Assistente de produção: Victor

Produção Executiva: Mariana Moura

Diretor de Fotografia: Bruno Pacine

Assistente de Câmera: André Araujo Monteiro

Som direto: Juan Maximus

Montagem: Matheo Fernandes e Marcus V. do Nascimento

Edição: Matheo Fernandes

Colorização: Matheo Fernandes

Finalização: Matheo Fernandes

Trilha Sonora e Masterização: Marcos Mariano Barbosa

Entrevistados: Daniel Bonin Barreto, Higor Ferreira Brigola e Jéssica Leme Santos

O filme foi realizado com apoio da Coordenadoria Geral de Cultura de Itararé e do Governo Federal, por meio da Lei Aldir Blanc.

A relação entre cinema e ensino de história

Atualmente, muitos docentes, na medida em que as condições materiais de trabalho permitem, procuram se valer de filmes na construção de suas práticas educativas. Contudo, a utilização do cinema nas aulas de história é centenária. Debates sobre o uso de filmes como instrumento pedagógico no ensino de História datam do início do século XX.

Em 1910, a empresa Serrador promoveu várias sessões de filmes para estudantes em São Paulo. As películas, incluindo produções nacionais, tratavam de diversos assuntos como astronomia, biologia e geologia (BRUZZO, 2004, p. 160). Essa dimensão educativa do cinema pode ser vista numa publicidade da Pathé Freres, na edição nº 239, de 28 de dezembro de 1912, da revista “Caretta”³³, em que se pode observar uma família assistindo a um filme acompanhadas das palavras instruir, educar e recrear em caixa alta (MORETTIN, 2001, p. 132).

Jonathas Serrano, professor de história e autor de livros didáticos, foi um dos principais defensores do cinema no uso escolar. Nas palavras de Bittencourt, o professor:

[...] procurava desde 1912 incentivar seus colegas a recorrer a filmes de ficção ou documentários para facilitar o aprendizado da disciplina. Segundo esse educador, os professores teriam condições, pelos filmes, de abandonar o tradicional método de memorização, mediante o qual os alunos se limitavam a decorar páginas de insuportável sequência de eventos. ‘*Graças ao cinematógrafo, as ressureições históricas não são mais uma utopia*’, escreveu Serrano, acrescento que, por intermédio desse recurso visual, os alunos poderiam aprender ‘*pelos olhos e não enfadonhamente só pelos ouvidos, em massudas, monótonas e indigestas preleções*’ (BITTENCOURT, 2009, p. 371-372)

Nos anos seguintes, educadores e intelectuais como Edgar Roquette-Pinto, Fernando de Azevedo, Francisco Venâncio Filho, Lourenço Filho, Joaquim Canuto Mendes de Almeida e o já citado Jonathas Serrano, todos esses nomes eram ligados ao Escolanovismo³⁴, discutiram sobre o uso educativo do cinema.

³³ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1912/careta_1912_239.pdf. Acesso em 28 de fev. de 2021.

³⁴ O movimento Escolanovista ou Escola Nova, apoiado especialmente na pedagogia de John Dewey, procurava a renovação do ensino a partir da crítica à pedagogia tradicional, centrada no professor e na memorização de conteúdo. No Brasil, o movimento influenciou fortemente os debates pedagógicos das décadas de 1920 e 1930. O ideário Escolanovista contava com a simpatia dos liberais democráticos por ver na escola o meio para a edificação de uma sociedade democrática.

Criada em 1927, a Comissão de Cinema Educativo organizou cursos para a formação de docentes e a exposição de Cinematografia Científica no ano de 1929. Pouco tempo depois, Francisco Venâncio Filho e Jonathas Serrano publicaram o livro intitulado “Cinema e educação” e Joaquim Canuto Mendes de Almeida publicou a obra “Cinema contra cinema: bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil”.

No “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, de 1932, se lê que “a escola deve utilizar, em proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o **cinema**, o rádio (...) (Manifesto de 1932, 1984, p.423, grifo nosso). O cinema educativo era defendido contra o “cinema recreativo”, considerado moralmente inferior. Em função disso, muitos educadores viam a censura como um “recurso de educação”. “Recomenda-se o uso de filmes, mas não de qualquer tipo” (BRUZZO, 2004, p.168).

A lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). Roquette-Pinto foi o primeiro diretor da instituição destinada a fomentar e conduzir o uso educativo de filmes no país. Algumas das obras cinematográficas produzidas pelo instituto ensinavam “História com vistas ao cultivo de um passado nacional glorioso enaltecido pelo protagonismo dos irretocáveis heróis da nação” (PEREIRA, 2018, p. 160). O cinema era uma ferramenta para atender o projeto nacionalista do governo Vargas. De acordo com Schvarzman:

Os filmes são pensados para o aprendizado, mas não como extensão estruturada de um programa que as escolas cumpriam ou como material didático e pedagógico, e sim para uma audiência maior, onde mais do que projeto de educação, projeta-se uma ideia de cultura e nação que se buscava tornar acessível a um público vasto (SCHVARZMAN, 2007, p.11)

Na metade da década de 1960, o INCE encerrou as atividades e o recém-criado do Instituto Nacional do Cinema se afastou da orientação de produzir e distribuir de filmes educativos.

A popularização dos meios de comunicação no final do século, como por exemplo os televisores e os aparelhos de reprodução de vídeos, contribuiu para a incorporação nas escolas, ainda que de maneira tímida. No governo Fernando Henrique Cardoso, foi criada a “TV Escola” e distribuído um kit tecnológico com antenas, videocassetes e televisores para as escolas da educação básica do país, porém, menos de 30% delas receberam o kit completo. Nessa mesma época, os debates sobre a importância da utilização de filmes dentro das salas de aulas de

história se avolumavam no meio acadêmico em forma de artigos e livros (NASCIMENTO, 2008).

Nóvoa (1995) declara que a “leitura dos livros de história é indispensável para a formação da população estudantil. Porém, é mais fácil fazê-la deleitar-se com imagens em movimento, o que aliás ela faz, quer se queira ou não”. Numa perspectiva parecida, Duarte (2002, p.17) destaca que assistir “filmes, é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais”

Além da defesa do trabalho dos professores com filmes, havia uma preocupação sobre o modo como eram utilizados esses filmes, já que “o consumo mais ou menos regular de filmes por parte dos alunos e professores e a existência de aparatos técnicos para exibi-los não determinam o modo como eles são utilizados” (DUARTE, 2002, p. 87). Uma das principais preocupações dos estudiosos sobre o assunto está no modo como os filmes são usados. Os professores se utilizavam do cinema apenas como ilustração das aulas? (DUARTE, 2002; BITTENCOURT, 2009).

As discussões convergem no entendimento que o cinema não deveria ser apenas um divertimento ou ilustração. Napolitano (2003) assegura que o grande desafio por parte dos professores é fazer com que o uso escolar de filmes ultrapasse a sua prática habitual quando utilizado na escola. O docente deve atuar como um mediador para que os alunos possam desenvolver a sua criticidade a partir da relação do assunto estudado com o conteúdo e a linguagem da produção fílmica. Dessa forma, o ensino de história pode se valer “da linguagem cinematográfica como instrumento auxiliar de formação histórica, com a finalidade de integrar, orientar e estimular a capacidade de análise dos estudantes” (NÓVOA, 1995).

Isso vale tanto para as obras ficcionais quanto as documentais, a ideia do segundo gênero ser um reflexo da realidade é uma noção superada há tempos. Os documentários são produtos de seleção de seus realizadores. Napolitano (2003) nos lembra que:

Por mais que os documentários sejam frutos de trabalhos aprofundados e sérios, contando em muitos casos com assessorias pedagógicas competentes, o professor deve evitar partir do princípio que abordagem dada pelo documentário é a única possível ao tema retratado ou que o conteúdo mostrado é a realidade social ou a verdade científica sobre o assunto. O documentário, mesmo o mais didático e voltado para o público escolar é um gênero de filme que implica um conjunto de regras de linguagem para elaboração do roteiro, técnicas de filmagem, princípios de montagem e edição, ou seja, implica um conjunto de escolhas dos profissionais envolvidos na sua realização (até

porque seria impossível uma abordagem totalitária e unívoca de um problema social ou fenômeno natural) (NAPOLITANO, 2003, p.31)

Na primeira proposta de atividade deste caderno, o professor poderá discutir uma dessas escolhas do roteirista na confecção do documentário. Essa atividade propõe analisar com qual corrente da historiografia o filme dialoga.

Na impossibilidade de o filme tratar o assunto na sua totalidade, os outros exercícios que propomos foram orientados com vistas a tentar ampliar as discussões desenvolvidas pela narrativa do documentário. Algumas das propostas se valem de fontes que não foram incluídas no filme, isso ocorreu pela dificuldade de inseri-las dentro da narrativa do documentário ou por serem encontradas após a conclusão do filme. Contudo, elas se encontram nesse caderno para explorar diferentes possibilidades de estudo do tema.

As atividades com os documentos do caderno não apenas propõem construir interpretações sobre as fontes, “mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu” (SILVA; SILVA, 2009, p.159). Do mesmo modo, parte das atividades propiciam aos estudantes aprender sobre o seu entorno. A importância da história da local em sala de aula está na possibilidade de “estabelecer a aproximação entre segmentos populares e o ensino de história” (BARBOSA, 2006, p.65).

Em relação à exibição do filme, é recomendável que o filme seja visto na íntegra, sem nenhuma discussão prévia. Ao invés de seguir a recomendação de boa parte dos autores, que direcionam a leitura dos alunos sobre os filmes com a realização de leituras e/ou pesquisas antes da exibição dos filmes:

pode ser muito mais interessante observar as leituras realizadas pelos alunos a partir de suas próprias percepções. E, a partir, daí, iniciar o processo de ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, o filme pode servir como catalizador de aprendizagem e também sensibilização (FONSECA, 2016, p. 67)

Obviamente, ver o documentário primeiro é apenas uma das variadas possibilidades que podem ser exploradas pelo docente que também pode adaptar e/ou criar atividades dependendo das suas necessidades e objetivos.

Por fim, a utilização do documentário pode contribuir para o cumprimento da obrigatoriedade de exibição de duas horas mensais de filmes nacionais como componente curricular complementar nas escolas de educação básica, definida pela

lei 13.0006/2014 que acresceu inciso 8º ao art. 26 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Objetivos das propostas

Proposta 1 - Discutindo a História

- Diferenciar as diversas interpretações historiográficas relacionados ao conflito, entendendo que a historiografia é uma construção social com sua historicidade;
- Identificar com qual linha explicativa o documentário se relaciona;
- Reconhecer que o documentário é o resultado de escolhas dos envolvidos na sua produção.

Proposta 2 – A História nos e dos espaços públicos

- Reconhecer os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados;
- Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.

Proposta 3 – Aula de Campo nos locais de filmagem

- Identificar os patrimônios históricos e culturais da cidade e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados;
- Identificar as transformações sofridas por esses espaços.

Proposta 4 – “Ao Povo”: panfletos de um conflito

- Propiciar aos estudantes o contato com documentos que circularam na cidade durante a primeira metade do século passado;
- Reconhecer as publicações como produto de escolhas;
- Relacionar o conteúdo das publicações aos diferentes grupos políticos;

Proposta 5 – Moda de viola

- Reconhecer a música como fonte histórica;
- Conhecer os compositores de duas canções que estão no documentário;
- Identificar as representações políticas nas canções;

Proposta 6 – Um diário dos combates

- Oferecer a possibilidade de o estudante criar narrativas baseadas na pesquisa;
- Proporcionar uma relação empática com o passado.

Orientações ao professor**Proposta 1 - Discutindo a História**

A Revolução de 1930 gerou diversas interpretações entre os historiadores. Na proposta a seguir, os estudantes participarão de uma importante discussão historiográfica sobre o conflito. Para localizar os alunos nesse debate, transcrevemos alguns trechos retirados de um artigo acadêmico, que resume parte da historiografia acerca do assunto.

A leitura do excerto seguida da discussão em sala deve possibilitar ao estudante reconhecer que o documentário dialoga com a interpretação apresentada por Bóris Fausto.

Proposta 2 – A História nos e dos espaços públicos

A construção e nomeação de logradouros públicos se relacionam fortemente com o seu meio social, contribuindo na criação e preservação de determinada visão do passado. Existem disputas em torno da memória de diversos acontecimentos ou personagens.

As tentativas de renomear as pontes que levam o nome do ex-presidente Costa e Silva no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, a manifestação que pintou de vermelho o Monumento às Bandeiras na capital paulista e a alteração da nomenclatura da Avenida Castelo Branco em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, são alguns exemplos desses embates.

Em Itararé, o jornalista Hélio Porto, durante a sessão da Câmara Municipal da cidade, no dia 2 de setembro de 2019, sustentou que a via 24 de outubro tivesse seu nome alterado.

Antes de iniciar as atividades com os estudantes, pedimos ao docente que retorne ao trecho do documentário entre os 27min30s e 28min23s que aborda a alteração dos nomes das ruas após a passagem de Vargas por Itararé em 1930. Em seguida, realize uma leitura compartilhada do excerto de um artigo acadêmico e da notícia com a solicitação de modificação da nomenclatura da rua de 24 de outubro.

Proposta 3 – Aula de campo nos locais de filmagem

As aulas de campo são atividades que despertam grande interesse dos estudantes, já que parte de um processo diferente de aprendizagem daquele desenvolvido dentro da sala de aula.

Essas aulas acontecem em locais onde os estudantes podem registrar dados sobre o seu objeto de estudo. A criação de um produto a partir desses registros feitos pelos estudantes, sejam eles textuais ou visuais, possibilita o protagonismo deles na sua própria aprendizagem.

Os dois locais propostos para a visita são o Parque Municipal da Barreira e a antiga estação ferroviária de Itararé. Um roteiro que prevê a caminhada entre os dois locais, estimada em cinquenta minutos e sem nenhuma parada, propicia passar por outros locais onde também ocorreram as filmagens do documentário como a cruzamento da rua Newton Prado e a 24 de outubro, a escola estadual Tomé Teixeira, a Igreja Matriz, a Casa de Cultura Juquinha Taques e a praça Siqueira Campos, que também podem ser visitados.

O Parque Municipal da Barreira é cortado pelo rio Itararé, que divide os estados de São Paulo e Paraná. Além disso, foi parte integrante de uma rota percorrida pelos tropeiros, que conduziam tropas de muares e cavalos da região Sul para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Estação Ferroviária de Itararé foi construída em conjunto pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e pela Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana, sendo inaugurado em 1909, com a presença do presidente Afonso Pena. Essa ferrovia teve um papel importante na ligação da região Sul do Brasil com o resto do país, transportando um grande volume de cargas e passageiros.

Qualquer visita realizada com os alunos exige organização e planejamento. Dias antes da aula de campo, defina o roteiro e visite os locais escolhidos, se possível. No dia da aula, é recomendável que na chegada de cada local os alunos sejam organizados em círculo para ouvirem as informações sobre o lugar, esse momento também pode servir para o docente orientar sobre os registros que os alunos deverão realizar. Após a visita, retome os assuntos abordados no documentário e na visita, propondo a elaboração de um relatório da aula a partir dos registros realizados.

Proposta 4 – “Ao Povo”: a imprensa

O estudo de jornais pode ser muito importante para o ensino de história, principalmente, pelo fato de que para certos períodos são a principal fonte de informação da população.

O jornal como qualquer outro documento a ser trabalhado em sala de aula precisa ser estudado de maneira crítica. Portanto, a descrição das características do jornal é imprescindível para identificar forças políticas que podem interferir nas suas publicações.

Infelizmente, pouquíssimas publicações desse período encontram-se preservadas na cidade, sendo que boa parte delas se encontra em acervos particulares. No entanto, a primeira página da edição de 26 de outubro do jornal “O Sul de S. Paulo e dois panfletos que circularam na cidade naquele mês foram encontrados após a realização do documentário e foram selecionados para a realização dessa atividade.

A primeira página do referido jornal exaltava a vitória revolucionária. Já o conteúdo dos panfletos versava sobre a convocação de voluntários para luta contra as forças insurgentes e a garantia que as forças revoltosas não cometeriam abusos enquanto estivessem na cidade. Pelo menos, um desses panfletos foi impresso na tipografia do jornal “O Itararé”.

A análise dessas publicações pelos estudantes permite que eles conheçam um pouco mais sobre a organização das forças políticas locais. E, para colaborar no exame das publicações por parte dos alunos, trazemos um trecho da monografia de graduação do historiador itarareense Daniel Bonin Barreto.

O professor pode recuperar dois trechos do documentário para dar início à atividade. O primeiro a partir 10m00s, no momento que Barreto comenta a publicação do jornal “O Itararé” sobre o resultado das eleições de 1930 na cidade. O segundo começa aos 27min30s, quando o entrevistado fala da nomeação de Paulo Ferreira como prefeito de Itararé.

Proposta 5 – Moda de viola

A atividade se inicia com uma conversa sobre a moda de viola ser uma expressão da música caipira/sertaneja. É importante ressaltar que essas canções têm como uma de suas características narrar um fenômeno ou um caso, sendo fontes históricas valiosas para o estudo da cultura sertaneja.

No entanto, há preocupação em desconstruir a ideia que essas canções, necessariamente, correspondem com a visão de mundo caipira a partir da leitura um fragmento do trabalho da historiadora Juliana Pérez González.

Após a leitura, são analisadas as músicas “Tempo Ruim” e “Rebentô a Revolução”, que têm trechos executados no documentário e devem ser escutadas duas vezes pelos estudantes. Na primeira vez que elas forem executadas, o objetivo é que os alunos possam ouvir com atenção a melodia, ritmo e harmonia. Somente na segunda vez, os alunos vão acompanhar a música com a sua respectiva letra.

As duas músicas podem ser encontradas facilmente no *YouTube* pela sua barra de pesquisa. Contudo, só foi encontrada apenas a primeira estrofe de “Rebentô Revolução” na referida plataforma de vídeo.

Proposta 6 – Um Diário dos Combates

Nessa atividade, o estudante deve produzir um diário na perspectiva de alguma personagem do passado, morador de Itararé ou Sengés. O exercício de se colocar no lugar de outra pessoa, pensar e agir como ela, desempenha uma função importante na formação para a cidadania. Além disso, a produção do diário exige do estudante a interpretação de fontes para construir o contexto que a sua personagem está inserida.

Para auxiliar os estudantes na realização dessa atividade, selecionamos excertos de obras produzidas por uma autora de Sengés e outra de Itararé, ambas vivenciaram o conflito na região.

A atividade deve ser realizada, de preferência individualmente, como tarefa de casa com, pelo menos, três semanas para a sua realização. Fica a critério docente determinar o número de linhas e a necessidade ou não de os estudantes ilustrarem o trabalho.

Proposta 1 - Discutindo a História

As interpretações sobre o passado nem sempre coincidem, não raro há controvérsias entre os historiadores. O texto a seguir apresenta um resumo de algumas das principais explicações sobre a chamada Revolução de 1930.

Texto

O golpe de outubro de 1930, que deslocou as tradicionais oligarquias do epicentro do poder, tem sido tratado na historiografia a partir de diferentes vertentes explicativas.

Uma primeira linha de interpretação vê o movimento de 1930 como uma revolução de classes médias. De acordo com os autores identificados com esta corrente, a Primeira República teria sido marcada pela existência de um antagonismo entre uma pequena burguesia, formada pelos setores médio urbanos, e uma burguesia nacional, representada por industriais, grandes comerciantes e fazendeiros de café. O conflito entre os dois segmentos teria evoluído para a revolução, devido à cisão das oligarquias dominantes, processada em torno da sucessão presidencial de 1929 e ao fato de as classes médias terem encontrado expressão política no movimento tenentista. Os pressupostos básicos desta vertente são o papel central desempenhado no movimento pelas classes médias que, no pós-trinta, teriam ascendido ao poder, embora em caráter não exclusivo, e a existência de uma forte identidade entre estes setores e o movimento tenentista.

Outra linha de interpretação que ganhou destaque nos anos sessenta entre os setores da esquerda brasileira sustenta que a revolução de trinta expressaria a ascensão da burguesia industrial à dominação política. Partindo do pressuposto da existência na sociedade brasileira de uma contradição entre o setor agrário-exportador (representado pelo latifúndio e visto como associado ao imperialismo) e os interesses voltados para o mercado interno (representados pela burguesia nacional), assim, a revolução de trinta seria o resultado de uma brecha na classe dominante que, ao cindir-se, permitiu a composição de uma de suas frações (a burguesia industrial) com setores médios urbanos e sua ascensão ao aparelho do Estado.

Os anos setenta são marcados pela revisão destas vertentes explicativas. Ao erigirem um novo modelo de inteligibilidade do movimento de trinta, autores como Boris Fausto expuseram a fragilidade das interpretações anteriores.

Em 1970, com a publicação do livro *A Revolução de 30: história e historiografia*, Fausto, por meio de uma análise historiográfica, aprofundou as críticas tanto às concepções que interpretam os conflitos da Primeira República como fruto das contradições antagônicas entre o setor agrário-exportador e setores urbano-industriais e a Revolução de 1930 como resultado final desse embate, quanto a que concebe o movimento como uma revolução das classes médias.

Propondo uma interpretação alternativa, para Fausto, a revolução de 1930 deve ser entendida como resultado de conflitos intraoligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira.

Num contraponto a esta contribuição de Boris Fausto consagrada na historiografia, em inícios dos anos oitenta uma nova corrente foi desenhada nos debates em torno da revolução de trinta, cujo cerne está a desqualificação de 1930 enquanto marco revolucionário e a ideia de que a revolução representaria um golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, visto como uma séria ameaça à dominação burguesa. De acordo com os autores identificados com esta vertente, ao invés de 1930, o verdadeiro momento revolucionário teria sido 1928, quando no plano institucional teria se explicitado a luta de classes no país por meio da criação do Bloco Operário Camponês (BOC), pelo Partido Comunista. No mesmo ano, a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo teria assim representado a resposta das classes dominantes à mobilização operária, enrijecendo-se a postura patronal repressiva, cujos desdobramentos, a nível ideológico, resultaram na “conotação” do golpe enquanto instrumento da produção discursiva vitoriosa, destinada a apagar a memória da verdadeira luta de classes.

(Adaptado de FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.)

Agora, vamos trabalhar com o texto:

1. Após a leitura do texto, discuta com o professor e os colegas sobre as diferentes interpretações dada o conflito de outubro de 1930.
2. Grife e identifique no texto essas interpretações.
3. Com qual linha interpretativa o documentário se relaciona? Justifique a sua resposta.

Proposta 2 – A História nos e dos espaços públicos

Muitas questões históricas despertam debates acalorados entre o preservar e o esquecer determinada memória, principalmente, quando se trata da construção e nomeação de espaços públicos, como ruas, praças, escolas e monumentos.

Em Itararé, a passagem de Getúlio Vargas pela cidade durante a Revolução de 1930 foi responsável por alterar os nomes de várias localidades como você pôde ver no documentário. Leia um trecho de um artigo acadêmico sobre a nomeação de logradouros públicos:

Texto 1

A posição de uma placa em uma rua, avenida, ponte ou outro espaço de passagem de transeuntes e moradores não é um ato simples, isolado de significado, há toda uma disputa simbólica que se materializa em proposições no poder legislativo, executivo ou mesmo em disputas judiciais.

O nome da rua não é posto por mero acaso. Há intenções, seja do proponente, seja daqueles que saúdam ou repudiam tais homenagens nas placas urbanas. No meio deste embate, a população acaba por tomar parte em tais disputas, seja concordando com os significados da nomeação proposta ou mesmo com as ressignificações que são colocadas, ou então, tendo seu cotidiano alterado por questões de desencontros pessoais, custos para atualizar documentos ou mesmo prejuízos financeiros proporcionados por perdas de negócios com mudanças de endereços comerciais.

(Adaptado de: FRANÇA, J. P. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019.)

Em 2019, Hélio Porto, o jornalista e escritor da história da cidade, defendeu a renomeação da rua 24 de outubro. Leia um excerto da notícia veiculada pela Câmara Municipal de Itararé que fala sobre isso:

Texto 2

Na sessão de segunda-feira (02/09), o jornalista Hélio Porto usou da Tribuna do Povo para defender que se mude o nome da rua 24 de outubro.

O dia 24 de outubro de 1930, na história do Brasil, registra a deposição do presidente Washington Luís por ministros militares e Getúlio Vargas levou ao poder.

A data representa uma derrota para os paulistas legalistas que lutaram com os revolucionários em duas frentes, contra mineiros e gaúchos.

Em Itararé, previa-se um grande combate entre tropas paulistas e gaúchas e acabou não acontecendo devido à deposição do presidente. Até hoje, o município é lembrado pela “batalha que não houve”.

No dia 28 de outubro, a comitiva de Getúlio Vargas passa por Itararé em direção ao Catete para assumir o poder, momento histórico registrado pelas lentes do fotógrafo Claro Jansson.

“Em nossa cidade o interventor nomeado por Getúlio, Paulo Ferreira, muda o nome de diversas ruas e praças para homenagear tenentistas revoltosos e a rua então denominada Cel. Acácio passa a se chamar 24 de outubro. Foi uma forma de bajular os novos detentores do poder”, diz Hélio Porto.

Para o jornalista, “a rua 24 de outubro até hoje ridiculariza nossa história com uma homenagem distorcida e que precisa ser reparada com urgência”.

(Adaptado de: ITARARÉ. **Rua 24 de outubro na Tribuna do Povo**. Itararé: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <https://camaraitarare.sp.gov.br/novo/2019/09/04/rua-24-de-outubro-na-tribuna-do-povo/>)

1. Segundo com o documentário, quais os logradouros públicos em Itararé tiveram seus nomes alterados após a passagem de Getúlio Vargas pela cidade?
2. De acordo com o texto 1, o ato de nomear um logradouro público é neutro?
3. Qual a justificativa de Hélio Porto para defender a alteração da nomenclatura da rua 24 de outubro?
4. Pesquise na internet outros exemplos de disputas pela nomeação ou renomeação de logradouros públicos no Brasil.

Proposta 3 – Aula de campo nos locais de filmagem

Você vai visitar locais importantes no desenrolar da Revolução de 1930 em Itararé. Após a visita, você deve produzir um relatório valendo-se dos diferentes registros realizados durante a aula de campo.

Proposta 4 – “Ao Povo”: a imprensa

O historiador itarareense Daniel Bonin Barreto, um dos entrevistados do documentário, num estudo, escreveu a respeito da Revolução de 1932, sobre as vinculações políticas dos órgãos imprensa de Itararé daquele período. Leia atentamente o trecho a seguir:

Texto 1

Nos anos de 1925 e 1926, dois outros partidos políticos seriam fundados na cidade, rivalizando-se com a já conhecida soberania do Partido Republicano Paulista. Em 1925, era fundado o Partido da Mocidade. No ano seguinte, instalava-se na cidade o Partido Democrático, que tinha em seu diretório quatro futuros prefeitos nomeados na Era Vargas pouco depois para a cidade: Paulo Ferreira, Indalécio Ramos, Walfrido Rolim de Moura e Franklin Corrêa.

No mesmo ano que o Partido Democrático foi fundado em Itararé, um novo jornal semanário se instalava na cidade. Sob a direção de Walfrido Rolim de Moura e Franklin Corrêa – membros do Partido Democrático – o periódico “Sul de S. Paulo” surgia para rivalizar com o já existente “O Itararé”, curiosamente, fundado em 1910 pelo mesmo Walfrido Rolim de Moura e vendido, em 1923, para a família Tatit.

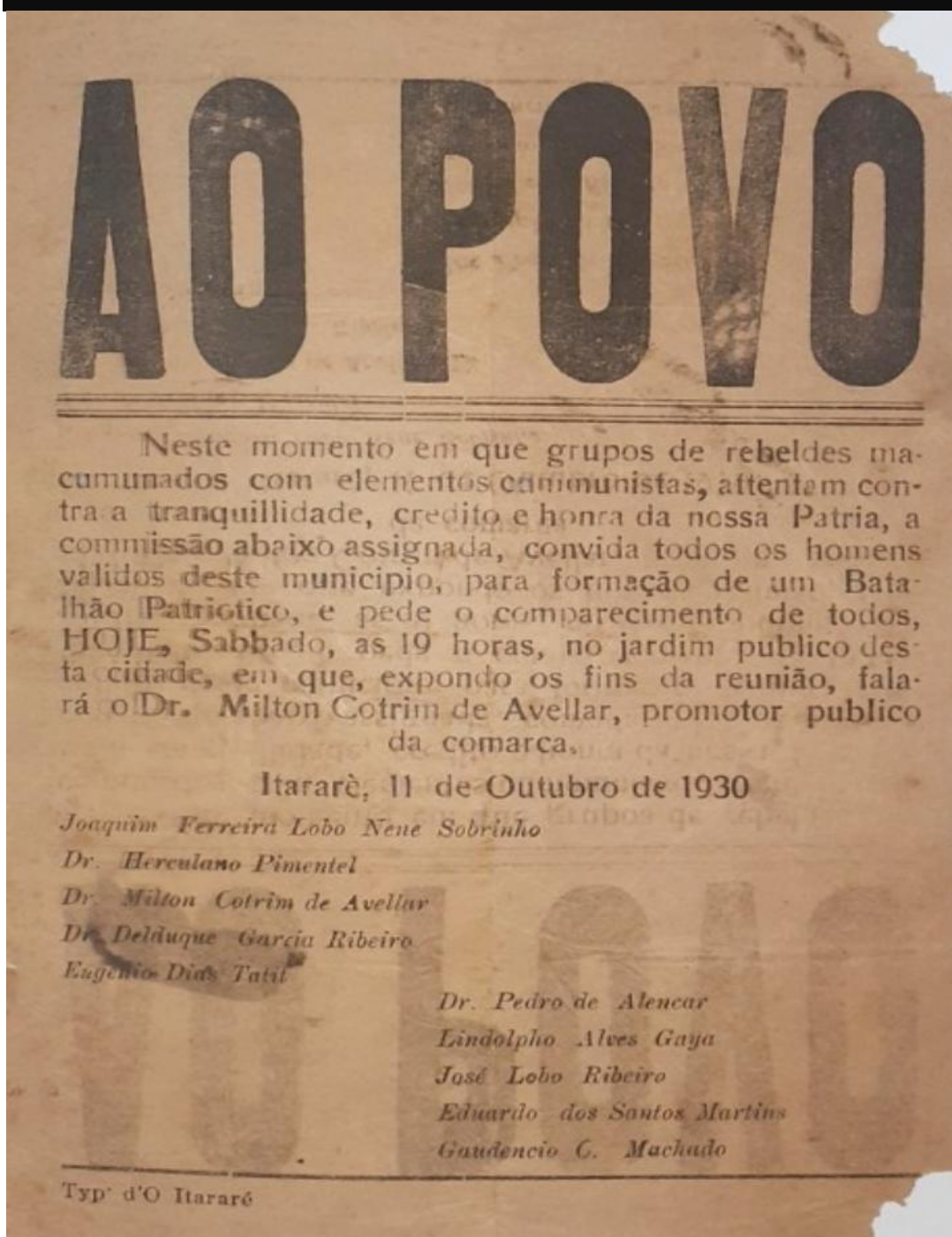
Desse modo, evidencia-se que jornal “O Sul de S. Paulo” também objetivava, além de fazer frente ao “O Itararé”, defender as propostas oposicionistas no cenário político municipal.

(Adaptado de BARRETO, Daniel Bonin. **A Revolução Constitucionalista de 1932 em Itararé: Diferentes Olhares de Memória**. Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas de Itararé, 2013.)

Em diferentes momentos de outubro de 1930, panfletos foram distribuídos por Itararé. No dia 11, uma comissão formada por autoridades e personalidades locais, entre eles o delegado Delduque Garcia Ribeiro, o prefeito Herculano Pimentel, o presidente da Câmara Municipal Joaquim Ferreira Lobo Nene Sobrinho, o promotor Milton Contrim de Avellar e o proprietário do jornal “O Itararé” Eugênio Dias Tatit fizeram circular uma convocação de voluntários para formação de um batalhão.

Figura 1: Convocação de voluntários para formação de um batalhão impresso pela tipografia do jornal "O Itararé"

Documento 1



Fonte: Arquivo Pessoal.

Após a chegada das tropas rebeldes em Itararé, foi a vez do general Miguel Costa, comandante das forças rebeldes na região, comunicar-se com a população da cidade por meio dos panfletos.

Figura 2: Mensagem assinada pelo gal. Miguel Costa ao povo de Itararé

Documento 2

Ao Povo de Itararé

Ao pisar nesta cidade de heroicas tradições, o Exército Revolucionario se sente no dever de dirigir, ao povo que aqui festivamente o recebe, como recebe ao proprio libertador, algumas palavras.

Por ellas assegura, em primeiro lugar, os elevados intuitos que o trazem desde o inicio do victorioso movimento de salvação nacional, cuja victoria já se estende por todo o territorio da Republica.

Por esta prospera cidade deseja que a sua passagem se assignale com as mesmas provas de ordem que têm sido os signaes de suas rapidas permanencias em numerosas localidades do sul por onde já passou.

Desta forma, tudo espera da laboriosa e ordeira população de Itararé no sentido de continuar a vida, de todos os que em Itararé residem na tranquillidade dos dias communs do trabalho pacifico e constructor.

Tudo fará o Exército Revolucionario através dos seus respectivos representantes para que a ordem publica permaneça inalteravel, com segurança absoluta do respeito ás familias, aos bens collectivos e particulares.

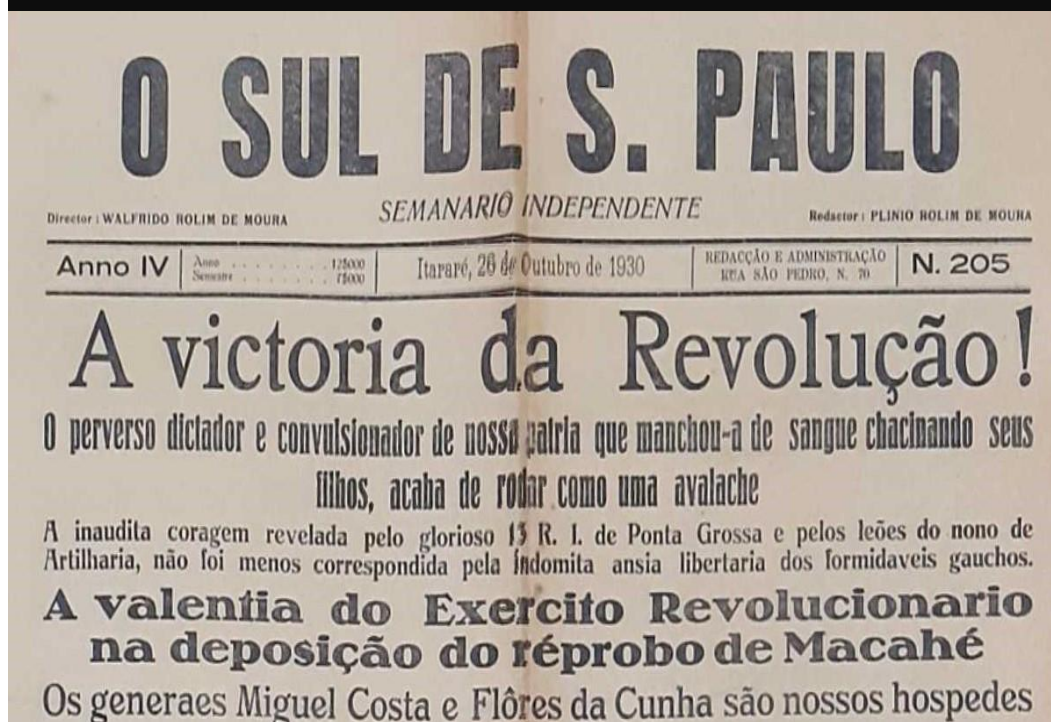
Serão, por isto, reprimidos todos os abusos e os infractores receberão castigo summario que merecerem.

GEN. MIGUEL COSTA — Cmt. do Grupo de Destacamentos.
Itararé, 25 de Outubro de 1930.

Fonte: Arquivo Pessoal

No dia seguinte ao comunicado do gal. Miguel Costa, toda a primeira página do jornal “O Sul de São Paulo” foi dedicada a noticiar a vitória das forças revolucionárias e a presença de Miguel Costa e Flores da Cunha na cidade.

Figura 3: Primeira página do jornal “O Sul de S. Paulo” de 26 de outubro de 1930 (reprodução parcial)

Documento 3

Fonte: Arquivo Pessoal.

Agora, responda as perguntas a seguir:

1. Qual era o principal meio de comunicação no período?
2. O que os documentos 1 e 2 têm em comum?
3. Qual o objetivo dos autores dos documentos 1 e 2?
4. Onde foram impressos os documentos 1 e 2?
5. Como os três documentos interpretam o movimento armado?
6. Indique como a filiação política influencia no conteúdo do documento 3.

Proposta 5 – Moda de viola

Uma das expressões da música caipira/sertaneja é a moda de viola, constituindo-se numa importante fonte histórica para os historiadores. A leitura a seguir discute os condicionantes econômicos, sociais, culturais e políticos que envolvem a gravação de uma moda de viola por uma gravadora na primeira metade do século passado.

Texto 1

Assuntos políticos eram recorrentes nas primeiras modas de viola gravadas. Sua difusão pelos alto-falantes parecia insinuar que as causas defendidas pelo PD tinham apoio popular. Contudo, o repertório com esse teor, produzido pelas gravadoras internacionais, não refletia necessariamente a opinião popular, mas sim os interesses de um grupo político particular.

Tal particularidade exige cautela ao atribuir diretamente o conteúdo textual das modas de viola à opinião caipira. Como é sabido, nas eleições presidenciais de 1930, o PD apostou na Aliança Liberal encabeçada por Getúlio Vargas.

Em princípio, as modas de violas gravadas nos selos internacionais pareciam estar mais próximas dos discursos das elites políticas e das diretrizes do entretenimento urbano do que da visão de mundo dos caipiras. Fora do controle exercido pelas gravadoras internacionais, talvez os músicos abordassem o gênero com maior liberdade.

Entendendo as primeiras modas de viola gravadas como produtos de relações artísticas e empresariais, é importante sermos cautelosos ao atribuir diretamente à população caipira o conteúdo de seus textos.

(Adaptado de GONZÁLEZ, Juliana Pérez A Cada, *Moda Uma História: As Primeira Modas de Violas Gravadas*. In: *Jornada de Investigação em Música Latino-Americana*, 2., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais** [...] Foz do Iguaçu: UNILA, 2018.)

A dupla sertaneja Mandi e Sorocabinha, conhecida também por Lourenço e Olegário, era formada por Manuel Rodrigues Lourenço, o Mandi, e Olegário José Godoy, o Sorocabinha. A dupla gravou dezenas de discos, sendo uma das primeiras a gravar música caipira no país.

Entre a formação da Aliança Liberal em 1929 e final do ano de 1930, a dupla gravou, no mínimo cinco, canções com temas políticos, são elas “Paulista e Gaúcho”, “Tempo Ruim”, “Depois das Eleições”, “Rebentô a Revolução” e “Isidoro Já Vortô”.

A primeira música da dupla a ser analisada se chama “Tempo Ruim”, que aborda a situação econômica do país e a expectativa pelo resultado das eleições de 1930. A música foi gravada pela Parlophon, empresa fonográfica de origem alemã.

Documento 1

Tempo Ruim

O nosso tempo tá ruim
 Em tudo eu não acho jeito
 Sempre mudar de governo,
 Sempre mudar de prefeito
 É coisa que eu não compreendo
 E eu não posso achar direito, aaai

Foi depois da Monarquia
 Que houve complicação
 Agora com a república
 Tudo vai por votação
 E a gente que não vota
 Diz que não é cidadão, aaai

Todas as coisas ficou caro
 Bem depressa, num instante
 Alembro e tenho sôdade
 Daquele tempo distante
 Eu tinha quatro vintém
 Mas valia que nem diamante, aaai

Eu pegava em dez mil reis
 E surtia a minha casa
 Pagava tudo vendeiro
 E nada eu atrasava
 Quando era fim da semana
 Mantimento sobejava, aaai

Hoje eu pego em vinte mil réis
 Vou na vila, fico besta
 Eu gasto tudo os meus vinte
 A compra cabe na cesta
 Não sobra nem dez tostão
 Pra mim comprar uma chupeta, aaai

Pois olha minha mulher
 Vim pensando pro caminho
 Pra comprar a mamadeira
 Não sobrou nem um pouquinho
 Dê de mamar pro pequeno
 Agrade o nosso filhinho, aaai

Mulher passa a perguntar
 Se eu ouvi falar da eleição
 E eu passo a contar
 Tá feia a situação
 O Vargas disse que ganha
 Eu não sei se ganha ou não, aaai

Pois olha minha mulher
 Na vila a coisa tá feia

Se falar mal do governo
 Põe a gente na cadeia
 E depois da carceragem
 Não se tem pataca e meia, aaai

(Música de Mandi e Sorocabinha, de 1930)

A segunda canção da dupla a ser analisada tem o título de “Rebentô a Revolução” e foi gravada pela gravadora americana Víctor. A música tem como tema a Revolução de 1930.

Documento 2

Rebentô a Revolução

No dia 3 de outubro rebentou a revolução
 Foi uma coisa bem feita, uma bonita combinação
 Em Minas e no Rio Grande e em outros pontos da Nação
 O exército se alevantou com as suas armas na mão
 Contra o Washington Luiz, brasileiro mais turrão.

Não houve quem não sentisse essa grande aspiração
 Pois a nossa família sofreu tanta aflição
 E, valei, os generais compreenderam a situação
 Pro governo federal mandaram uma intimação
 Não saíssem com a renúncia, saía com a deposição

O exército revoltoso em Itararé fazia pressão
 O exército legalista defendia a invasão
 Muito, muito contrariado cumpria essa obrigação
 O exército legalista tinha muita munição
 Mas tinha pouca vontade de matar o próprio irmão
 E que fuzilaria se travou lá no Varjão

(Música de Lourenço e Olegário, de 1930)

Depois de ouvir e ler as letras das canções, responda as seguintes questões:

1. Quais são os elementos que caracterizam a música como caipira/sertaneja?
2. Como o processo eleitoral é abordado no documento 1? O que podemos falar sobre o período a partir do trecho “E a gente que não vota/ Diz que não é cidadão, aaai”?
3. Qual é a principal crítica no documento 1?
4. Qual é a expectativa em relação às eleições no documento 1?
5. Como o documento 2 aborda Itararé?
6. Qual é a posição do documento 2 sobre do conflito?

Proposta 6 – Um diário dos combates

No documentário, você pode ver como o encontro entre as tropas inimigas na região afetaram a vida população. A seguir, apresentamos dois trechos de livros de testemunhas do conflito em Sengés e Itararé.

O primeiro trecho é parte do livro intitulado “Um Fiapo de História”, da curitibana Lélia Salmon Jorge, em que a autora relata como ela e sua família viveram os dias de combates em Sengés.

Texto 1

Foi aí que começamos a ouvir um ronco estranho e não tardou para que surgisse nos céus um avião. Era vermelho e barulhento, sem qualquer comparação com as modernas aeronaves da atualidade, porém voando baixo, agressivo, roncando forte e terrivelmente ameaçador.

Passou por cima da casa em que estávamos, e nós deitados no chão, apavorados, aguardávamos o que poderia acontecer.

Depois de diversas voltas completas sobre Sengés, começou a bombardeá-la, com o objetivo de atingir a ponte de ferro. As explosões eram fortes e causavam uma sensação terrível. Não podíamos ver e ficava a impressão de que algumas daquelas bombas iriam acabar com a nossa cidadezinha.

Entre nós havia desânimo, tristeza, apreensão e horror. Eu pensava aflita, do que havia sido a I Grande Guerra (anos 1914 a 1918) "Que coisa tremenda é a guerra!".

O homem embrutecido, deixa de pensar nos outros e no mais das vezes, por pura vaidade e desejo de poder, se lança em morticínio brutal e inexplicável.

Retomando a calma após aqueles momentos de grande pânico, continuamos o nosso êxodo.

Nossa família estava completa, faltando apenas vovó que seguira na frente e o Doca desaparecido, sendo motivo de grande preocupação. Mamãe estava por demais inquieta.

Chegamos, enfim, ao local do abrigo. Era um lugar de trabalho, mas tinha uma boa cozinha, além de um pequeno quarto com cama de casal. Ao lado um enorme galpão onde preparavam a alfafa e que iria servir de dormitório para toda aquela gente.

Alguns procuraram por conhecidos ou parentes nas redondezas; houve até quem montasse barraca de campanha, mas para a maioria, a alternativa era a alfaia

Comodidade não havia. Era incrivelmente desconfortável aquela situação, afora o cansaço, a falta de banho, a escuridão, assim ninguém conseguia acomodar-se e dormir.

Se isso não bastasse, à noite começou a chover, causando ainda mais ansiedade e desconforto, com um ar frio e úmido a nos alcançar.

Pela meia-noite, ouviu-se ao longe gritos que aos poucos foram se aproximando:

-Seu Daannieell! Seu Saallmmoon!

Parecia voz conhecida, mas quem seria? O que haveria de querer naquela hora tão avançada? E a voz insistia no chamado dos dois, meu marido e meu pai. Tantos homens naquele lugar e porque a insistência em relação aos dois? Quem seria?

Só depois de alguns minutos em razão da escuridão e do mal tempo o transeunte foi identificado. Tratava-se do Sr. Davi Paiva, nosso amigo, que nos procurava para dar notícias do Doca. Contou então que, quando começou o tiroteio ele refugiou-se com os dele no porão de uma casa velha, na parte baixa da cidade, seguindo com eles para a chácara do Durval que se situava em local próximo e privilegiado pela natureza, sendo uma espécie de defesa natural contra invasores. Estava, pois, em segurança.

O Sr. Davi demorou para chegar até onde estávamos pois teve que dar muitas voltas, pelo mato, por atalhos, prestando-nos um grande benefício.

Bem a tarde, chegou-nos a notícia de que a casa de papai havia sido atingida por uma bomba que arrebentou com a parede da frente. Foi um choque enorme e ele, de pronto, resolveu retornar e mamãe cheia de cuidados, o acompanhou. Não retornaram mais.

Nessa altura, outros regimentos já haviam chegado à nossa insignificante cidade e Sengés havia se tornado uma verdadeira praça de guerra. Havia pelotões escalados para atacar o avião, trincheiras, casamatas por toda a parte, a cidade vazia de habitantes, tudo era tristeza e desespero.

O combate era intenso. Vez ou outra ouvia-se um estrondo maior dos canhões; e chovia uma chuva continua e incômoda. A nós que ouvíamos de longe

o som do combate, parecia que era impossível alguém sobreviver àquela loucura e a minha preocupação era imensamente maior, pois os meus pais estavam vivendo agora em meio àquele inferno de fogo e destruição. Era um eco terrível que apenas nos soava como se fosse a própria morte. Era possível, Senhor Deus, aquilo estar desabando e acontecendo sobre Sengés?

(Adaptado de: JORGE, Lélia Salmon. **Um Fiapo de História**. Sengés: 1996.)

O segundo excerto foi retirado do livro “Vivendo” da autora itarareense Cecília Duarte Fogaça. Na década de 1920, Cecília morava com uma tia em Itapetininga. Quando estoura o conflito em 1930, resolve retornar à Itararé para ficar com os pais e irmãos.

Texto 2

Até aquela data eu não vira revolução alguma e não tinha medo por desconhecer o perigo. Consegui convencer minha tia a deixar que eu partisse. Ela estava assustada demais para me impedir. Tomei o trem depois do almoço e viajei com algumas colegas que também voltavam para suas casas. O trem estava lotado de gente aflita que procura reunir-se à família. Quando chegamos, fomos recebidas por grande quantidade de soldados que guardavam a estação; ficamos assustadas, alguns tinham a cara enfezada e maldosa e outros aproveitavam a situação para nos dirigir gracejos. Era ali o seu Quartel General.

Pelas ruas só transitavam soldados. Meus pais não sabiam que eu estava chegando, não foram me encontrar. Fui para casa, que era longe, já quase noite e senti muito medo. Mamãe assustou-se ao me ver chegar e ao mesmo tempo sentiu alívio.

-Graças a Deus que você veio! Estávamos muito preocupados por sua causa!

A cidade estava em silêncio. As pessoas não saíam as ruas. Só se ouvia um tiroteio que vinha de longe, á do lado da Barreira, na Fazenda Morungava, onde os gaúchos estavam entrincheirados, a cerca de três quilômetros acidade.

Os boatos eram muitos e as pessoas estavam aterrorizadas. Surgiu a notícia que a cidade seria bombardeada e o povo fugiu para os sítios e fazendas, ou para outras cidades. As pessoas, em desespero, fugiam de trem, de carroça, a

cavalo, a pé e até na carrocinha do leiteiro. Os carros, que eram poucos, foram requisitados pelos soldados,

Quando as pessoas abandonaram suas casas, começaram os saques. Embora a culpa recaísse sobre os soldados, nós saíamos que, além deles, havia pessoas que ficaram e que se aproveitaram da situação para roubar as casas de seus conhecidos, saquear lojas e armazéns, causando grande prejuízo.

Mamãe não sabia o que fazer. Eram nove filhos chorando de medo. Papai não queria sair de Itararé para proteger o seu armazém e evitar que fosse saqueado. Ele tinha um compadre chamado Benedito Garcia, dono de um sítio no Rodeio, um bairro da zona rural. O compadre mandou uma carroça para nos buscar e nós a enchemos com nossas malas, trouxas de lençóis e cobertores. Papai disse à mamãe:

- Não se preocupe comigo, Etelvina. Sei me cuidar. Vou fazer um abrigo no quintal, cavando um buraco para me proteger na hora do perigo. Fico tranquilo sabendo que vocês lá no sítio estarão bem seguros e eu aqui, fico protegendo o que é nosso. Vão com Deus! Que Jesus acompanhe vocês todos.

- Eu vou por causa das crianças, mas não vou sossegada! Vou ficar rezando por você – e ela foi chorando, muito nervosa.

Saímos cedo, depois do café e levamos duas horas para chegar lá porque a estrada era só buracos. A carroça estava muito pesada com a mudança e mais dez pessoas, além do carroceiro. Ia vagorosamente. Tive pena dos cavalos.

Chegamos ao sítio. Era uma casa grande, mas não muito boa. Havia lugar para todos nós. Tínhamos levado uma verdadeira mudança, até os colchões de palha de milho. Dormíamos num só quarto, no chão. Não havia luz elétrica e as crianças estranharam muito. Uma cozinheira fazia comida para umas trinta pessoas.

Ficamos no sítio cerca de dez dias. Mamãe não estava mais recebendo notícias de papai e estava desesperada para voltar. A cada dia que passava, ficava mais aflita. Então a comadre achou melhor nos mandar de volta e enfrentar o perigo. Regressamos, novamente de carroça. Papai ficou muito contente em nos ver, apesar do perigo que corríamos. Ficamos em casa por vários dias.

O barulho e medo duraram dezenove dias. Foi grande a alegria quando correu a notícia de que havia terminado a revolução e que Getúlio Vargas

passaria por nossa cidade, vindo do Sul, a caminho do Rio de Janeiro. Os comentários eram um só – à espera de Getúlio, vê-lo passar, vitorioso, por Itararé.

(Adaptado de: FOGAÇA, Cecília Duarte. **Vivendo**. Itararé: Tipografia Itararé, 2000.p. 157-159)

A partir desses textos, você deve criar um diário, retratando a vida de algum morador de Itararé ou Sengés durante o conflito, levando em conta os seguintes tópicos:

1. Use a criatividade para construir a sua personagem e faça uma pequena biografia dela, antes de começar o diário;
2. Indique dia, mês e ano no seu diário;
3. O diário deve retratar cinco dias de conflito na região;
4. Aponte o sentimento da personagem sobre os acontecimentos;
5. O diário também pode conter ilustrações.

Para você acessar, ler, ouvir e assistir

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>

O CPDOC é uma instituição vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e tem por objetivo guardar documentos sobre a história recente brasileira. No site da instituição, é possível consultar arquivos digitalizados de documentos que integram o seu acervo.

A Revolução de 1930, de Júlio José Chiavenato. Ática, 1986.

Livro paradigmático sobre o conflito com inúmeras ilustrações coloridas. Algumas de suas páginas são dedicadas à Batalha de Itararé, contendo uma ilustração inspirada na fotografia de soldados em frente à antiga sede da fazenda Morungava, feita por Claro Gustavo Jansson.

Claro Jansson: o fotógrafo viajante, de Vito D'Alessio Neto. Dialeto Latin American Documentary, 2003.

Livro que reúne vasto material do acervo do fotógrafo sueco Claro Gustavo Jansson, incluindo imagens de conflitos importantes no Brasil da primeira metade do século XX como a Guerra do Contestado, Revoluções de 1924, 1930 e 1932.

Comendo Bola, de Hekel Tavares e Luis Peixoto, 1929. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWFSbZRuAzE>

A marchinha, interpretada por Jaime Redondo, foi lançada durante a campanha eleitoral para exaltar a candidatura de Júlio Prestes e criticar a Aliança Liberal e Getúlio Vargas.

O *Barbado Foi-se*, de Lamartine de Azeredo Babo. 1930. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ls9GTZNrfhl>

A letra dessa composição é uma exaltação à deposição de Washington Luís pelo movimento armado de 1930.

Pátria Redimida, de João Baptista Groff, 1930. Disponível em: <https://www.mis.pr.gov.br/Noticia/No-dia-do-cinema-conheca-historia-do-Parana-com-7a-arte#>

O documentário foi dirigido pelo curitibano João B. Groff, que acompanhou a tropas revolucionárias de Curitiba ao Rio de Janeiro. O filme faz parte do acervo do Museu da Imagem e do Som do Paraná. Boa parte do filme foi utilizado pelo documentário “A Batalha Que o Rio Cavou” como material de arquivo.

Guerras do Brasil.doc. Direção de Luiz Bolignesi. 2019.

A série documental conta com cinco episódios que abordam grandes conflitos da história do Brasil a partir de entrevistas, ilustrações e imagens de arquivo. O quarto episódio da série é dedicado a discutir a Revolução de 1930.

Sonho sem Fim. Direção de Lauro Escorel Filho. 1986.

Retrata parte da história de Eduardo Abelim (1900-1984), um dos pioneiros do cinema nacional. O cineasta, vivido no filme por Carlos Alberto Riccelli, também documentou o avanço das tropas gaúchas durante o conflito de 1930.

Referências

BARRETO, Daniel Bonin. **A Revolução Constitucionalista de 1932 em Itararé: Diferentes Olhares de Memória**. Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas de Itararé, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRUZZO, C. Filme “Ensinante”: o interesse pelo cinema educativo no Brasil. **Proposições**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 159–173, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643849>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DEDECCA, Edgard S. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FOGAÇA, Cecília Duarte. **Vivendo**. Itararé: Tipografia Itararé, 2000.p. 157-159).

FONSECA, Vitória Azevedo. Filmes no Ensino de História na Visão dos Livros Didáticos: “Use Com Moderação”. **Revista Labirinto**. Rondônia: Ano XVI, vol. 24, n. 2, p. 57-70, 2016.

FRANÇA, J. P. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019.

GONZÁLEZ, Juliana Pérez. A Cada Moda, Uma História: As Primeira Modas de Violas Gravadas. In: Jornada de Investigação em Música Latino-Americana, 2., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais** [...] Foz do Iguaçu: UNILA, 2018; Disponível em: http://www.memoriadamusica.com.br/site/images/stories/textos/2018_A_cada_moda_uma_histo%CC%81ria.pdf. Acesso em 10 fev. 2022.

JORGE, Lélia Salmon. **Um Fiapo de História**. Sengés: [s.n.], 1996.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol. 65, n. 150, p. 407-425, 1984.

MORETTIN, Eduardo Vitorio. **Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme *Descobrimento do Brasil* (1937) de**

Humberto Mauro. Tese (doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo/ECA, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Cinema e Ensino de História: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 2, p. 1-23, 30 jun. 2008.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação cinema-história. **O Olho da História**, Bahia, v. 1, n. 1, nov., p. 109-122, 1995.

PEREIRA, Lara Rodrigues. **A memória de seus feitos palpita na alma nacional: representações sobre história do Brasil em cinebiografias do Instituto Nacional de Cinema Educativo (décadas de 1930 e 1940)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

SCHVARZMAN, Sheila. Salvando o cinema do cinema – Edgar Roquette Pinto e o cinema educativo. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos: Intercom, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tematizou os episódios da Revolução de 1930 e seus impactos na memória histórica coletiva local. Para compreendermos essa memória coletiva, analisamos os livros dos chamados memorialistas, que se dedicaram ao episódio e marcam uma “historiografia bairrista” que buscou lidar com o tema da Revolução de 1930 e seus efeitos sobre a cidade. Em seguida, apresentamos o processo de produção de um documentário sobre a Revolução de 1930. São narrativas diferentes que tem como um de seus temas ou tema principal, no caso do documentário, a Batalha de Itararé. Dessa forma, dialogamos e nos inserimos nessa “tradição histórica” local, discutindo e problematizando a memória histórica sobre 1930. Além do documentário, propomos um material didático de apoio ao professor para uso em sala de aula.

A produção da obra documental se deu dentro do debate instalado pela memorialística local e, compreender o contexto em que nasceu o documentário, ajudou a entender as motivações e intencionalidades dela. Como nos lembra Ferro (1992, p. 28), “um filme, seja ele qual for, sempre vai além de seu conteúdo”. Além disso, o “uso do passado pelo presente nunca se dá de forma ingênua ou descompromissada” (ROSSINI, 1999, p. 119).

O escrutínio sobre elementos do filme como roteiro, imagens de cobertura, cenas de arquivos, entrevistas, enquadramento das câmeras e a trilha permitiu a percepção de como o documentário é marcado pela subjetividade. Desse modo, contar de forma detalhada as diferentes opções feitas para a sua produção reitera que o documentário não é realidade em si, nenhum filme pode ser considerado um reflexo do real. O documentário se constitui numa representação de um acontecimento ou personagem a partir da perspectiva de um indivíduo. Nas palavras de Flávia Lima Rodrigues:

É pelo fato de estabelecer um olhar próprio e subjetivo sobre determinado assunto, que um filme nunca é mera reprodução do mundo. É impossível ao documentarista apagar-se. Ele existe no mundo e interage com os outros, inegavelmente. (RODRIGUES, 2010, p. 63)

A participação no edital de cultura da cidade era um movimento na tentativa de contar a história da Revolução de 1930 desvinculada da memória oficial paulista, que exerce bastante influência na produção memorialística sobre os dois movimentos armados.

O documentário não pretende ser uma espécie de narrativa superior sobre os eventos de 1930, criando uma hierarquização entre o documentário e a memorialística. O roteirista queria apenas se afastar dessas interpretações realizadas a partir da lente da memória oficial e se aproximar da historiografia e seus métodos.

No entanto, mesmo que o objetivo do roteirista fosse se distanciar dessas produções de memória marcadas pelo bairrismo, elas reverberaram na produção do filme. Mesmo inconsciente, isso ocorre no silenciamento do documentário sobre o fato de Itararé ser conhecida como “a batalha que não houve” e é tão cara para a interpretação do movimento para maioria dos memorialistas estudados. Boa parte desses autores acredita que Itararé seja vista de maneira jocosa por isso.

Esse silenciamento ocorre mesmo com o título do documentário se valendo dessa referência. O pseudônimo Barão de Itararé, de Apparício Torelly, e a música de Noel Rosa, Ismael Silva e Orlando Machado, que fazem referência à Itararé, são até citados pelo apresentador, mas a ironia que envolve o uso de Itararé não foi prevista para ser discutida no roteiro. Isso criou dificuldades para inserir no filme um trecho da entrevista de Barreto, que mencionava “a batalha que não houve” e o uso irônico do nome de Itararé pelo jornalista gaúcho. Apesar das dificuldades mencionadas, considerar esse trecho menos importante a ponto de excluído é sintomático, pois um documentário resulta num processo de escolhas.

Ainda que o roteirista não considere que ser conhecida como “a batalha que não houve” seja um motivo de vergonha ou piada, essa discussão não poderia estar de fora do documentário. Não referenciar todas as fontes no momento em que elas aparecem dentro do documentário também gerou um certo incômodo no roteirista. Essa foi uma decisão que envolveu mais membros da equipe e foi pensado a partir de critérios estéticos. Contudo, essas fontes são referenciadas nos créditos do filme.

Embora o documentário possa apresentar problemas, ele se constituiu num contraponto importante na cidade para algumas produções memorialísticas. As memórias do conflito vivem nas páginas de livros, canções e também em filme. No final do século passado, Nóvoa (1995) afirmou que “não se está tão longe do tempo em que o próprio historiador, comunicará as suas ideias, não apenas por escrito”.

O caderno de atividades propõe ampliar as discussões que podem ser propiciadas pela utilização do documentário na sala de aula, sendo uma ferramenta importante junto com o documentário no trabalho de ensino da história local. O uso

dele não é rígido, cabendo ao professor o protagonismo das próprias escolhas pedagógicas.

“A Batalha Que o Rio Cavou” é uma obra aberta. Uma produção fílmica que, a depender das críticas e de novas descobertas, pode e deve ser revista e até mesmo ampliada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Santos. Os Mártires da Causa Paulista: A Criação do Culto Aos Mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1937). **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, p. 193-211, jun. 2011.

BANDONI, Lázara Aparecida Fogaça. **Itararé na História**. Itararé: Tipografia Itararé, 2008.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrimo Sentidos. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa: jul/dez, 2006.

BARRETO, Daniel Bonin. **O golpe civil-militar de 1964 no Jornal Tribuna de Itararé**: a imprensa como fonte para o Ensino de História. 2021 - Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BARRETO, Daniel Bonin. **A Revolução Constitucionalista de 1932 em Itararé**: Diferentes Olhares de Memória. 2013 - Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas de Itararé, São Paulo, 2013.

BARROS, José D'Assunção. Cinema-História: múltiplos aspectos de uma relação. *In: Revista Dispositiva*, v. 3, n.º 1. p. 17-40. PUC Minas, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997

BREFE, Ana Cláudia. **A cidade inventada**: a paulicéia construída nos relatos dos memorialistas (1870-1920). Dissertação (mestrado), IFCH/UNICAMP, 1993.

BRUZZO, C. Filme “Ensinante”: o interesse pelo cinema educativo no Brasil. **Proposições**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 159–173, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643849>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CALSAVARA, Katia; SAMPAIO, José. “Lendas da Liberdade”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 7, n. 82, Rio de Janeiro, julho de 2012, p. 38 – 41.

CAMARGO, Lucielen Aparecida. **Memórias da Revolução de 1930**: A Revolução Contada Pelos Autores de Itararé. 2014 - Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas de Itararé, São Paulo, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNIELLI, F. G. **Gazeteiros e bairristas**. Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARONE, Edgar. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difel Editora, 1971.

CARONE, Edgar. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

COHEN, Ilka Stern. “Quando perder é vencer”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 7, n. 82, Rio de Janeiro, julho de 2012, p. 18 – 21.

COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DEDECCA, Edgard S. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1996.

DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26 f.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANÇA, J. P. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo. 11 de novembro. 1930.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo. 23 de novembro. 1930.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo. 4 de março. 1931.

FOLHA DA NOITE. São Paulo. 20 de novembro. 1930.

FONSECA, Vitória Azevedo. Filmes no Ensino de História na Visão dos Livros Didáticos: “Use Com Moderação”. **Revista Labirinto**. Rondônia: Ano XVI, vol. 24, n. 2, p. 57-70, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

HOLANDA, Karla. Documentário Brasileiro Contemporâneo e a Micro-História. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, 17 mar. 2006.

JACOBUS, Rodrigo; GOLIN, Cida. Um nobre bufão no reino da grande imprensa: a construção da personagem Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário A Manhã (1926-1935) *In: Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, vol. 34, n. 2, jul. – dec., 2011, pp. 55-74.

JANSSON, Claro Gustavo. **Fotografias da Revolução de 1930**. Acervo Família Jansson.

JARARACA [José Luis Rodrigues Calazans]. Itararé. 1930. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i8qaElvX9kE>. Acesso em 29 de março de 2021.

JÔ SOARES ONZE E MEIA. Zé Maria do Ponto no 11:30. Youtube, [20--]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=viDynpDpQzE>

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema, um debate metodológico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

LADEIRA, G. [Lamartine de Azeredo Babo]. Gê-Gê. *In: ALMIRANTE E BANDO DE TANGARÁS*. 1931. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LQjr_XDvFws. Acesso em 29 de março de 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITURA OBRIGAHISTÓRIA. Icles Rodrigues, canal no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg>. Acesso em 02 nov. de 2021.

LOBO, João Batista Ferreira. O Estado de São Paulo, 1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870709-34466-nac-0056-999-56-not/busca/Ni+lobo>. Acesso em 20 de set. de 2021.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História 17. Trabalhos da Memória. São Paulo: Educ, 1998.

MARTINS, Terezinha de J. Mello; MELLO, Maria Aparecida Silva. **Memórias de Itararé: As Revoluções de 30 e 32**. Itararé: Tipografia Itararé, 1999.

MONTEIRO, Rodrigo Rocha. **Territorialidade e memória tropeira em São Paulo: o caminho paulista das tropas**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. PINSKY, Carla Bassanesi (Org.) **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, Educ – Editora da PUC, São Paulo, 1993.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação cinema-história. **O Olho da História**, Bahia, v. 1, n. 1, nov., 1995. p. 109-122.

O ITARARÉ. Itararé-SP. 9 de novembro. 1930.

O JORNAL. Rio de Janeiro. nº 3673, 2 novembro. 1930.

O ITARARÉ. Itararé-SP. 2 de março. Jornal Disponível em: <http://www.itarare.sp.gov.br/legislacao/lei-municipal-no-4063-de-15-de-junho-de-2020/>. Acesso em 4 jan. 2021

PÁTRIA REDIMIDA. João Batista Groff. Coleção Áudio Visual- Mis - PR

PEREIRA, Lara Rodrigues. **A memória de seus feitos palpita na alma nacional: representações sobre história do Brasil em cinebiografias do Instituto Nacional de Cinema Educativo (décadas de 1930 e 1940)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

PIMENTEL, Adriano Queiróz. **Apontamentos Históricos de Itararé – seus homens e suas realizações**. Itararé: Tipografia Itararé, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO, Hélio. **Itararé das Revoluções**. Itararé: Gráfica do Mino, 2019.

PUCCINI, Sérgio. Introdução ao roteiro de documentário. **Doc On-line**, n.06, agosto 2009, www.doc.ubi.pt, p. 173-190.

REBENTÔ A REVOLUÇÃO [Manuel Rodrigues Lourenço; Olegário José de Godoy]. Vítor, nº 33394, lançamento dezembro de 1930.
<https://www.youtube.com/watch?v=mFKfzSI2m-A>. Acesso em 29 de março de 2021.

RESGATE DO CINEMA SILENCIOSO BRASILEIRO / Cerimônias Públicas - O Novo Governo da República - 1922 (Cinemateca Brasileira)

RESGATE DO CINEMA SILENCIOSO BRASILEIRO / Cerimônias Públicas - Força Pública Do Estado De São Paulo - 1925/1930 (Cinemateca Brasileira)

RESGATE DO CINEMA SILENCIOSO BRASILEIRO / Riquezas Paulistas - A Broca do Café -1925 (Cinemateca Brasileira)

RESGATE DO CINEMA SILENCIOSO BRASILEIRO / Ciências (mesmo ocultas) e riquezas – A Industria Assucareira Através da Uzina Estrelliana - 1930 (Cinemateca Brasileira)

RODRIGUES, Flávia Lima. Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 24. 2010. p.61-74.

RODRIGUES, Icles. História no YouTube: Relato de experiência e possibilidades para o futuro. CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (editores). **História pública e divulgação de história**. São Paulo, Sp: Letra e Voz, 2019.

RODRIGUES, João Paulo. Dos embates da política aos canteiros da memória: a “Revolução Constitucionalista” entre o fracasso bélico e o triunfo dos ideais (1932-1934). **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, janeiro-junho, 2012, p. 182-206.

ROSSINI, Miriam de Souza. As Marcas da História no Cinema, as Marcas do Cinema na História. Anos 90, Porto Alegre, n.12, dezembro de 1999, p. 118-128.
 SAMUEL, Raphael. Documentação história local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 19, p. 219-243, fev. 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e missões do Paraguai**. São Paulo: Livraria Martins, (Biblioteca Histórica Brasileira, 2), 1940.

SANTOS, Hélio Tenório dos. **As batalhas de Itararé**. 2. ed. São Paulo: AHMTB, 2015.

SANTOS, Márcia Juliana. Entre a cavação e o ato de documentar: os limites da produção de filmes em São Paulo nos anos 20 e 30. **Rebeca-Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, ano 3, n. 6, 2014.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SÃO PAULO. **Lei Municipal** nº 4063, de 15 de junho Disponível em: <https://www.jornalitanews.com.br/noticia/fundada-a-associacao-brasileira-de-historia-militar-legiao-de-32/>. Acesso em 4 jan. 2021.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, José Maria Silva. **As batalhas de Itararé – história e causo**. Itararé: Tipografia Itararé, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

TEMPO RUIM. MANDI [Manuel Rodrigues Lourenço; SOROCABINHA [Olegário José de Godoy]. Parlophon, nº 13146, lançamento maio de 1930. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mFKfzSI2m-A>. Acesso em 29 de março de 2021.

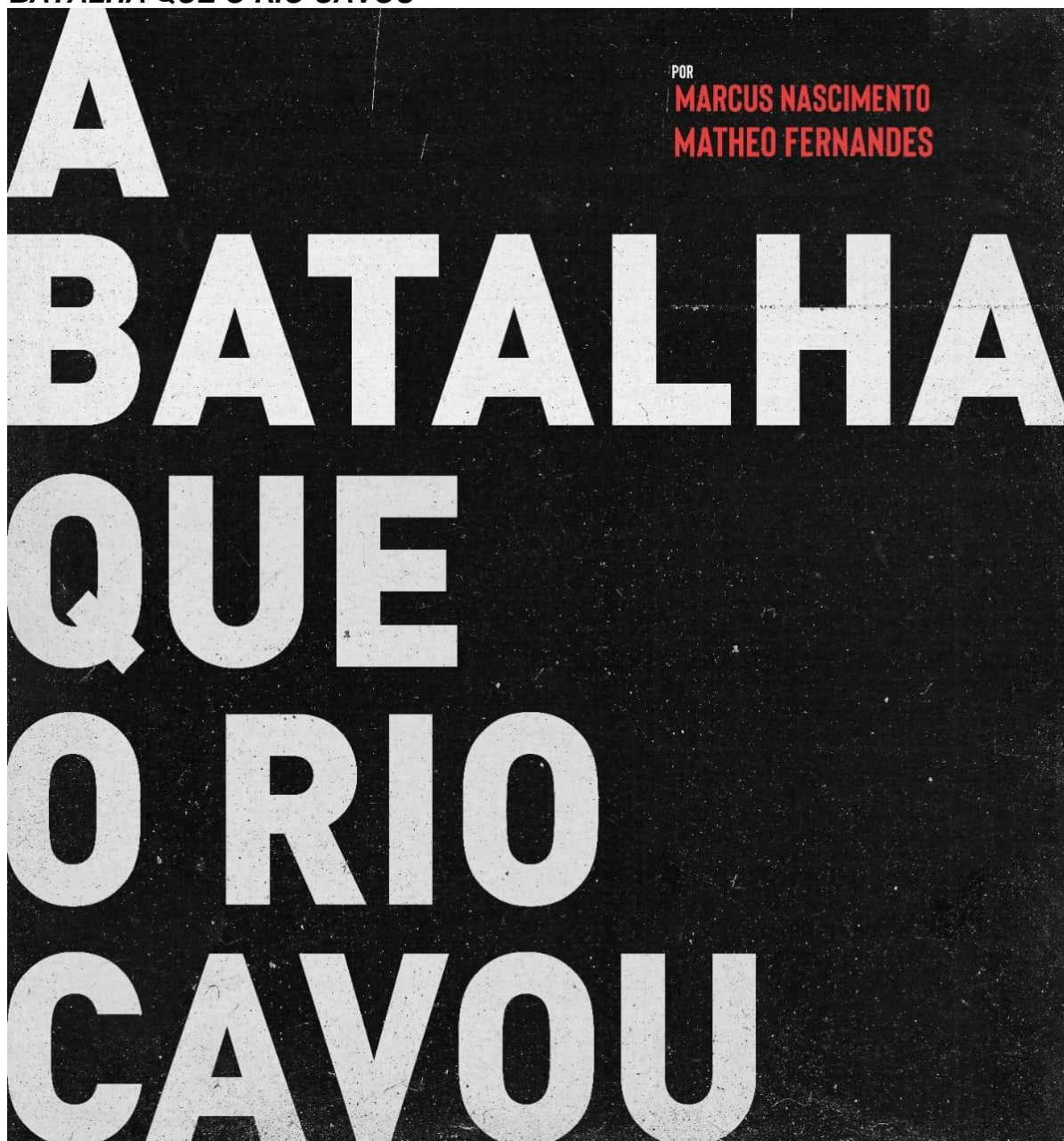
TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. São Paulo, Brasiliense, col. Tudo é história, 6 eds., 1988.

VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. 4 ed. São Paulo, Ática, 2003

VILLA, M. A. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

VIZENTINI P.G. F. **Os liberais e a crise da República Velha**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

ANEXO A - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO E CAPA DO DVD DO DOCUMENTÁRIO A BATALHA QUE O RIO CAVOU



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO B - ESPÉCIE DE CATÁLOGO DE ÁLBUNS E COLEÇÕES POSTAIS QUE JANSOON VENDEU SOBRE A PUGNA NA REGIÃO (REPRODUÇÃO PARCIAL)

A MELHOR LEMBRANÇA DA REVOLUÇÃO EM SENGÉS E ITARARÉ

Linda collecção de photographias historicas, apanhadas no "front" da principal columna, á passagem de personagens illustres, forças revolucionarias e tomadas nas trincheiras e em todos lugares onde travaram-se combates, inclusive panoramas das duas cidades.

Preços: Um lindo album com as 64 principaes photographias, tamanho 9 X 12 cm., e com dizeres explicativos, cada um 50\$000. Em postaes, avulsas cada 1\$000, 12 10\$000, 25 20\$000, 50 35\$, collecção completa, (75) 45\$000. Os pedidos devem vir acompanhados da importancia e mais 2\$000, sendo album e 1\$000 sendo postaes, para o registro. O endereço é necessario que seja escripto com clareza para evitar confusão. Só peça postaes pelo numero para que venham os desejados.

CLARO G. JANSOON — Rua S. Pedro, 95 — Itararé — Estado de S. Paulo

1 — Panorama de Sengés, onde registrou-se o primeiro contacto entre forças revolucionarias e legalistas, em 11 de Outubro e de cujo contacto sobre a ponte da estrada de ferro que se ve á direita, resultou forte tiroteio.

2 e 3 — Outros aspectos de Sengés. O tiroteio da manhã do dia 11 terminou logo com a retirada dos legalistas para o Alto dos Coqueiros (a 400 metros Sengés) onde se entrincheiraram para ao escurecer desse dia se defenderem ali, de um combate mortifero que lhes inflingiram os revolucionarios cuja tenacidade obrigou os legalistas apóz duas noites e um dia de lucta, a se retirarem para o Alto Cafezal, o que se verificou na manhã do dia 13. O portão como se vê, está peneirado de balas.

4 e 5 — Igreja presbyteriana de Sengés, hospital de sangue dos revolucionarios e que foi fortemente bombardeada pelos legalistas, conforme se vê.

6 e 7 — Trincheiras revolucionarias no cafesal de Morungava onde entre 11 e 16 de Outubro travou-se formidavel combate.

8 e 9 — Trincheiras das forças paulistas na Serraria de Morungava as quaes apóz formidavel resistencia a abandonaram na tarde de 16 de Outubro.

36 — Trincheiras em zig-zag dos legalistas do lado paulista da «Barreira», dominando esta e o lado paranaense.

37 — As trincheiras antigas, da revolução de 1893 seguem paralellas ás construidas recentemente pelas forças legaes e estão situadas na «Barreira» em terras de S. Paulo, dominando vastas campanhas.

38 — A cidade de Itararé estava condemnada a no dia 25, ser victima de uma catastrophe em virtude do maior choque em toda a America do Sul que ao seu redor se iria travar, pois arrastando quasi 50 canhões e transportando perto de 60 mil tiros que os alimentariam, os revolucionarios já haviam cercado a cidade. Quando proximo estava de espoucar o signal convencionado para o inicio do combate, o telegrapho sustou-o com a nova memoria da deposição.

39 — Vista de Itararé, batida na torre da igreja.

40 — Inauguração do campo de aviação de Itararé e que serviu de base de operação aerea dos legalistas.

41 — Estação da Est. de Ferro occupada como quartel general das forças legalistas.

Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO C - LETRA DA MÚSICA “ITARARÉ”

Quando vim de minha terra vim brigado com a mulher
 Em vez de vim a cavalo eu vim mesmo de a pé
 Sou filho do Rio Grande da cidade de Bagé
 Fiz uma marcha forçada e vim pará em Itararé
 Itararé, Itararé, tava tudo em pé no fogo
 Churrasco mate café
 Espingarda carabina revólver laço e quicé
 Metralhadora e facão, adaga, espada e combréa
 Arioplano e granada carro forte chevrolet
 Cavalaria e trincheira tudo tinha em Itararé
 Itararé, Itararé, tava tudo em pé no fogo
 Churrasco mate café
 Tudo ali se reunia Generá e Coroné
 Cabo, Sargento e Sordado véio, criança e muié
 A gente andava deitado e dormia mesmo em pé
 Tinha cobra na picada mas chegamo em Itararé
 Itararé, Itararé, tava tudo em pé no fogo
 Churrasco mate café
 General Juarez Távora montado no corcé
 Dominando todo o Norte provou o que o Norte é
 De Sergipe ao Amazonas os chefe bateram pé
 Quando ia pra Bahia nós ia pra Itararé
 Itararé, Itararé, tava tudo em pé no fogo
 Churrasco mate café
 Viva todos nossos chefes homens de ação e fé
 Que nunca temeram a morte dizendo seu tom de ideia
 Vamos tomá o cacete porque o jogo requer
 Agora você me diga se é assim mesmo ou não é
 Itararé, Itararé, tava tudo em pé no fogo
 Churrasco mate café

ANEXO D - LETRA DA MÚSICA “GÊ-GÊ”

Só mesmo com revolução
Graças ao rádio e ao parábélum
Nós vamos ter transformação
Neste Brasil verde-amarelo
G é Gé, Gé
T – u – Tu, Tu
L, Li, o
Getúlio
Certa menina do Encantado
Cujo papai foi senador
Ao ver o povo de encarnado
Sem se pintar mudou de cor
G é Gé, Gé
T – u – Tu, Tu
L, Li, o
Getúlio

ANEXO E - LETRA DE “ESCOLA DE MALANDRO”

A escola do malandro
É fingir que sabe amar
Sem elas perceberem
Para não estrilar...
Fingindo é que se leva vantagem
Isso, sim, que é malandragem
Quá, quá, quá, quá...
A escola do malandro
É fingir que sabe amar
Sem elas perceberem
Para não estrilar...
Fingindo é que se leva vantagem
Isso, sim, que é malandragem
Oi, enquanto existir o samba
Não quero mais trabalhar
A comida vem do céu,
Jesus Cristo manda dar!
Tomo vinho, tomo leite,
Tomo a grana da mulher,
Tomo bonde e automóvel,
Só não tomo Itararé
Mas...
A escola do malandro
É fingir que sabe amar
Sem elas perceberem
Para não estrilar...
Fingindo é que se leva vantagem
Isso, sim, que é malandragem
-Isso é conversa pra doutor?
A escola do malandro
É fingir que sabe amar
Sem elas perceberem
Para não estrilar...
Fingindo é que se leva vantagem
Isso, sim, que é malandragem
Oi, a nega me deu dinheiro
Pra comprar sapato branco,
A venda estava mais perto,
Comprei um par de tamanco.
Pois aconteceu comigo
Perfeitamente o contrário:
Ganhei foi muita pancada
E um diploma de otário.
Mas...
A escola do malandro
É fingir que sabe amar
Sem elas perceberem
Para não estrilar...
Fingindo é que se leva vantagem
Isso, sim, que é malandragem
Quá, quá, quá, quá...